

CESAR TARTAGLIA

BRIGADA MIRIM ECOLÓGICA DA ILHA GRANDE 30 ANOS

Chermont
Editora



**BRIGADA
MIRIM ECOLÓGICA
DA ILHA GRANDE**

Em 1989, com o ideal de um mundo melhor, mais justo e igualitário, um grupo de moradores, com grande dose de determinação e perseverança, tomou a si o propósito de interferir na crescente degradação da Ilha Grande.

Essa foi a gênese da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande, que nasceu assentada numa agenda que amalgamava duas das maiores demandas da região: a primeira, preservar a ilha de riscos contra a sua biodiversidade; a segunda, estabelecer condições, no âmbito social, para dar aos jovens ilhéus opções de inclusão e participação na cidadania em seu sentido mais amplo.

Ao longo dos últimos trinta anos, a Brigada vem desenvolvendo essa agenda com inarredável compromisso. Por meio de trabalho intenso com a dedicação de seus diretores voluntários, dos profissionais envolvidos e o entusiasmo dos brigadistas, diversas atividades foram desenvolvidas, num leque que se abre para um futuro de mais realizações.

Em três décadas, mais de mil jovens passaram pela Brigada e sua grande maioria foi absorvida pelo mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, a entidade pode se orgulhar de ter participado ativamente de ações em defesa do meio ambiente de um bioma que reclama cuidados.

Ainda há muito o que fazer. A luta pela salvaguarda da biodiversidade da Ilha Grande e a inclusão desses jovens são a nossa busca incansável. Este livro conta a história desses trinta anos de um compromisso que se manteve inquebrantável.

Armando Klabin

CESAR TARTAGLIA é formado em Jornalismo pela Universidade Federal Fluminense. Começou a trabalhar em redação em 1978, como repórter do jornal *O Fluminense*, no qual exerceu também a função de editor do caderno de cultura. Entre 1982 e 1988 atuou no *Pasquim*, respectivamente como repórter, chefe de redação e editor do semanário.

Em 1989, transferiu-se para *O Globo*. De 1993 a 2003, assinou nesse jornal a coluna Pessoas. Como editor-assistente, trabalhou para diversas editorias do diário, e também assinou uma coluna especializada em Carnaval. Tornou-se articulista e editorialista em julho de 2007, funções que exerceu até janeiro de 2017, quando deixou o veículo. Ainda no jornal, coordenou e editou o site Memória O GLOBO e editou o livro *O Globo 90 anos - Primeiras Páginas* e o e-book *Grandes Reportagens*.

Em 2005, coordenou editorialmente duas edições do livro *Vox*, da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj), voltado para um público de juristas, advogados, magistrados e políticos em geral. Também foi editor, por dois anos, da *Revista da Amaerj*, publicada pela associação.

Em 2003, ganhou o Prêmio Austregésilo de Athayde, da Academia Brasileira de Letras, como Destaque 2002/2003 pela contribuição da coluna Pessoas ao desenvolvimento e à cultura na cidade do Rio de Janeiro. É um dos autores selecionados para a edição do livro *Jornalistas que valem 50 contos*, editado no início de 2006 no Rio de Janeiro.

**BRIGADA MIRIM
ECOLÓGICA
DA ILHA GRANDE
30 ANOS**



MINISTÉRIO DA CIDADANIA APRESENTA

Apoio cultural

Realização



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



Distribuição gratuita de 100% dos 1.200 exemplares. Venda proibida.

CESAR TARTAGLIA

BRIGADA MIRIM ECOLÓGICA DA ILHA GRANDE 30 ANOS

Chermont
Editora



**BRIGADA
MIRIM ECOLÓGICA
DA ILHA GRANDE**

A todos que contribuíram para a criação, a manutenção e a continuidade da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande. Em particular, aos jovens brigadistas e suas famílias, e em especial aos nossos patrocinadores, sócios e mantenedores, que ao longo dos anos têm sido decisivos para a realização de nossa missão.

Lagoa Azul:

um dos principais pontos turísticos da Ilha Grande





COPYRIGHT © 2019 BY BRIGADA MIRIM ECOLÓGICA DA ILHA GRANDE

Autor: CESAR TARTAGLIA

Coordenação do projeto: SAULO SERGIO CHERMONT DE LIMA

Elaboração da proposta: JORGE NUNES

Coordenação e edição do miolo: ROMILDO CASTRO GOMES

Coordenação editorial e de produção gráfica: CRISTINA FERNANDES/TRIVIUM EDITORIAL

Edição: WALLY CONSTANTINO

Revisão: FRANCISCO JOSÉ COUTO

Design da capa: DOUGLAS KENJI WATANABE

Projeto gráfico e design do miolo: ROMILDO CASTRO GOMES/STUDIO ROMA DESIGN

Produção gráfica: CARLOS ALVES JR.

Fotos de capa e miolo: Acervo da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande

Bruno Poppe

Custodio Coimbra

Ilustrações e imagens Royalty Free: Acervo do Studio Roma Design/Cedido à Brigada Mirim

Todos os direitos desta edição reservados com exclusividade

para Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande

Praia do Flamengo, 154 - 3º andar

Rio de Janeiro – RJ

CEP 22210-030

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte dela,
por qualquer forma ou meio, constitui violação do copyright (Lei nº 5.988).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Tartaglia, Cesar

Brigada mirim ecológica da Ilha Grande : 30 Anos / Cesar Tartaglia. -- São Paulo : Chermont Editora, 2019.

ISBN 978-85-68637-02-9

1. Biodiversidade 2. Ecologia - Grande, Ilha (RJ) 3. Maricultura - Grande, Ilha (RJ) 4. Meio ambiente - Preservação

5. Proteção ambiental - Grande, Ilha (RJ)

I. Título.

19-31501

CDD-304.2918153

Índices para catálogo sistemático:

1. Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande : Rio de

Janeiro : Meio ambiente : Preservação :

Ecologia 304.2918153

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Chermont
Editora

Impresso pela Pancrom Indústria Gráfica Ltda.



Órgãos da administração

DIRETORIA

ARMANDO KLABIN – Diretor Presidente

CARLOS JARDIM BORGES – 1º Diretor Vice-Presidente

JOSÉ ANTONIO DO NASCIMENTO BRITO – 2º Diretor Vice-Presidente

LUIZ EDMUNDO DE ANDRADE – 3º Diretor Vice-Presidente

JOSÉ CARLOS VASCONCELOS ANDRADE – Diretor Financeiro

PEDRO PAULO RIBEIRO VIEIRA – Diretor Administrativo

MÔNICA MARIA WELSING – Diretora Jurídica

ALEXANDRE ABU ALLA – Secretário-Geral

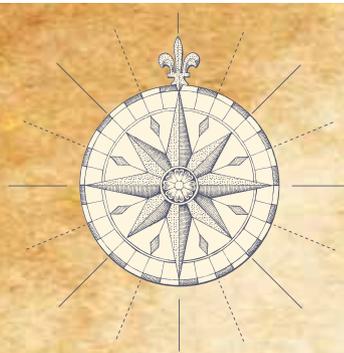
ADMINISTRAÇÃO

(Vila do Abraão)

ULISSES MANSUR – Supervisor Administrativo

RAFAEL MARQUES – Auxiliar Administrativo

COSME JÚNIOR – Marinheiro/Maricultor



1989

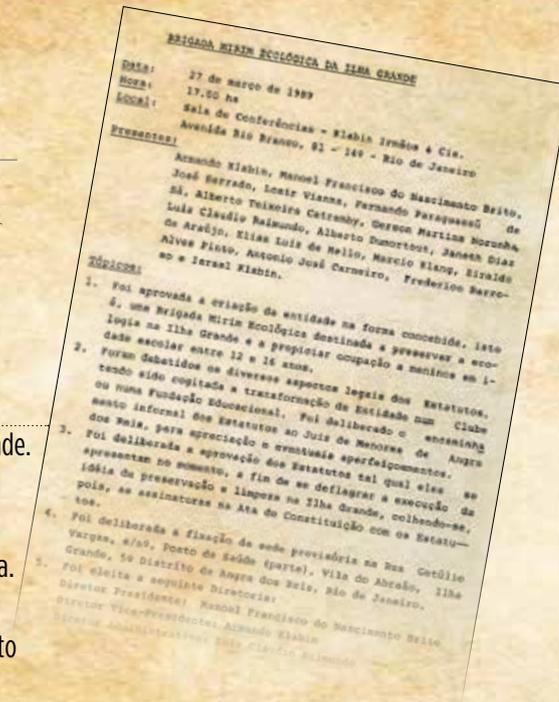
27/2 – Criação da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande.

27/3 – Reunião de constituição legal da Brigada.

27/3 – M. F. do Nascimento Brito é eleito o primeiro presidente da Brigada.

27/6 – Registro do estatuto social da Brigada no Cartório do 2º Ofício de Angra dos Reis.

19/10 – A Brigada é declarada de Utilidade Pública Municipal (Lei 487).



1992

Realização da Rio 92.

1993

12/05 – A Brigada é declarada de Utilidade Pública Estadual (Decreto 18.663).



1994

15/3 – Mudança da sede para o atual endereço na Av. Beira Mar, no Abrão



Brigadistas em frente à sede, na Vila do Abraão

1995

Doação da primeira fazenda marinha para a Brigada, feita em parceria entre Eletronuclear, IED-BIG e Petrobras.



A fazenda marinha, no Abraãozinho





1996

17/06 – Declarada de Utilidade Pública Federal (decreto presidencial).

2003

8/2 – Armando Klabin assume a presidência da Brigada Mirim.

2007

Realização de pesquisa demográfica na ilha.

2008

3/3 – Inscrita no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como membro titular.

19/12 – Inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social de Angra dos Reis, com o número de inscrição 012/CMAS/2008 (19 de dezembro).

2015

Licenciamento da fazenda marinha da Praia Vermelha (Araçatiba).

Implantação do Projeto Algas Marinhas.

Incremento do programa de resíduos sólidos.



2016

Logomarca da Brigada na cerimônia da abertura das Olimpíadas do Rio de Janeiro (julho).



Projeção da logomarca da Brigada no Maracanã



2018

Distribuição na Vila do Abraão das cartilhas do projeto de reciclagem de lixo (abril).

2019

Comemoração de 30 anos da Brigada Mirim.

A Unesco declara a Ilha Grande Patrimônio da Humanidade (julho).

Conclusão das obras de reforma da sede.



LINHA DO TEMPO**TRINTA ANOS DA BRIGADA** | 8**PREFÁCIO** | 12*Sinal verde para a Ilha Grande – Israel Klabin***BAÍA DA ILHA GRANDE** | 14*Entre belezas naturais e problemas reais***PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE** | 20*Uma terra de superlativos***ARTIGOS***Pilar da conscientização – Valéria Michel* | 24*Compromisso e dedicação – Cezar Baião* | 26*Trabalho pioneiro – Gabriela Lobato Brandão Marins* | 28*Trinta anos de responsabilidade social – Fernando Jordão* | 30**COMPROMISSO***Os dez mandamentos da Brigada Mirim Ecológica* | 32**CAPÍTULOS****CAPÍTULO I** | 34*Um caldo de demandas em meio ao paraíso***CAPÍTULO II** | 42*Ações contra atividades deletérias***CAPÍTULO III** | 54*Compromisso com a cidadania***CAPÍTULO IV** | 64*A consolidação da maricultura***CAPÍTULO V** | 74*O potencial das plantas do mar***CAPÍTULO VI** | 82*O problema da destinação do lixo***CAPÍTULO VII** | 88*A redução de danos ao ambiente***CAPÍTULO VIII** | 100*Dois Rios: da pujança ao esvaziamento***CAPÍTULO IX** | 108*De olho no futuro*

PERSONAGEM

- M. F. DO NASCIMENTO BRITO | 120
DONA JANETH | 122
ELIAS | 125
VALDIR SIQUEIRA | 127
ZIRALDO | 130
RAFAEL E ATHIRSON | 131
CARLOS KAZUO | 134
ADRIELE | 137
MICHELE | 138
FREDERICO CATRAMBY | 140

MEMORABILIA

- Caderno de fotos* | 143

DEPOIMENTOS

- JORGE PAULO LEMANN | 149
JOSÉ ROBERTO MARINHO II | 149
TERESA CRISTINA BRACHER
E CANDIDO BRACHER | 150
HAAKON LORENTZEN | 150
CARLOS BORGES | 151
JOSÉ ANTONIO DO NASCIMENTO BRITO | 153
LUIZ EDMUNDO DE ANDRADE | 156
ROSA KLABIN | 158
WOLFF KLABIN | 160
DANIELA KLABIN BASÍLIO | 163
JOSÉ KLABIN | 165
BERNARDO KLABIN | 168
NELSON PALMA | 170
PAULO FREDERICO CAMPOS BARROZO | 173
MARCELO SZPILMAN | 175
RODRIGO DE OLIVEIRA CHAGAS | 176
MARIO DOS REIS | 178
BRUNO SIQUEIRA | 179

INSTITUIÇÃO

- TURMA DE 2019 | 180
NÚCLEOS DA BRIGADA MIRIM | 182

AGRADECIMENTOS | 183





Sinal verde para a Ilha Grande

Estou na Ilha Grande desde 1975, aproximadamente. Como velho marinheiro, sempre naveguei pela Baía de Angra dos Reis e parávamos sempre na Enseada do Abraão, nosso porto de chegada. Esse era um momento indescritível em termos de beleza natural e da oferta de bens públicos.

Naquela época, 1975, eu estava me casando. Ofereceram-me o Morcego, uma propriedade tombada onde há um imóvel construído em 1629, a terceira casa mais antiga do Brasil. Ela foi reconstruída com assistência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e hoje preserva exatamente a aparência que possuía no século XVII. Isso implica um amor profundo, um amor que tenho pela restauração da ilha e pela manutenção de seus bens naturais.

A Ilha Grande é um dos repositórios de vida natural mais importantes do mundo. Ela tomou pulso como tal há muito tempo, mas isso só foi conscientizado no fim do século XX.

Quando meu irmão Armando Klabin iniciou esse trabalho extremamente importante, que é a conscientização pela preservação desse bem natural, nele envolvendo as novas gerações que vivem na região, deu-se um passo muito importante. Não só para a Ilha Grande, mas para toda a Baía de Angra dos Reis e, sem dúvida, serve como exemplo do que deveria ser feito no Brasil inteiro.

Com a criação da Brigada Mirim Ecológica consubstanciou-se esse ideal, que tem sido levado ao longo desses trinta anos de forma admirável. É um programa de ação que envolve – e beneficia – não apenas os jovens da Ilha Grande, mas todos aqueles que a visitam, despertando a consciência da importância de se preservar o meio ambiente.





Eu tenho uma ligação com a Brigada por intermédio do meu irmão, e me sinto representado por ele nesse grandioso projeto. Armando é um administrador nato, e tem feito um trabalho de paixão. Tenho muito orgulho do que ele faz.

Israel Klabin
Empresário e
ex-prefeito do Rio de Janeiro

Em primeiro plano, o Bico do Papagaio, em meio a densa vegetação de Mata Atlântica e, ao fundo, o azul da Baía da Ilha Grande, um dos repositórios de vida natural mais importantes do mundo



Entre belezas naturais e problemas reais

A história da Baía da Ilha Grande pós-descobrimiento começa simultaneamente com as primeiras expedições portuguesas à nova terra encontrada por Pedro Álvares Cabral em 1500. Assim como Vera Cruz, tudo indica que essa região da Costa Verde entrou nos mapas cartográficos da Coroa por obra do acaso. Para assegurar o domínio sobre a descoberta de Cabral, numa época em que piratas cortavam os mares em missões de contrabando, uma esquadra foi enviada de Portugal com o propósito de começar a fazer o mapeamento geográfico das terras. A expedição marítima iniciou os trabalhos a partir do Rio Grande do Norte. Descendo o litoral, a frota aportou numa imensa baía margeada, no continente, por morros cobertos de florestas de Mata Atlântica, banhada por águas de um verde profundo e, na barra, por uma imensa ilha que demarcava os limites da angra a partir dos quais se embocava rumo a mar alto.

Era 6 de janeiro de 1502 – o dia dedicado aos santos reis. O batismo da angra recém-descoberta obedeceu à lógica lusitana de associar acontecimentos, epopeias, feitos, conquistas e lugares a divindades da religião católica. Chegou-se, assim, ao nome do futuro município de Angra dos Reis, o ponto de onde se iniciaria a ocupação daquela região, cujos horizontes meridionais confluem para a grande ilha, que serve de anteparo contra o forte movimento de águas oceânicas lá à frente. O acidente insular ganharia o nome de Ilha Grande, um gigantesco e dominante ponto de referência comum em contraponto ao entorno continental da região banhada pela baía em frente. A Baía da Ilha Grande.

Se a chegada dos portugueses à região foi quase imediata, a colonização e a exploração econômica respeitaram um lapso de tempo mais

À direita.

Na vista aérea da Lagoa Azul, os vários tons de verde e azul de uma policromia que colore o encontro da Mata Atlântica com o Oceano Atlântico na Ilha Grande





longo. Somente a partir da segunda metade do novo século deu-se o seminal ciclo de ocupação das terras – então domínio exclusivo de nações indígenas – por populações exógenas. Os portugueses podem ter demorado a se organizar para explorar seus novos domínios no litoral ao sul do Rio de Janeiro, mas, a partir de meados dos anos 1500, a região passou a figurar com destaque – com maior ou menor importância, dependendo do período e da intensidade de ações de incremento da produção – nos indicadores da balança comercial da Coroa.

Desde então, a Baía da Ilha Grande passou por ciclos econômicos que legaram à região graves problemas ambientais, a despeito de esses movimentos terem se tornado, no mercado interno ou nas exportações, importantes vetores de exploração e comercialização das *commodities* brasileiras de cada época. Os ciclos do ouro, do café e da cana-de-açúcar cevaram fortunas, fortaleceram a economia da colônia, do império e, mesmo, da República Velha. Também contribuíram para o crescimento dos municípios da baía. Mas deixaram mazelas. Algumas parecem cicatrizadas, mas não poucas de suas consequências ainda são marcantes na vida das cidades. O assoreamento de boa parte da rede fluvial local, a esterilização de terras devido a cultivos não sustentáveis e a degradação ambiental deles decorrente são alguns desses problemas que reclamam ações estruturais de reparo. Ações que passam pelo papel do Estado, sobretudo em questões de infraestrutura e de programas públicos de incentivo ao desenvolvimento sustentável. Mas passam também pela participação da iniciativa privada, como locomotiva de investimentos cujos montantes e cuja agilidade superam as possibilidades engessadas dos orçamentos públicos.

Com uma extensão de 1.125 quilômetros quadrados, trata-se da quarta maior baía do Brasil. Para efeitos de localização geográfica, a Marinha brasileira a divide em quatro angras: Sepetiba, Mangaratiba, Jacuacanga e Paraty. Sua barra se estende da Ilha da Marambaia à Ponta da

O batismo da recém-descoberta Angra dos Reis obedeceu à tradição da Coroa portuguesa de associar acontecimentos, epopeias, feitos, conquistas e lugares a divindades da religião católica



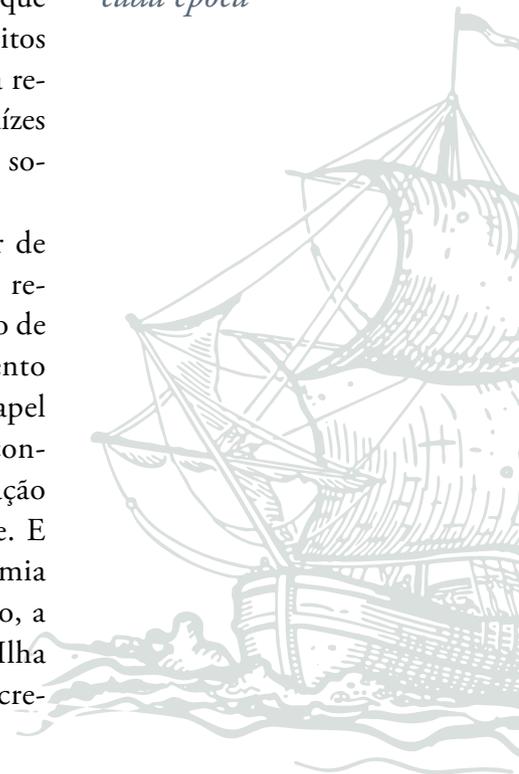


Joatinga. Nesses imensos limites, convivem um deslumbramento de maravilhas naturais e um manancial de problemas. As demandas históricas são fruto de uma colonização sem planejamento e, em grande medida, predatória. A esse panorama estrutural juntaram-se, como decorrência do desapareço secular, fatores conjunturais – em especial a negligência dos poderes públicos diante de questões que reclamavam intervenções corajosas, inadiáveis, mas quase sempre postergadas até o limite da inação.

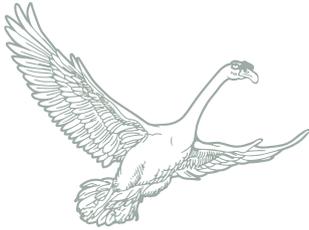
Nesse aspecto, em particular, insere-se o que talvez seja o mais premente problema da região: o da ocupação desordenada do solo, fruto de projetos de urbanização desastrosos, de omissões graves do poder público e de outros fatores igualmente perniciosos. A esse caldo juntam-se, por fim, graves distorções de política administrativa. Pode ser que essas sejam meramente pontuais. É o caso do agravamento de conflitos sociais, em especial o aumento da violência criminal, um problema recente na região, mas nem por isso menos grave. São equações de raízes distintas, mas que se interligam, e que, por isso mesmo, reclamam soluções multidisciplinares.

A esse respeito, deve-se ressaltar a importância do despertar de uma consciência ecológica sólida, um fenômeno mais ou menos recente, porém fundamental para a comunhão da sociedade em torno de projetos de preservação ambiental e de políticas de desenvolvimento sustentável. Por fim, mas não menos crucial, deve-se destacar o papel da iniciativa privada nesse processo, seja em ações imediatas de contenção de crises agudas, seja em iniciativas estratégicas de preservação do legado histórico, cultural e ambiental da Baía da Ilha Grande. E seja também no envolvimento com programas e projetos de economia sustentável para a região. Sob esse particular aspecto, por exemplo, a criação do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Baía da Ilha Grande (Consig) foi um passo fundamental para incentivar o incremento de políticas multidisciplinares para a baía.

A Baía da Ilha Grande passou por ciclos econômicos que deixaram graves demandas, a despeito da importância desses movimentos para as commodities brasileiras de cada época



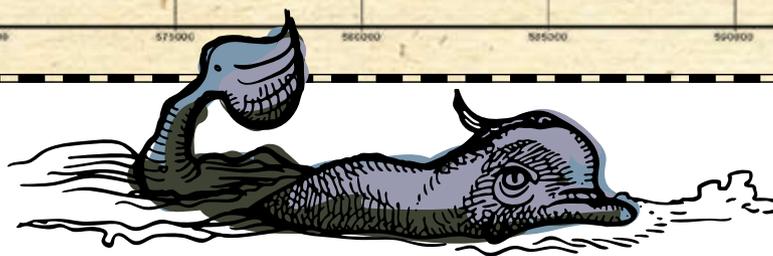
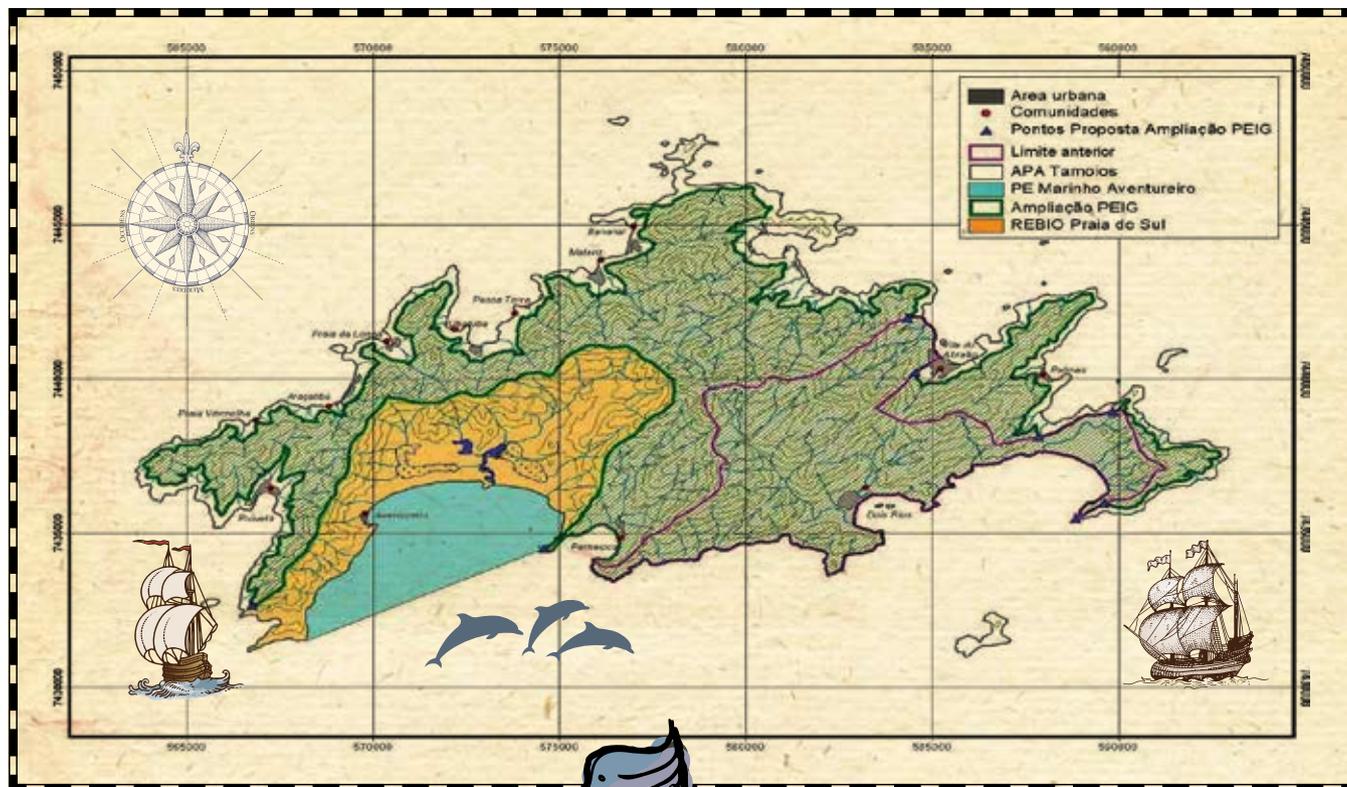
Uma consciência ecológica sólida é fundamental para a comunhão da sociedade em torno de projetos de preservação ambiental



No que diz respeito especificamente à Ilha Grande, à exceção do citado problema da violência criminal – ao menos na dimensão registrada em outras regiões –, todos os demais aspectos se reúnem nessa fabulosa porção insular do município de Angra dos Reis como uma espécie de síntese das demandas de toda a baía. E como uma consolidação do princípio de que enfrentar tais problemas implica necessariamente adotar ações multidisciplinares de reparo estrutural, de contenção de agravos históricos ou conjunturais e de redução de danos pontuais. Para além desses colapsos gerenciais comuns à região, a ilha enfrenta questões próprias, como a convivência com uma população flutuante que, nos picos de alta temporada, supera a ordem de 15 mil pessoas. Isso num espaço de terra resguardado por três instituições normativas de preservação ambiental – a Área de Proteção Ambiental dos Tamoios, o Parque Estadual da Ilha Grande e a Reserva Biológica da Praia do Sul – que nem sempre conseguem cumprir seu papel. Nesse território privilegiado pela Providência, mas nem sempre tratado com a devida deferência pelos homens, o turismo desponta como o motor de sua economia. No entanto, a despeito disso, a ilha ainda não dispõe de uma sólida política de desenvolvimento sustentável.

É nesse sentido que a ação de organismos não governamentais como o Consig e, num plano insular ainda mais estrito, a Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande, criada em março de 1989, se reveste de grande importância. O aparecimento da BMEIG foi fruto da preocupação de empresários e setores da sociedade local com os rumos que então já tomava a ocupação da ilha após a desativação da colônia penal de Três Rios. Por quase todo o século XX o presídio da Ilha Grande funcionou como desestímulo à invasão e, por decorrência, à ocupação predatória do fabuloso território insular que domina a barra da quarta maior baía do país. Ao completar trinta anos de existência, a Brigada, a par de seu





elogiável cunho social, consolida-se como um programa efetivo de comunhão com políticas integradas que buscam estimular a preservação ambiental, contribuir para despertar a consciência ecológica de turistas e nativos e promover ações voltadas para uma economia sustentável no seu sentido mais amplo – da qual o turismo é a grande vocação natural e a fonte de renda mais pujante da ilha.

Mapa dos mecanismos de preservação ambiental da Ilha Grande. A Costa Verde tem, em geral, instrumentos legais eficientes para conter agravos aos biomas locais





Uma terra de superlativos

Por decisão da Unesco, Ilha Grande e Paraty passam a ser Patrimônio da Humanidade pelo ativo natural e histórico da região

A Ilha Grande é um pedaço de terra de superlativos que vão, no plano físico, desde a extensão territorial até a inigualável beleza de suas praias, montanhas e vegetação, se observada a formação insulana pelo lado onírico. Disso resulta que é impossível se referir à Ipaum Guaçu – nome da ilha na língua tupi – de seus antepassados tamoios sem recorrer a adjetivos. E a essa moldura de biodiversidade exuberante junta-se a particularidade da coexistência entre uma cultura viva e uma cultura ancestral.

Em boa parte ainda primária – e mesmo naqueles nichos em que, por força da colonização, os conhecimentos da gente da terra se amalgamaram com os dos conquistadores portugueses – a cultura local, predominantemente caiçara, registra uma riquíssima contribuição da Ilha Grande para a formação da memória histórica e demográfica do país.

Localizada na barra de Angra dos Reis que se abre para a imensidão do Oceano Atlântico, distante 130 quilômetros da capital fluminense, e outros 420 quilômetros da sede do governo de São Paulo, a ilha se estende por 31,8 quilômetros de comprimento e 14,5 quilômetros de largura – totalizando uma área de 193 quilômetros quadrados. De uma ponta a outra de todos os quadrantes, a Ilha Grande é, em tudo, o retrato de um gigantismo que encanta.

Juntos, tal ativo natural e uma *memorabilia* que preserva a história – como se os fatos, ritos e objetos ainda pudessem ser observados ou tocados – formaram um painel do qual decorreu um passo gigantesco



À direita.

Praia do Aventureiro: pedras, areia clara, o mar e a vegetação formam uma imagem de cartão-postal conhecida em todo o mundo







para a formação de um poderoso anteparo contra agressões de toda ordem a esse patrimônio do planeta. No início de julho de 2019, a Unesco declarou a Ilha Grande – num conjunto que inclui a cidade histórica de Paraty – Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade.

A área abrigada sob o guarda-chuva preservacionista da Unesco abrange 149 mil hectares. Nela estão o Centro Histórico de Paraty, quatro reservas naturais e a totalidade da Ilha Grande. Nessa guarida, de acordo com o Iphan, encontram-se 85% de Mata Atlântica preservada, 36 espécies de plantas raras – 29 delas endêmicas, logo, exclusivas da região –, espécies animais sob risco de extinção, diversidade marinha ímpar, 187 ilhas cobertas de vegetação nativa, sítios históricos e mais.

O sítio “Paraty e Ilha Grande: cultura e biodiversidade”, o primeiro no Brasil a ser declarado pela Unesco na categoria mista – natural e cultural –, resultou de uma ampla parceria de organismos do poder público e organizações não governamentais. Para Fernando Jordão, prefeito do município de Angra dos Reis, um dos parceiros na candidatura levada ao crivo das Nações Unidas, a decisão da Unesco “foi um gol de placa”.

“Essa decisão contribui muito para os movimentos de preservação da Ilha Grande, e também para a elaboração de projetos sustentáveis de ecoturismo. A ilha tem um potencial enorme, uma vocação extraordinária para o turismo, um turismo consciente, responsável, que gere renda para o município e se beneficie de políticas públicas adequadas para transformar esse paraíso num destino com boas condições de recepção para o turista. Isso implica criar uma infraestrutura de nível internacional e, ao mesmo tempo, adotar o princípio do respeito à biodiversidade local. A ilha precisa aproveitar seu potencial e desenvolver uma política de turismo que a engrandeça. Preservar não é deixar ao abandono, não é empecilho para o uso responsável das belezas naturais. Há espaço para implementar um turismo com essas características, um caminho para, entre outras providências, inibir ocupações ilegais com características de-





gradantes”, afirma o prefeito, que abraçou a candidatura conjunta logo ao tomar posse em seu terceiro mandato na chefia do Executivo de Angra e acompanhou *in loco* a 43ª reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, em Baku, no Azerbaijão, na qual se deu a avocação da Unesco.

A presidente do Iphan, Kátia Bogéa, registrou a importância da declaração da Unesco em entrevista ao jornal *O Globo*, de 5 de julho de 2019: “Em Paraty e Ilha Grande, uma área com diversas reservas ecológicas, vemos de maneira excepcional e única uma conjunção de beleza natural, biodiversidade ímpar, manifestações culturais em fabuloso conjunto histórico e importantes testemunhos arqueológicos para a compreensão da evolução da Humanidade”.

Por sua vez, o biólogo Pedro Paulo Vieira, diretor administrativo da Brigada Mirim, destaca que a inclusão da Ilha Grande no anteparo da Unesco é uma conquista inestimável, pois cria um compromisso internacional do país com a preservação da região. Estima-se que, ao chamar a si a atenção quanto à vigilância preservacionista desse naco da Costa Verde, o órgão das Nações Unidas deixa uma porta aberta, quase uma determinação, para a adoção de gestões compartilhadas do sítio tombado, em ações que devem envolver diferentes representações regionais. A avocação, em si, é um inconfundível balizamento para a definição de responsabilidades de todos os parceiros quanto à defesa desse patrimônio universal.

“Isso reforça não só as políticas, em curso ou por serem criadas, baseadas no princípio da defesa dos bens naturais da região, aí incluídos os cuidados com a preservação dos diferentes biomas. Ao mesmo tempo, cria uma matriz de operação, uma delimitação, para ações relacionadas ao uso sustentável desses bens, e, creio, de forma inegociável. Isso vale para políticas ambientalistas e atividades industriais, para a navegação, para o uso do solo e projetos urbanísticos... Enfim, a Ilha Grande ganha um notável parceiro para se precaver de riscos à sua rica biodiversidade”, afirma Pedro Paulo.

A decisão da Unesco reforça as políticas baseadas no princípio da defesa dos bens naturais da Ilha Grande





Pilar da conscientização

A recente decisão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) de declarar a Ilha Grande – juntamente com a cidade de Paraty – um patrimônio natural da humanidade é um marco importante e uma conquista enorme para todos nós. Ela sinaliza para a sociedade a necessidade de se conscientizar em relação a hábitos diários sustentáveis, como a separação e o descarte adequados dos resíduos, e o consumo consciente dos recursos naturais.

A educação ambiental é um pilar fundamental para promover a conscientização, e o amadurecimento da responsabilidade compartilhada entre empresas, governo e sociedade constitui um caminho para novos avanços. Digo isso a partir da atuação prática da Tetra Pak, ao longo de mais de vinte anos, em projetos voltados para a sensibilização e o engajamento de pessoas na preservação do meio ambiente.

Há trinta anos, a Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande adota uma agenda com um viés ambientalista e outro social, numa ação fundamental e admirável. Para visualizarmos mudanças concretas precisamos realizar projetos em diversas frentes: a capacitação dos jovens e o cuidado com eles estão entre as grandes oportunidades para construir novas bases para as futuras gerações.

Fico feliz por acompanhar as iniciativas que ali se desenvolvem, pois acredito que trazer esse conhecimento e proporcionar aos jovens a construção de valores permite que eles se tornem agentes de transformação, o que é realmente muito enriquecedor para a sociedade e para a preservação dos recursos naturais do nosso planeta. Esse modelo vai ao encontro de projetos que realizamos em escolas, comunidades e locais públicos, pois acreditamos fundamentalmente que os





princípios da economia circular são o melhor caminho para a conscientização da população.

Cada ação que prioriza a conscientização e o desenvolvimento sustentável e humano importa muito. O caminho ainda é longo para uma clareza que se reflita na prática com relação ao descarte e uso conscientes. E, vislumbrando isso, é primordial que a caminhada da Brigada Mirim continue forte e sendo motivo de orgulho para tantas pessoas, como nós da Tetra Pak.

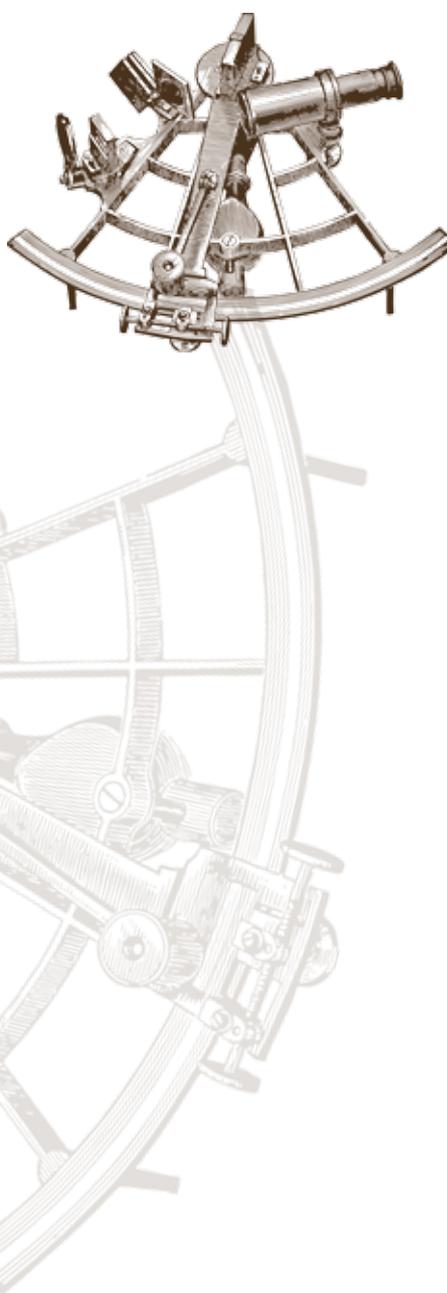
Brigadista vistoria

o cultivo em fazenda marinha: a maricultura está entre as principais ações da agenda da Brigada Mirim

Valéria Michel

Diretora de Economia Circular
para as Américas da Tetra Pak





Compromisso e dedicação

É com grande satisfação que parabenizamos o projeto Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande (BMEIG) pelo seu 30º aniversário. Chegamos até aqui como parceiros de longa data, apoiando e incentivando a preservação ambiental local e contribuindo para que cada vez mais jovens tenham assegurado o pleno exercício da cidadania e possam ser capacitados como agentes de duas transformações fundamentais: do ambiente social e de suas próprias realidades.

Temos muito orgulho de ser parte desses trinta anos de uma trajetória de sucesso, proporcionando trabalho, saúde, educação e cidadania aos jovens da Ilha Grande, melhorando sua formação e aprimorando o exercício de seus deveres e direitos como cidadãos.

Uma das diretrizes de responsabilidade social do Grupo Wilson Sons envolve o foco na formação e capacitação de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, o que vai ao encontro das iniciativas que o projeto BMEIG implementa. Não à toa temos essa parceria duradoura, que nos traz a oportunidade de apoiar o protagonismo dos participantes do projeto, construindo suas próprias histórias com comprometimento e dedicação.

E é isso o que esperamos dos nossos parceiros: que consigam crescer e evoluir, unidos por um único objetivo: o desenvolvimento social e sustentável.

Queremos deixar esse legado para a Baía da Ilha Grande, cientes do nosso papel no desenvolvimento da sociedade e no estímulo ao engajamento social, sobretudo para as atividades que estão intimamente ligadas ao nosso negócio: o mar.

O peso de uma trajetória longa e bem-sucedida é o poder de transformação constante, capaz de nos levar adiante. Com mais de 180 anos





de mercado, podemos afirmar que o segredo para isso mora na inovação e na capacidade de adaptação, dois pilares sobre os quais o projeto BMEIG demonstrou ser capaz de se sustentar.

O Grupo Wilson Sons deseja muito sucesso, e que os próximos trinta anos sejam permeados de novas e grandes conquistas!

Parabéns!

Brigadistas e orientadores

do Inea em atividade na plantação de mudas, na Vila do Abraão, em projeto de reflorestamento de áreas degradadas

Cezar Baião
CEO do Grupo Wilson Sons



Trabalho pioneiro

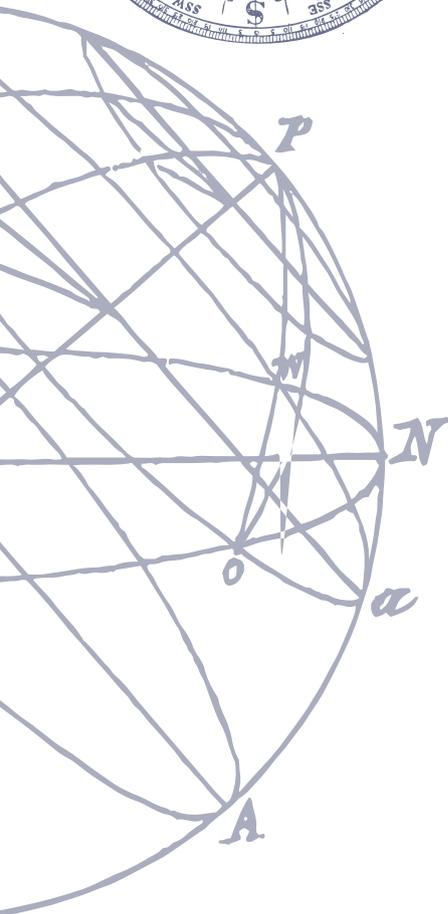
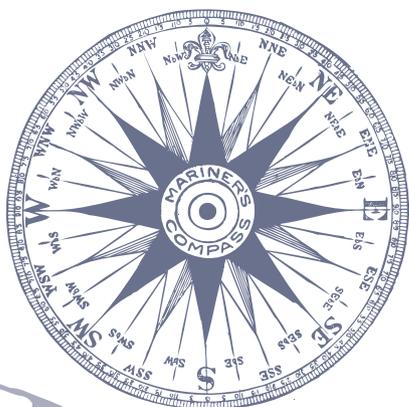
A responsabilidade socioambiental tornou-se um ponto imprescindível na educação básica de qualquer cidadão, e transpor tais medidas aos pilares de atividades da economia é quase uma obrigação no cenário atual.

Em inúmeras cidades, em bairros e vizinhanças o desenvolvimento social ainda está em seus primeiros estágios de evolução. Tais localidades muitas vezes carecem de atividades educacionais, de lazer e entretenimento. O espaço que deveria ser preenchido pelo Estado muitas vezes é ocupado por benfeitorias e instituições de cunho social que trabalham em prol de mudanças e crescimento mútuo. Dessa forma, ser favorável a tais atividades é também contribuir para o desenvolvimento da comunidade.

Apoiar projetos como a Brigada Mirim Ecológica ou desenvolver projetos próprios de educação socioambiental – como é feito pela BR Marinas – são belos exemplos de como se pode manter uma relação simbiótica com seu entorno, tanto no aspecto social quanto no ambiental.

O trabalho da Brigada Mirim é verdadeiramente pioneiro e emocionante, criando conscientização e dando oportunidade e educação para a população local. Hoje, com o grau de degradação ambiental atingido, a resposta tem de vir de uma nova lógica de investimentos, com viés regenerativo e contínuo. A Ilha Grande e o mar de Angra dos Reis são os maiores ativos das empresas de turismo e lazer da região.

Em regiões litorâneas repletas de belezas naturais, a limpeza e a organização são pontos fundamentais para se manter e atrair





o turismo. Um ambiente coeso estimula o enquadramento dos indivíduos que o coabitam; assim, as ações de limpeza das praias e educação ambiental são de extrema relevância para a preservação do ambiente e a conscientização.

A BR Marinas, com essa visão de preservação e valorização dos bens sociais e naturais, busca também promover, participar e divulgar campanhas de conscientização ambiental.

Estando ainda presente no meio empresarial, a Brigada Mirim consolida a sua mensagem, além de estimular novas ações e práticas pela iniciativa de terceiros. Suas atividades, além do caráter socioambiental que por si só representam, inspiram pessoas e marcas a fazer o mesmo – uma iniciativa que deve ser replicada em outros locais.

Que venham mais iniciativas como a Brigada Mirim e muito obrigada pelo trabalho!

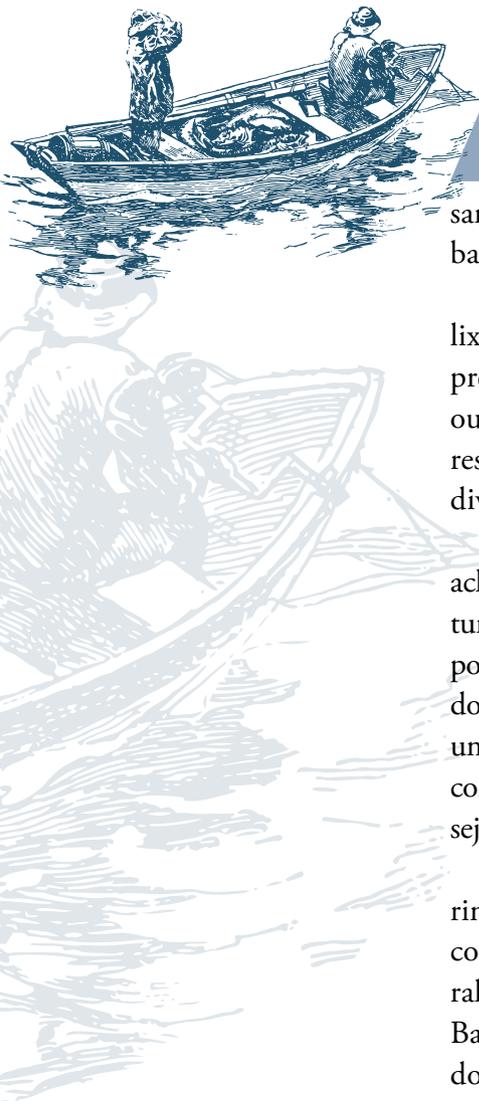
Gabriela Lobato Brandão Marins
Empresária, proprietária da BR Marinas

Brigadistas em ação:

jovens recolhem lixo na areia da Praia de Lopes Mendes e na trilha de acesso. A preocupação com a manutenção da limpeza da orla da Ilha Grande está na origem da criação da Brigada Mirim



Trinta anos de responsabilidade social



A Ilha Grande é um santuário – sem dúvida o lugar mais bonito do planeta. Apenas para citar um exemplo, Lopes Mendes é uma praia sem comparação em todo o mundo. E, dentro desse santuário, a Brigada Mirim Ecológica completa trinta anos de um trabalho socioambiental admirável.

As ações dos brigadistas nas praias e trilhas, de onde recolhem o lixo deixado por visitantes que ainda não aprenderam a dar valor à preservação do meio ambiente de uma região inigualável, bem como outros projetos desenvolvidos pela entidade, se alinham entre as mais responsáveis iniciativas no âmbito da conscientização e defesa da biodiversidade local.

É fundamental valorizar esse trabalho, porque muitas vezes as pessoas acham que evitar a degradação ambiental é obrigação unicamente da prefeitura. Mas empreendimentos como esse, da Brigada Mirim, levado a termo por empresários como Armando Klabin e outros diretamente comprometidos com a manutenção dessa organização não governamental (ONG), são um exemplo de como a sociedade como um todo, à luz do compromisso com o bem geral, pode se organizar para também fazer a sua parte – qual seja cumprir com seus deveres ditados pelo princípio da cidadania.

E se revestem ainda mais de importância as ações da Brigada Mirim diante da recente declaração, pela Unesco, da Ilha Grande – em conjunto com a cidade de Paraty – como Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade. Este é um esforço de muitos anos, consagrado em Baku, no Azerbaijão, no início de julho de 2019, na reunião do Comitê do Patrimônio Mundial.

Um empenho que, por certo, contou com a decisiva participação





de entidades como a BMEIG, cuja trajetória se alinha com os princípios que levaram à histórica – e preciosa – declaração do organismo que, no âmbito das Nações Unidas, elabora políticas relacionadas a Educação, Ciência e Cultura.

O trabalho da Brigada Mirim é uma inequívoca evidência de que os atores presentes na Ilha Grande têm muito a contribuir para o futuro da região. Em particular, reforço, deve-se felicitar o empenho pessoal de Armando Klabin na consolidação dessa ONG que conseguiu mobilizar uma rede de empresários e empresas, bem como setores importantes da comunidade insulana para, ao longo dessas três décadas, manter a Brigada e consolidar seus projetos socioambientais.

Colheita de algas:

“O trabalho da Brigada Mirim é uma inequívoca evidência de que os atores presentes na Ilha Grande têm muito a contribuir para o futuro da região”

Fernando Jordão

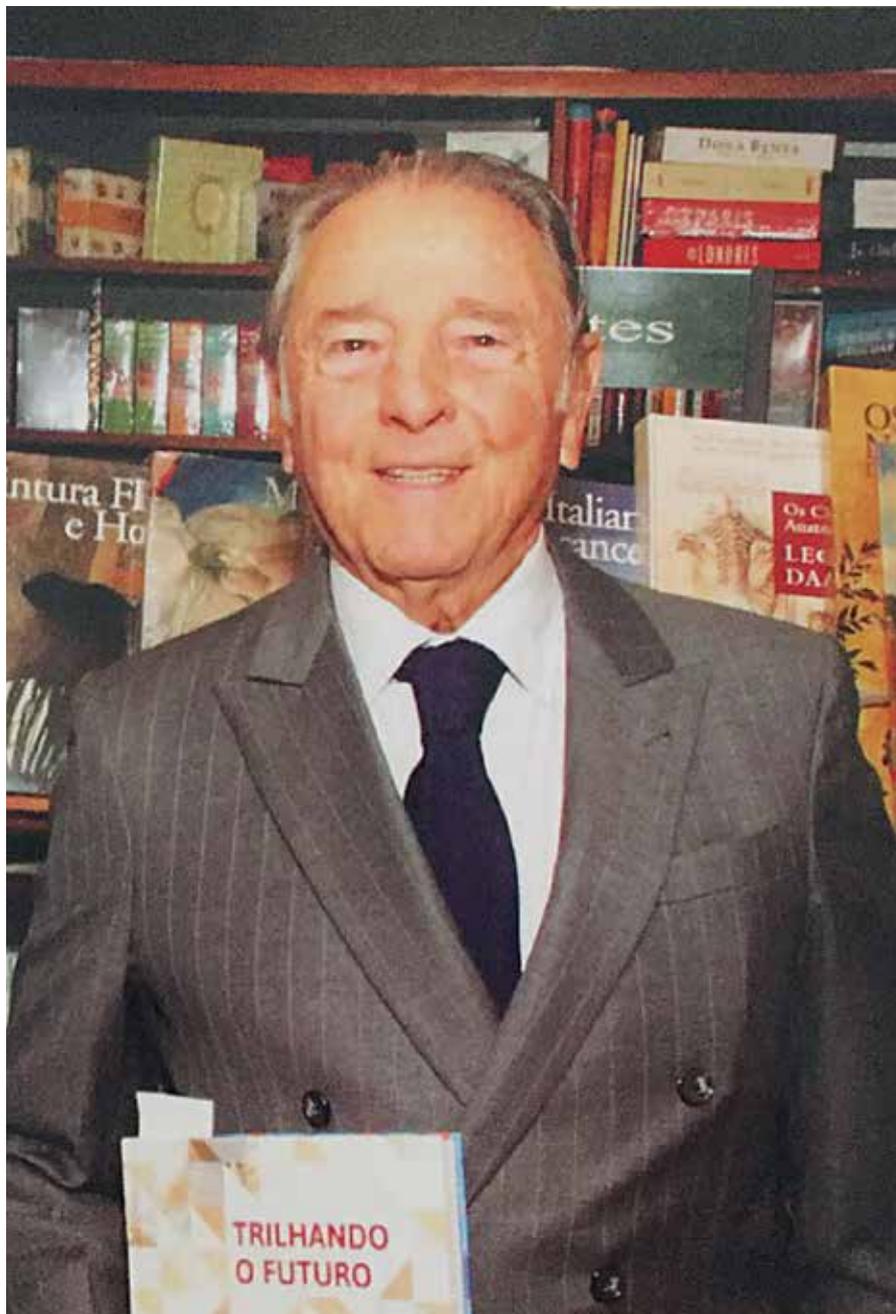
Prefeito de Angra dos Reis



Os dez mandamentos da Brigada Mirim Ecológica

- 1** – Valorizar os recursos naturais, Patrimônio da Humanidade
- 2** – Conservar as árvores e as plantas
- 3** – Evitar o risco de fogo nas matas
- 4** – Respeitar os animais e preservar espécies silvestres
- 5** – Respeitar a propriedade alheia
- 6** – Respeitar o silêncio na mata
- 7** – Recolher plásticos, papéis, latas e garrafas jogados na natureza
- 8** – Nunca jogar lixo no mar e nos rios
- 9** – Separar seu lixo e depositá-lo nos recipientes apropriados
- 10** – Colaborar com a fiscalização. Denunciar agressões à natureza ao Destacamento do Batalhão Florestal e ao Inea





Armando Klabin, o presidente da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande: o empresário esteve à frente do movimento que levou à criação da BMEIG, trinta anos atrás. Desde sempre, ele se mantém fiel ao compromisso de fazer a entidade desenvolver iniciativas em defesa da rica biodiversidade local e, por meio de ações no âmbito social, em favor da inclusão de jovens caiçaras nos princípios da cidadania



Um caldo de demandas em meio ao paraíso

Proprietários, personalidades e comunidade criam a Brigada Mirim Ecológica para implementar uma agenda socioambiental na Ilha Grande

Chegar à Ilha Grande pela primeira vez é um impacto indescritível. A travessia em si, nos pouco menos de 20 quilômetros que a separam do continente, onde fica a cidade de Angra dos Reis, é uma espécie de preparação do espírito para um imediato estado de encantamento. O barco atravessa as águas de um verde estonteante, que vai se tornando mais profundo à medida que se aproxima dos pontos insulanos de desembarque.

A Vila do Abraão é o mais importante deles, com um movimento constante – principalmente, claro, nas épocas de alta temporada – de chegada e saída de moradores, turistas, estudiosos do meio ambiente e trabalhadores. Se é impossível não se deixar conquistar pela beleza do espelho d’água durante a viagem, excede qualquer referência sensorial o que vem em seguida: deparar-se com esse imenso território que demarca a barra da Baía da Ilha Grande.

Uma região idílica, a sexta maior ilha marítima do Brasil é coberta, ao longo de seus 193 quilômetros quadrados de praias paradisíacas, por cerrada vegetação de Mata Atlântica. Encantamento: certamente, não foi outra a sensação de Armando Klabin, Manuel Francisco do Nascimento Brito e outros empresários, personalidades e empreendedores quando, ainda nas décadas de 1960 e 1970, chegaram a Ipaum Guaçu – Ilha Grande, na língua dos índios tamoios, os primitivos habitantes da região, que lhe deram o óbvio nome.

A identificação de Armando Klabin com a ilha foi imediata: uma comunhão que foi se transformando em paixão à medida que o empre-



À direita.

A Ilha Grande é um santuário ecológico em que, como poucos lugares do mundo, a biodiversidade reúne no mar e na floresta ricas espécies vegetais e animais, algumas raras e outras em risco de extinção





Excede qualquer referência sensorial a sensação de se deparar com o território que demarca a barra da Baía da Ilha Grande

sário estreitava suas idas ao Morcego, nome da bela propriedade de seu irmão Israel, o engenheiro e ambientalista que foi presidente do extinto Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) e, anteriormente, prefeito do Rio de Janeiro, de 15 de março de 1979 a 3 de junho de 1980.

Aos poucos, suas visitas a Ipaum Guaçu não se resumiam ao paraíso do irmão. Outros amigos também já haviam descoberto a Ilha Grande, e lá se instalado. O casal Gerson e Gica Noronha (pais de Guilherme Noronha), amigo desde sempre de Armando, igualmente o recebia para longas horas de bate-papo, convívio com a exuberância do mar cristalino e o deslumbramento com as diversas gradações de verde da Mata Atlântica e do oceano. Em especial, Armando descreve como inesquecíveis os almoços de sabores da gastronomia baiana. Eram dias em que a eles se juntavam outros amigos ilhéus e, recorda-se o empresário, particularmente os vizinhos da Praia da Bica, Fred e Lena Barrozo.

A definitiva comunhão de Armando Klabin com a Ilha Grande – ou seja, não mais como hóspede de proprietários locais, mas como efetivo participante da comunidade insulana – deu-se por iniciativa do amigo Guilherme Noronha. Depois de um dos incontáveis dias de visita a praias de encher os olhos, passeios de barco e sol exuberante, Guilherme perguntou-lhe:

– Você gostaria de “comprar” a praia mais bonita da Ilha Grande?

A proposta foi uma surpresa. Porém, toda a vivência até aquele momento na ilha, o ambiente que juntava os amigos para dias e dias de absoluto prazer pelo convívio com a natureza, na época praticamente ainda intocada, e os momentos que selavam amizades cada vez mais sólidas já vinham alimentando em Armando a ideia de também ter ali o seu próprio canto.

Ele lembra que mesmo suas preferências de lazer à época, que até então não contemplavam necessariamente a possibilidade de ter uma propriedade num lugar como aquele, não inibiram sua aquiescência. Chegar à decisão e dar uma resposta afirmativa não demorou mais que uns poucos segundos.





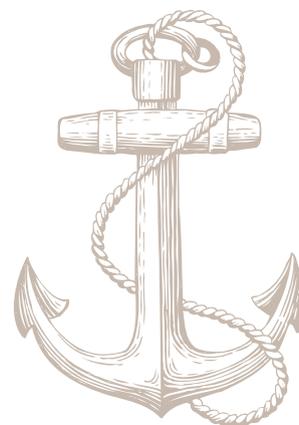
– Nunca fui um caiçara. Sempre fui caipira e amante dos cavalos. No entanto, o ambiente ali era tão encantador que respondi afirmativamente ao meu amigo Guilherme – recorda Armando Klabin.

A decisão passou à prática com uma visita à Praia do Sobrado, que abrigava uma propriedade de Ermelindo Matarazzo. O industrial queria passá-la adiante. A motivação do empresário paulista estava relacionada a uma incômoda vizinhança com o Instituto Penal Cândido Mendes, o famoso presídio da Ilha Grande, instalado no início dos anos 1940 na localidade de Dois Rios. Uma colônia penal, a penitenciária ainda estava em operação na época. Hélène, mulher de Matarazzo, receava que os detentos pudessem fugir do recolhimento, sabe-se lá com que consequências.

Diante desse receio permanente, o passo óbvio seria vender o Éden. Klabin arrematou a propriedade, que praticamente não recebera benfeitorias, à exceção de uma coluna de postes metálicos de luz fria e um gerador com motor Skoda de pequeno porte que alimentava de energia o sistema de iluminação do terreno. Mas, em compensação, havia o benefício natural de uma nascente de água doce, que jorrava pela fresta de um muro de pedra.

Com o impulso do Skoda, a nascente alimentou um rudimentar sistema de abastecimento. Armando Klabin fechou o negócio e tornou-se um efetivo integrante da comunidade da ilha. Foi um movimento crucial para, pouco tempo depois, Ipaim Guaçu começar a dar os passos iniciais nas ações que resultaram na criação da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande.

A ilha era, então, o retrato perfeito de um santuário praticamente preservado em seu estado natural. O dia a dia insulano era extremamente simples. A Vila do Abraão, principal ponto de entrada na Ilha Grande, possuía aquele ambiente de cidade pequena, que remetia a acolhimento. No entanto, mesmo sendo uma vila histórica e a despeito de sua importância para a vida cultural e econômica da região, contava com uma infraestrutura precária. Era um tempo em que todos os moradores se conheciam, conta Armando:



*“Você gostaria de 'comprar' a praia mais bonita da Ilha Grande?”
Tomar uma decisão não custou a Armando Klabin mais que uns poucos segundos*



"Ao chegar à ilha, o primeiro programa era fazer uma refeição no restaurante da dona Janeth, onde se comia uma deliciosa peixada caseira. Um tempo que deixou saudades..."

– Ao chegar à ilha, o primeiro e inescapável programa era fazer uma refeição no restaurante da dona Janeth (Dias de Araújo), onde se comia uma deliciosa peixada caseira. Um tempo que deixou saudades.

Entre o bucólico e as demandas mais imediatas do Abraão, a vila que é um termômetro das necessidades mais pontuais da Ilha Grande, exigiam-se providências de ordem mais geral – urbanísticas e, por decorrência, ambientais, dado o perfil do bioma local.

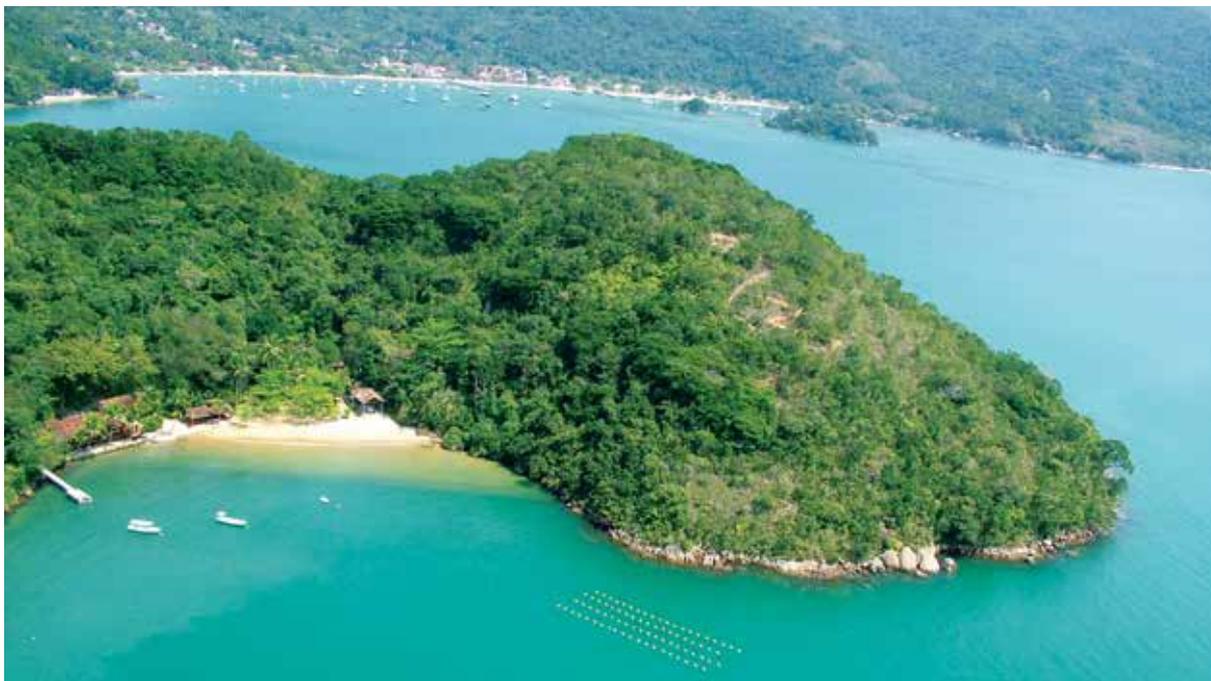
Como toda a Costa Verde, a ilha igualmente sofreu as consequências de uma colonização e uma ocupação deletérias, provocadas por ciclos econômicos que castigaram o solo e legaram ameaças ao meio ambiente de toda a baía. Naquele ponto, Ipaum Guaçu ainda havia resistido aos ataques predatórios, em grande medida graças a dois fatores: um geográfico e outro urbanístico.

Sem considerar a separação natural entre a ilha e o continente, o primeiro fator – que, em si, inibe a chegada de visitantes – pode ser explicado em razão da secular precariedade do acesso à Baía da Ilha Grande a partir do Rio de Janeiro e de São Paulo, seus dois extremos fronteiriços. Somente no início da década de 1970 deu-se por concluída a Rodovia Rio–Santos, que abriria, e ainda assim de forma provisória, uma extensão de 500 quilômetros de uma estrada pontuada por praias paradisíacas entre o sul fluminense e o litoral norte paulista.

Sem dúvida, a abertura dessa via, com seus sucessivos melhoramentos, carreou benefícios para a região. Mas, no bojo de um irrefreável surto de crescimento, carregou na bagagem também o fantasma da desordem urbanística.

No segundo caso, é reconhecido que se deve creditar a blindagem contra a invasão predadora, em substancial medida, à histórica tradição carcerária da Ilha Grande – cuja gênese remonta ao fim do Império. Boa parte da cultura da ilha formou-se, em sentido amplo, desde a primeira metade do século passado, em torno da dinâmica do presídio instalado na Vila Dois Rios.



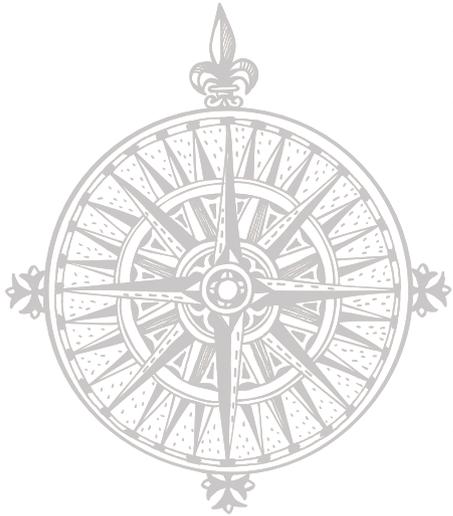


É uma cultura que se manifestou no cotidiano dos caiçaras, segmento que forma a principal e mais numerosa parcela da população local, e transmitiu uma memória ainda vívida na região, mesmo após a desativação do Instituto Penal Cândido Mendes, em março de 1994, e a implosão parcial de suas instalações, logo em seguida.

No final dos anos 1980, os danos ambientais na Ilha Grande já refletiam o impacto provocado pelas movimentações exógenas no âmbito de ações urbanísticas, especialmente na rubrica de infraestrutura viária, a qual ampliou os canais de acesso à Costa Verde. Internamente, e por decorrência, essas intervenções ajudaram a alimentar uma corrida por ocupações do solo nem sempre feitas dentro dos marcos balizadores estabelecidos pelas legislações então em curso.

A Enseada do Abraãozinho, com a charmosa Praia do Sobrado e a fazenda marinha da Brigada. Ao fundo, vista da Vila do Abraão





*A abertura da
Rio-Santos
carreou benefícios
para a região.
Mas, no
bojo de um
irrefreável surto
de crescimento,
carregou também
na bagagem
o fantasma
da desordem
urbanística*

De acordo com um estudo divulgado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente que apresentava levantamentos feitos no final da década de 1980, no início dos anos 1990 alguns dos principais riscos ao bioma da ilha eram cevados por consequência dessa opção, deliberada ou não, pela leniência regulatória. Entre os efeitos deletérios apontados constavam: o registro de taludes degradados; a formação, à beira de se tornar perigosamente exponencial, de voçorocas – grandes buracos formados pela erosão, devido à inexistência ou à extinção de vegetação que proteja o solo do acúmulo de água das chuvas ou de intempéries próprias do solo –; obras inadequadas de contenção de encostas; grandes faixas de desmatamento ao longo da rede de transmissão de energia elétrica; terrenos em declive tomados por pastos; bananeiras abandonadas e áreas com incêndios florestais ilegais.

Um quadro assustador, como observou o estudo da secretaria, para uma região onde os ecossistemas são frágeis, sujeitos a erosão devido aos desníveis dos maciços e às chuvas abundantes. Eram problemas que se avolumavam e, já na época, reclamavam ações no âmbito de macropolíticas de Estado.

No plano micro, onde se dão as dores de cabeça por causas pontuais, aquelas em que a comunidade é suscetível a consequências mais imediatas, os problemas estavam à vista de todos. As trilhas que cortam a ilha, indispensáveis para os moradores e turistas se locomoverem, não recebiam qualquer tipo de tratamento. As belas praias, de modo geral, estavam sob a ameaça de degradação devido ao acúmulo de lixo. A preocupação com a preservação ambiental, em geral, não era sequer uma ideia abstrata – simplesmente a visão que se tinha da natureza que explodia em exuberância em cada canto era a de que tanta beleza existia para servir ao lazer e à exploração econômica, sem contrapartida daqueles que dela se beneficiavam.

Ao mesmo tempo, acumulavam-se questões no âmbito social. A dinâmica econômica e ambiental da Ilha Grande, no limiar dos anos 1990,





às vésperas da Rio 92, a cúpula mundial que ditaria os rumos das políticas de meio ambiente e sustentabilidade para as décadas seguintes, tinha mão única – e, pior, sem qualquer planejamento. Os caiçaras, quando não abandonavam a terra herdada de seus ancestrais, viviam nela em condições precárias. Em cada ponto habitado da ilha encontravam-se jovens sem futuro, que procuravam ganhar algum dinheiro em troca de toda sorte de serviços desqualificados, trabalhadores idosos sem futuro, pescadores que abriam mão de suas seculares habilidades no mar em troca de um improdutivo e desalentador *laissez-faire*.

Esse caldo cultural, social e ambiental regou o projeto de criação da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande.

**Em antiga
embarcação**
da Brigada, jovens
depositam, em sacos
apropriados, resíduos
recolhidos na praia



Ações contra atividades deletérias

O impacto do aumento do número de visitantes e de atividades industriais na baía criou sérias demandas na ilha

No final dos anos 1980, a Ilha Grande já sentia os efeitos das ações de incentivo ao turismo como programas permanentes de governos da região da Costa Verde. Na verdade, já se tratava de política de Estado. Concluída a construção do primeiro traçado da Rodovia Rio–Santos, no início dos anos 1970, o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) elaborou um projeto e em 1973 a região formada pela franja costeira de Angra dos Reis e pela ilha na barra em frente foi considerada Área Prioritária de Interesse Turístico, classe A – ou seja, o *crème de la crème* para agências, instituições e empresas dedicadas a essa atividade.

Os reflexos foram se adensando nos anos seguintes. O mais imediato e visível foi o início da retração da atividade pesqueira de cunho artesanal, secular meio de vida dos caiçaras insulanos. Esse fenômeno se intensificaria na década seguinte, a ponto de obrigar os tradicionais trabalhadores ilhéus a buscar formas alternativas de subsistência. Por outro lado, com o Instituto Penal Cândido Mendes ainda em operação, as ações de incentivo ao turismo, mesmo mostrando alguma evolução, permaneciam com resultados aquém dos projetados pela Embratur.

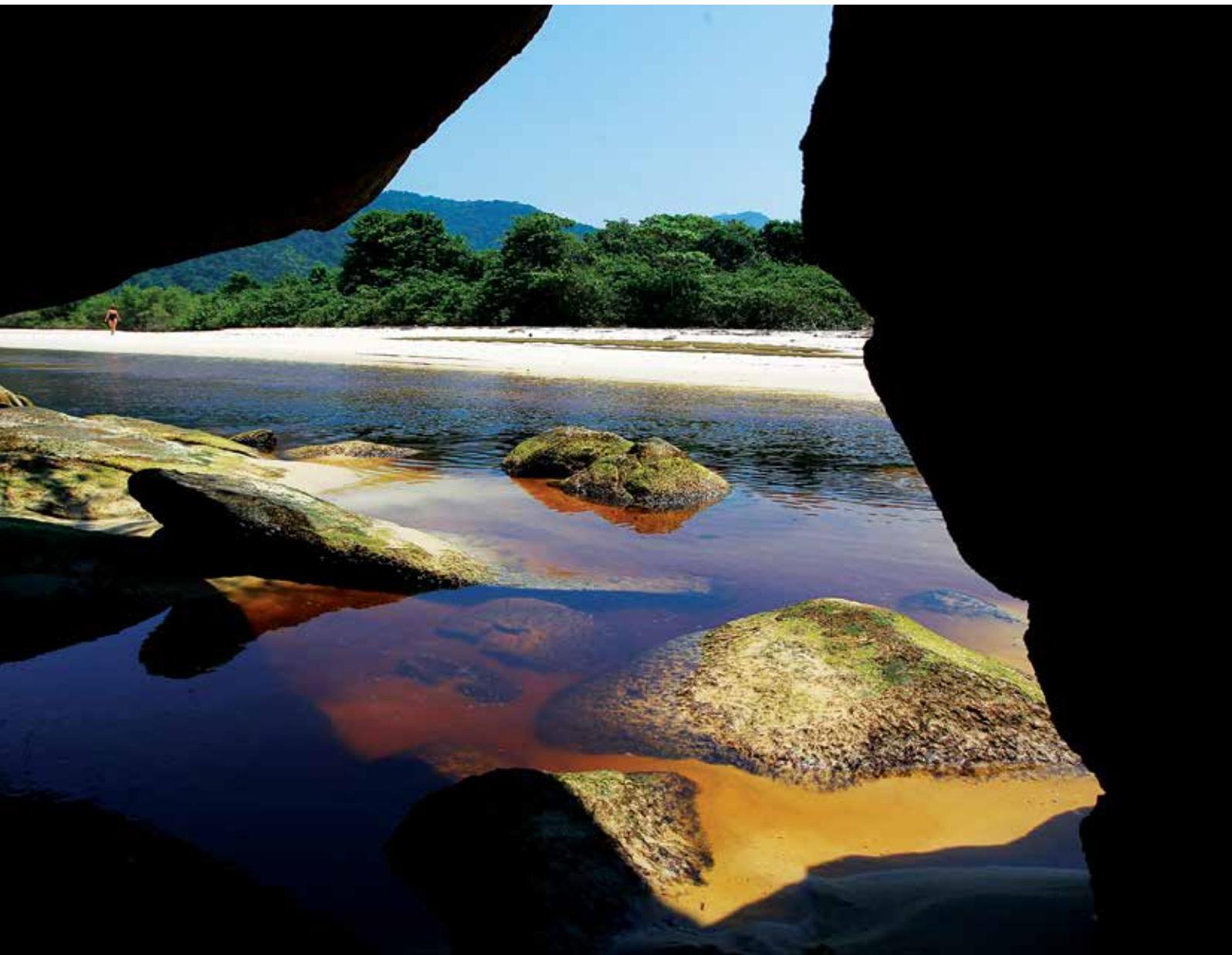
No entanto, os sinais de que logo a desconfiança inicial do mercado daria lugar a uma frenética busca por investimentos no setor já começavam a aparecer em Ipaum Guaçu. No começo dos anos 1970, a Ilha Grande possuía apenas duas pousadas. Em 1993, último ano de atividades do presídio, a capacidade hoteleira da ilha e da franja litorânea de Angra chegava



À direita.

Reserva Biológica da Praia Sul: com recantos naturais preservados da degradação, a Ilha Grande precisa desenvolver políticas sustentáveis que afastem o risco de colapsos ambientais







Estima-se que em 2018, somente no Abraão, a carga turística tenha ultrapassado o total de 6 mil leitos

a 1.600 vagas. Após a implosão da colônia penal, o crescimento da oferta de leitos – em hotéis, pousadas e campings – foi exponencial. Estima-se que, em 2018, somente no Abraão, a carga turística tenha ultrapassado o total de 6 mil leitos, o que corresponde a pouco menos de toda a população da ilha – 7 mil habitantes –, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo de 2010.

Em sentido contrário, a capacidade de absorção desse contingente não cresceu na mesma medida. A infraestrutura básica permaneceu ultrapassada, o sistema de abastecimento de água ainda hoje é suficiente apenas para atender à população local – com uma contribuição generosa da mãe natureza, que mantém em alta constante o volume pluviométrico que alimenta as nascentes na mata. A matemática não fecha, do que decorre uma constatação óbvia: o turismo que dinamiza a economia local também traz no seu bojo o fantasma da deterioração ambiental. No cômputo geral, contudo, esse setor tende a ser mais benéfico que degradante. A elaboração de projetos de atividades turísticas sustentáveis, a exemplo do que ocorre em diversos paraísos naturais do mundo, e mesmo do Brasil, é a chave para um futuro em que se colham frutos positivos desse ramo da economia moderna, tendo como contrapartida a mitigação dos seus aspectos negativos.

Mas os impactos antrópicos sobre a ilha, diretos ou indiretos, não decorrem somente do lado mais obscuro do turismo. Essas mazelas – reforçando: mitigáveis por meio de programas de exploração turística sustentável – se associam a um fenômeno quase natural, mas igualmente evitável, que resulta da expansão de atividades econômicas. No caso, a Ilha Grande sofre os efeitos de riscos cevados a partir de regiões dela afastadas, mas ligadas pelo condomínio marítimo único da baía à qual ela empresta o nome. Trata-se da “implantação de parques eólicos e de grandes estruturas industriais, portuárias e logísticas ligadas, sobretudo, à exploração petrolífera *offshore*”, como aponta o estudo *Diagnóstico do setor costeiro da Baía da Ilha Grande*, elaborado em 2015 pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea).

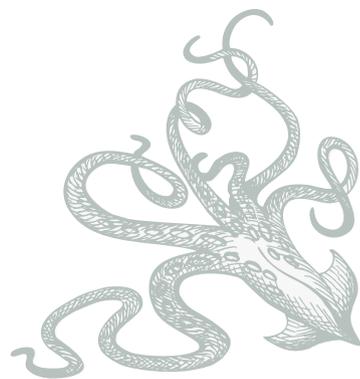




Esse estudo faz referência a demandas generalizadas na costa do estado do Rio de Janeiro, mas é enfático ao chamar a atenção para a situação específica do mar que banha o sul fluminense: “Nos últimos anos, os ambientes marinhos e costeiros do estado do Rio de Janeiro têm sofrido um notório e contínuo processo de degradação, associado a atividades diversas que promovem alterações significativas nas estruturas físicas dos habitats, nos ciclos biogeoquímicos e no balanço natural de nutrientes. Constatam-se também modificações em processos geológicos de transporte e sedimentação costeira, causando prejuízos materiais a inúmeras famílias que habitam a zona costeira e dependem dela, bem como a superexploração dos recursos pesqueiros e a introdução de espécies exóticas e de poluentes persistentes nos ecossistemas. As baías da Guanabara e de Sepetiba constituem exemplos bem conhecidos de ambientes costeiros fortemente afetados por seu alto grau de industrialização, que chamam a atenção para a necessidade urgente de um maior controle sobre a ocupação e as atividades econômicas que se estabelecem nos diferentes setores costeiros do estado”.

Eis um exemplo claro – e grave – do impacto de atividades antrópicas sobre o meio ambiente, especificamente sobre a vida marinha na costa fluminense: as baías de Sepetiba e Ilha Grande concentram uma das maiores populações de botos-cinza (popularmente conhecidos como golfinhos) do mundo. No entanto, se essa afirmação impressiona, a realidade estatística assusta. Num levantamento feito por meio de fotoidentificação, pesquisadores do Centro de Mamíferos Aquáticos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) concluíram que em toda a costa fluminense nadam pouco mais de 2 mil desses animais, com predominância nas baías de Sepetiba e da Ilha Grande. Juntando-se a população da Baía de Guanabara, a área banhada por essas três grandes angras abriga pelo menos 90% da população de golfinhos. Não por acaso, nessas três áreas, onde são maiores e mais perniciosos os impactos decorrentes de atividades portuárias, industriais e de extração e beneficiamento de petróleo, o risco de extinção dos botos é iminente. O alerta é do

*A Ilha Grande
sofre os efeitos de
riscos cevados a
partir de regiões
dela afastadas,
mas ligadas pelo
condomínio
marítimo único
da baía à qual ela
empresta o nome*





Os impactos decorrentes de atividades portuárias, industriais e de produção de petróleo aumentam o risco de extinção dos botos nas baías de Sepetiba e Ilha Grande

ICMBio. Segundo o pesquisador Leonardo Flach: “Se mantivermos os atuais níveis de poluição nas baías pelos próximos dez a vinte anos, os golfinhos terão dificuldades de reprodução e podem desaparecer da costa fluminense em cinquenta a cem anos”. Em tempo: os botos-cinza têm sua imagem diretamente ligada ao Rio: de tão presentes nas águas fluminenses, eles são um ícone registrado no brasão oficial da cidade do Rio de Janeiro.

No caso específico da Baía da Ilha Grande, os impactos antrópicos – como os que ameaçam a vida marítima do estado – foram potencializados de forma notável como decorrência direta das atividades petrolíferas voltadas para a exploração do óleo sedimentado na camada do pré-sal, a partir do início da década de 2010. Também no entorno marítimo da Ilha Grande, um agravante nas fontes de risco de poluição ambiental é a leniência do poder público – e nem se fala aqui em relação a programas de prevenção contra danos ao ecossistema. Há colapsos preocupantes também no que diz respeito à redução de estragos provocados por acidentes prejudiciais ao meio ambiente. No início dos anos 2010, uma reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* de 19 de dezembro de 2011 informava que, até então, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ignorava 90% dos vazamentos de óleo na baía. Ou seja, de cada dez registros de derramamento, apenas um costumava ter a fonte do despejo identificada. E, mesmo assim, “a identificação não é resultado de investigações de órgãos ambientais. O próprio responsável pelo derramamento – embarcação ou empresa – toma a iniciativa de relatar o fato (...). Na maioria das vezes, os casos não são sequer contabilizados”.

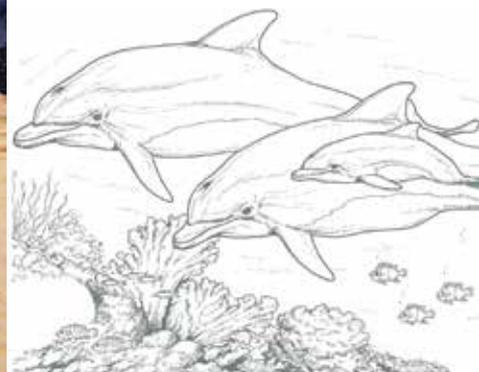
Sinais como esses foram, e têm sido, percebidos pela comunidade insulana, por conta dos reflexos diretamente constatados na ilha – ainda que pontuais naqueles primeiros anos –, devido ao crescimento desenfreado do número de turistas que buscavam suas praias e matas e à instalação de empreendimentos portuários, navais e industriais no entorno da Baía da Ilha Grande. Os empresários empreendedores que ali tinham casa, os fre-





Brigadistas rebocam

para a areia da praia do Abrão uma baleia que apareceu morta no mar da Ilha Grande: serviço prestado pela Brigada à luz do compromisso de enfrentar problemas ambientais da região



São preocupantes os colapsos na política oficial de redução de danos provocados por acidentes prejudiciais ao meio ambiente

quentadores preocupados com a preservação do meio ambiente local e os moradores em geral perceberam o risco que rondava o ecossistema insular.

Ao desleixo com que os visitantes relapsos tratavam a natureza, sob o anteparo leniente de órgãos do poder público que não cumpriam suas obrigações institucionais, e ao nem sempre desvelado processo de empreendimentos industriais, juntavam-se na Ilha Grande desalentadores indicadores sociais potencializados pela queda das atividades econômicas seculares dos caiçaras. Nesse particular aspecto, se não o mais visível, mas por certo dos mais dolorosos indicadores era a existência de jovens desconectados dos caminhos para o futuro, que procuravam arrecadar algum dinheiro em troca da prestação de toda sorte de serviços. Não raro, na verdade até preferencialmente, com o sacrifício da assiduidade na escola. Foi à vista desse cenário alarmante que o empresário Armando Klabin tomou a dianteira de buscar uma reação organizada. Ele conta:

– Comecei, então, a questionar, com os amigos frequentadores da ilha e donos de propriedades nos locais mais lindos que os trópicos podem oferecer, se não era hora de buscar algum tipo de intervenção para conter o estado de abandono desse paraíso.

Daí nasceu a Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande. A ideia soava tão simples quanto eficaz: criar uma entidade que reunisse moradores, frequentadores e proprietários de casas na região para empreender ações em defesa do meio ambiente e, ao mesmo tempo, oferecer aos jovens ilhéus a possibilidade de se envolverem em serviços que lhes apontassem oportunidades de empreendedorismo ou de exercerem atividades práticas que, em paralelo ao desenvolvimento educacional, pudessem ser aplicadas no dia a dia de seu crescimento como cidadãos. Era um sonho e uma necessidade.

Pelo viés onírico, a brigada seria uma referência em iniciativas para reduzir o déficit de vagas no mercado de trabalho para a mão de obra em vias de entrar na rede laboral; além disso, da imperiosidade de se





criarem anteparos eficazes contra uma degradação ambiental que já emitia sinais de alerta surgiu o *leitmotiv* definitivo para a criação de uma organização não governamental voltada para esse fim.

Depois de movimentos iniciais que mobilizaram boa parte da comunidade da Ilha Grande, a criação da BMEIG foi finalmente formalizada em 27 de março de 1989, em reunião na Sala de Conferências da Klabin Irmãos & Cia. A esse encontro histórico compareceram Armando Klabin, Manoel Francisco do Nascimento Brito, José Serrado, Losir Vianna, Fernando Paraguassu de Sá, Alberto Teixeira Catramby, Gerson Martins Noronha de Araújo, Elias Luiz de Mello, Marcio Klang, Ziraldo Alves Pinto, Antonio José Carneiro, Paulo Frederico de Campos Barroso e Israel Klabin.

No mesmo dia, elegeu-se a primeira diretoria da entidade, formada por Nascimento Brito (diretor presidente), Armando Klabin (vice-presidente), Luiz Claudio Raimundo (diretor administrativo), Ziraldo (diretor de Relações Públicas) e Marcio Klang (diretor jurídico). Também se envolveram nessa mobilização inicial outras personalidades, dentre as quais Janeth Dias de Araújo, dona de um restaurante na Vila do Abraão.

Decidiu-se que a brigada seria capitalizada com doações de voluntários, feitas sobretudo por empresários de alguma forma ligados à Ilha Grande e interessados em resguardá-la da degradação ambiental. Questões de princípio ligados a idade e compromisso com a formação educacional dos jovens balizam os critérios de arregimentação dos garotos interessados em trabalhar com a entidade.

No primeiro caso, os brigadistas devem ter necessariamente entre 14 e 18 anos incompletos; no segundo, seu horário de trabalho deve, também obrigatoriamente, obedecer ao período do contraturno escolar. Trata-se de lhes oferecer atividades de complementação educacional, nunca de substituição do processo de aprendizado formal. Esse é papel da escola instituída como tal.



Ao desleixo de visitantes relapsos com a natureza e à leniência do poder público, juntavam-se na Ilha Grande desalentadores indicadores sociais





*A Brigada
Mirim Ecológica
da Ilha Grande
foi criada por
moradores,
frequentadores e
proprietários de
casas na região
para defender o
meio ambiente
e abrir as portas
da cidadania
aos jovens*

Os meninos se dedicam a atividades da Brigada durante três horas por dia, com a exigência de que estejam estudando e devidamente matriculados na rede de ensino local. Por esse expediente eles recebem uma bolsa pecuniária, a título de ajuda de custo. Os brigadistas estão sob a proteção do regime da Lei 1.888/91, que trata do instituto do jovem aprendiz. Esse dispositivo legal determina que eles têm direito ao pagamento de uma bolsa-auxílio mensal de valor igual ou maior que o salário mínimo federal, seguro de vida e outros benefícios, como lanche e uniformes.

A criação da Brigada Mirim Ecológica, que a seu tempo refletia a necessidade de a Ilha Grande começar a enfrentar as consequências de uma política voltada para o desenvolvimento do turismo, além de contribuir para refrear o processo de rompimento do caíçara com sua cultura, revelou-se um passo visionário no processo de montar estruturas de proteção contra o risco de degradação que então já se anunciava.

Se no final dos anos 1980 o impacto da flexibilização do acesso à Costa Verde a partir do Rio de Janeiro e de São Paulo, devido à construção da rodovia que liga os dois estados pelo litoral do sul fluminense, era mais visível no comprometimento físico-geográfico de grandes áreas da Mata Atlântica, em meados da década seguinte a ameaça era outra, ainda mais sólida. Dessa feita, passavam a ser o centro das preocupações as consequências deletérias de atividades turísticas descoladas de regramento legal, que já se consolidavam em praticamente toda a região da Costa Verde, em alguma medida por conta de políticas oficiais, mas sem o devido provisionamento de legislações reguladoras, de incentivo a essa indústria de serviços.

Começava a ser esboçada uma reação contra os modelos de ocupação desregulamentada do solo, não tanto por parte do poder público – não raro leniente com os agravos ao meio ambiente local –, mas notadamente por movimentos daqueles que viam na ilha um santuário a ser protegido. A Ilha Grande tem hoje uma vocação natural para o turismo, e esse setor pode e deve ser visto





como um protagonista positivo no crescimento econômico e no incremento orçamentário da região. Mas a coexistência de uma política que vise a angariar benefícios com o movimento de visitantes e outra, voltada para a preservação dos bens naturais, pressupõe a construção de uma ponte alicerçada na sustentabilidade. Isso implica combater o seu lado negativo, o turismo predatório, com dispositivos, leis e ações eficazes.

O *Caderno Virtual de Turismo* (volume 5, número 3), de Carolina Dutra de Araújo, Acacio Geraldo de Carvalho e Carlos Domingos da Silva, editado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1997, registrava com números preocupantes o crescimento dessa nova frente de ameaças ao ecossistema da região. Nele, assinalava-se: “Os principais impactos ambientais eram causados por embarcações de lazer, lixo náutico, alterações nos costões por condomínios e casas particulares (...)”. No que dizia respeito a questões pontuais envolvendo diretamente a ilha, a publicação acentuava que: “Na Vila do Abraão (havia) ausência de saneamento básico adequado, potencializado por altas temporadas, construções acima do gabarito legal (...) e indefinição quanto à destinação do lixo”.

Esse quadro foi se avolumando até que, com a implosão do presídio, em 1994, deu-se uma espécie de *big bang* no movimento turístico em larga escala da ilha: a desativação da colônia penal, determinada pelo governador Leonel Brizola, acabou com a derradeira, e até então mais eficiente, blindagem de Ipaum Guaçu contra a urbanização sem planejamento e o turismo predatório. O funcionamento do Instituto Penal Cândido Mendes em Dois Rios fora não só um inibidor de movimentos de ocupação desordenada do solo local, mas também um desestímulo para visitantes que temiam ir às praias insulanas ou entrar na mata e ali se deparar com a eventual – ainda que praticamente imaginária – presença de fugitivos da penitenciária. Como consequência, a explosão de parte das instalações do presídio derrubou também uma barreira significativa contra o superpovoamento da ilha.





A Ilha Grande tem uma vocação natural para o turismo, mas conciliar o desenvolvimento desse setor com o princípio da preservação ambiental implica adotar políticas sustentáveis

Há ainda outro fator a ser considerado. Ele diz respeito a demandas que contribuem para o incremento de um fluxo de turismo desregulado na Ilha Grande. Em comparação com outros pontos insulares de atração turística no Brasil, a ilha fica a uma distância muito curta do continente. A referência como contraponto mais óbvio é Fernando de Noronha. Constituída por 21 ilhas, ilhotas e rochedos, essa formação rochosa de 26 quilômetros quadrados, plantada no meio do Oceano Atlântico, fica 360 quilômetros a nordeste de Natal, no Rio Grande do Norte, e 545 quilômetros a nordeste de Recife, em Pernambuco.

Por sua vez, a grande ilha fluminense distancia-se do continente, a partir de Angra, por não mais que duas dezenas de quilômetros. Além disso, ao passo que toda a entrada de visitantes em Noronha é controlada, na Ilha Grande o fluxo de turistas é incontrolável, não só por falta de uma política de tarifação de visitas – nos moldes do que existe em Fernando de Noronha –, como pela existência de um sem-número de pontos de acesso ao longo das praias.

Em época de alta temporada, por exemplo, transatlânticos chegam a despejar 5 mil turistas de uma vez no litoral insular, sem que essa exuberância turística seja revertida em benefícios fiscais para a administração local ou mesmo para melhorar a vida dos ilhéus. No verão, picos de população flutuante chegam à casa de 10 mil pessoas.

Embora seja importante atuar no âmbito desses movimentos de macropolítica que se refletem na ilha, as atividades da brigada estão voltadas mais para seus efeitos pontuais. Como não há reversão na forma de benefícios – financeiros, econômicos ou de serviços – para a ilha no rastro de uma dinâmica turística que muda a vida dos ilhéus nas altas temporadas, sequer uma política de balizamento do fluxo de visitantes, do seu comportamento, de suas obrigações com a preservação do meio ambiente e de outras regras de proteção ambiental, essas atividades resultam em uma produção de lixo que supera a capacidade de absorção





da ilha, sinais evidentes de degradação em alguns pontos, depredação de sinalização de trilhas e outras mazelas.

Estima-se que o recolhimento de detritos nas praias, ruas e acessos às praias chegue à casa de 5 toneladas por dia, um volume que, transportado para o continente por barcas, é vazado em Angra dos Reis. Entre as ações da Brigada para mitigar os reflexos dessa potencial ameaça ao meio ambiente está a distribuição de sacolas biodegradáveis aos turistas, para que eles mesmos recolham o lixo produzido ao fim de cada dia da visita à ilha.

– Nosso foco é o turista que chega aqui sem a preocupação de preservar as praias. Distribuímos as ecobags e os orientamos a juntar nos sacos todo o lixo produzido durante a visita, para despejá-los nos locais apropriados. Centramos um esforço maior nos picos de alta temporada, mas esse trabalho é contínuo – explica o engenheiro ambiental Ulisses Mansur, supervisor administrativo da Brigada Mirim.

Atividades dos

brigadistas: distribuição de ecobags e abordagem de turistas com mensagens pela preservação ambiental



Compromisso com a cidadania

A Brigada tem um balanço positivo nas ações de redução de danos ao ambiente e uma agenda social bem resolvida

Em 1992, figuras importantes do mundo todo se reuniram no Brasil para a conferência sobre o meio ambiente conhecida como Rio 92. Foi uma demonstração de que as nações do planeta entravam numa era de profundas preocupações com o futuro ambiental da Terra. Na cúpula, praticamente todos os países participantes estavam representados por suas mais altas autoridades. O ponto alto foi um evento seminal na mobilização planetária em busca de caminhos sustentáveis para a civilização. Ao mesmo tempo, tornou-se um marco resultante de ações multidisciplinares e globalizantes que precederam o evento e nele desembocaram com uma sólida plataforma de ação.

No primeiro caso, porque o encontro daquele ano do início da década de 1990 – ao qual compareceram, além de chefes de Estado e de governo, cientistas e toda uma comunidade integrada em movimentos de preservação ambiental – tornou-se o ponto de partida para a elaboração e adoção de programas voltados para conter os crescentes agravos à biosfera terrestre e, em especial, reparar suas consequências quando possível.

No segundo – o combustível que alimentou o encontro de alto nível –, porque, sem o ativismo, a militância e o envolvimento direto de organizações não governamentais, governos progressistas e personalidades integradas ao grande processo de redenção do planeta, a Rio 92 não teria sido realizada. Nesse sentido, a criação da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande, três anos antes do encontro transcontinental do Rio, reveste-se



À direita.

As montanhas cobertas

de Mata Atlântica e o céu espelhados na reserva biológica da Praia do Sul: um visual onírico único no mundo, que merece ser preservado como Patrimônio da Humanidade





*A Brigada Mirim
pauta-se em suas
ações, desde o
início, por um
trabalho à frente
do seu tempo em
seus propósitos.
E, por empíricas,
elas são proficuas*

de significado que transcende a própria motivação que a inspirou. Foi uma ideia pioneira e de indiscutível sucesso, como atesta o saldo de sua atuação em trinta anos, completados em março de 2019.

De fato, desde os primeiros passos a BMEIG pauta-se por um trabalho à frente do seu tempo em seus propósitos e, na prática, profícuo em suas ações. E tem tido um alcance amplo não só nas ações em defesa do meio ambiente da Ilha Grande, a maior concentração insular de remanescentes primários da Mata Atlântica da região sul fluminense.

Desde o último quarto do século passado, a ilha vem sendo alvo de cobiça no âmbito da ocupação do solo e, em boa medida – como decorrência direta desse modelo de exploração a qualquer preço –, vítima de agravos que conduziram, e ainda levam, à degradação de áreas significativas do paraíso. A isso, junta-se uma parcela substancial de leniência de organismos oficiais aos quais caberia implementar políticas de contenção de danos ao bioma local.

Da galvanização desses elementos surgiu um quadro que, se prolongado, condenaria a ilha a perder irremediavelmente suas características ambientais, sociais e mesmo econômicas. Por isso, a atuação da Brigada Mirim se orienta por princípios mais amplos, que se espraiam do seu declarado, e primordial, engajamento em movimentos de socorro ao meio ambiente para a própria vida insulana – no que diz respeito aos aspectos históricos, culturais, econômicos, educativos, sociais e mesmo comportamentais da comunidade local.

Um termômetro eficiente para medir o tamanho do alcance da Brigada são as ações implementadas pela ONG na Ilha Grande. Elas falam por si. Entre os movimentos desenvolvidos para salvaguardar os modos de criar, fazer e viver da ilha alinham-se:

- apicultura de abelhas jataí para produção e consumo de mel;
- instalação de fazendas marinhas para o cultivo de moluscos (vieiras, também conhecidas como *coquilles Saint-Jacques*), com fins comer-





ciais, gastronômicos e, por princípio estatutário da Brigada, educacionais;

- práticas de instalação e manutenção de hortas domiciliares e comunitárias;
- treinamento e práticas de manejo de embarcações;
- instalação do projeto Brigada Mirim Ecológica em locais remotos da Ilha Grande, como as praias Longa, Araçatiba, Vermelha, Aventureiro e Provetá.

No que diz respeito a iniciativas no âmbito da salvaguarda de bens materiais e imateriais, destacam-se como movimentos da BMEIG ao longo de suas três décadas:

Integrantes da Brigada Mirim,

na
traineira da entidade, saem
para cumprir atividades
de maricultura e outras
práticas em praias distantes
da Vila do Abraão



Um termômetro eficiente para medir o alcance da Brigada Mirim são as ações implementadas pela entidade na Ilha Grande. Elas falam por si

- criação e manutenção de viveiros de mudas nativas, para fins de reflorestamento de áreas degradadas da Ilha Grande;
- sinalização de praias e trilhas que remontam à ancestralidade insular. A ONG contabiliza mais de cem quilômetros de trilhas sinalizadas, uma notável contribuição para facilitar o acesso de visitantes e moradores aos belos recantos da ilha;
- integração efetiva aos postulados da Agenda 21, que fornece a base para o desenvolvimento sustentável do país construída a partir de diretrizes mais amplas da Agenda 21 Global. Por determinação do Ministério do Meio Ambiente, a Agenda 21 consiste de um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.
- coleta e separação de resíduos sólidos recicláveis. O produto dessas coletas é enviado a associações de catadores de lixo do continente, em Angra dos Reis;
- programas de coleta, nas comunidades, de rejeitos de óleo de cozinha, eficiente vetor de redução dos riscos de contaminação e consequente poluição dos veios de água que abastecem a ilha;
- nas fazendas marinhas, instalação de viveiros de algas com o objetivo de aumentar a produção e fixação de carbono, com a consequente ampliação do processo de oxigenação da água do entorno. Essa iniciativa, simples por se integrar a movimentos próprios da natureza, contribui em todos os seus aspectos para a preservação das cadeias tróficas de animais da fauna marinha local;
- distribuição, nos pontos de acesso à ilha e nas praias, de sacolas biodegradáveis (ecobags) de papel para que, nelas, o visitante recolha o lixo produzido durante sua estada. Os resíduos assim embalados são concentrados no Abraão e, em seguida, destinados a apropriada vazão;
- participação em conselhos e organismos de caráter consultivo





**Aulas teóricas
de Educação
Ambiental, na**

sede da Brigada, são algumas das atividades de cursos oferecidos aos brigadistas para lhes ampliar os conhecimentos relacionados a ações do seu dia a dia

ou deliberativo, como representante da sociedade civil organizada para assuntos referentes à Ilha Grande (Conselho do Parque Estadual da Ilha Grande, Conselho da APA de Tamoios, Conselho do Mosaico Bocaina, Conselho da Criança e do Adolescente de Angra dos Reis, Conselho da Bacia Hidrográfica).

Uma vez que a Baía da Ilha Grande é uma região geograficamente estratégica, e por esse motivo alvo da instalação de empreendimentos de grande porte e com alto potencial poluidor, ações como as da Brigada Mirim Ecológica sem dúvida contribuem para a conscientização ambiental e, por conseguinte, para a preservação do bioma local. Em três décadas, o





Armando Klabin com uma turma de brigadistas, em frente à Casa de Cultura (Vila do Abraão), durante as comemorações dos 21 anos da Brigada Mirim, em 2010

balanço das iniciativas da ONG tem sido altamente positivo no âmbito da redução de danos, reparo de agravos e prevenção de riscos de degradação do meio ambiente.

Há ainda outro aspecto a destacar na atuação da Brigada Mirim: o compromisso de, por oferta de oportunidades, contribuir para que os jovens caiçaras permaneçam residindo na Ilha Grande, se assim o desejarem.

Por definição, o que é o caiçara? Segundo o texto *Aspectos da cultura caiçara na Ilha Grande*, escrito em 2016 pelas pesquisadoras do Ecomuseu Ilha Grande-Uerj Cynthia Caroline Cavalcante e Thereza





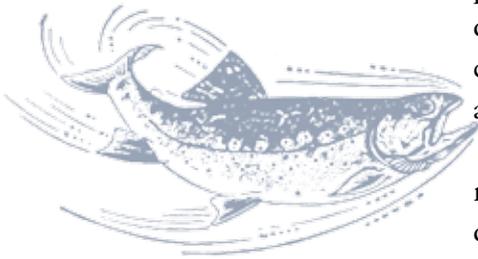
Cristina de Almeida Rosso: “Diferentemente de muitas outras formas de vida, sobretudo quando pensamos na sociedade urbano-industrial, a cultura caiçara tem grande sintonia com a natureza, respeitando-a e protegendo-a por meio de um uso adequado, que atende às necessidades básicas da família e do grupo. Essa característica, proveniente dos indígenas que habitavam a região muito antes da chegada dos europeus, foi mesclada a outras trazidas pelos colonizadores portugueses e espanhóis que, aos poucos, foram se estabelecendo nas terras brasileiras. Desse encontro nasceu um modo de viver, pensar, fazer, trabalhar, se relacionar e se alimentar que se mantém durante gerações, resistindo (ao tempo) e se adaptando às mudanças impostas pelo convívio com outras formas de cultura. As comunidades caiçaras têm um modo de vida particular que associa a pesca, a pequena agricultura, o artesanato e o extrativismo vegetal com o desenvolvimento de tecnologias patrimoniais e um conhecimento aprofundado sobre os ambientes em que vivem. Como resultado dessa relação secular com a natureza, criaram-se práticas e saberes que refletem o conhecimento empírico sobre o que o meio tropical pode oferecer ao homem”.

Portanto, para além de seus pressupostos ambientais, a Brigada Mirim assume também um compromisso com a história da Ilha Grande, em particular, e, em sentido amplo, com a própria crônica da formação populacional do país. No caso específico da ONG, isso passa diretamente por atos que contribuem para manter o estilo de vida, os hábitos cotidianos e a produção cultural que remontam à ancestralidade caiçara da ilha.

A partir dos anos 1970, consolidou-se como perfil de uma região voltada para o turismo o próprio contorno que foi moldado para esse pedaço do paraíso pelas contingências da evolução da sociedade brasileira e pela conjuntura urbanística do sul fluminense, bem como pelas políticas públicas de incentivo à ocupação – nem sempre benéfica – da

Há ainda outro aspecto a destacar na atuação da Brigada Mirim: o compromisso de, por oferta de oportunidades, contribuir para que os jovens caiçaras, se assim o desejarem, permaneçam residindo na Ilha Grande





A partir dos anos 1970, consolidou-se a vocação turística da Ilha Grande, como resultado das mudanças na sociedade e dos incentivos a esse serviço na conjuntura urbanística do sul fluminense

porção insular de Angra dos Reis. Para o bem ou para o mal, essa atividade já é dominante entre os indicadores econômicos insulares. Mas a pesca e a maricultura, em especial a primeira, que remetem à ancestralidade de boa parte dos atuais moradores, ainda dizem muito da cultura caiçara, na forma de sistemas artesanais voltados prioritariamente para a subsistência familiar.

Durante seus trinta anos de existência, a Brigada Mirim procurou mitigar as ondas migratórias dos habitantes locais. Para isso, além da formação profissional ministrada aos brigadistas e da sinalização de oportunidades de empreendedorismo oferecidas a jovens nativos, a ONG desenvolve também programas de complemento profissional. Com base nessa visão, levou para a ilha diversos cursos (no início, de cunho presencial, e em seguida, com o advento da internet e suas infinitas possibilidades, com aulas online, com base no sistema de Educação a Distância).

Também são oferecidos aos brigadistas treinamentos e participação em eventos de caráter técnico, que contribuem para a capacitação dos jovens em disciplinas como línguas, hotelaria, mecânica de motores, contabilidade, práticas de preservação ambiental etc. A tudo se sobrepõe um princípio inegociável – o de formar futuros adultos comprometidos com a cidadania.

O resultado desses pressupostos é a formação de contingentes de cidadãos dotados de sólida base de educação integrada, apesar da pouca idade. O arquiteto Luis Henrique Viallet Lima, que, convidado por Armando Klabin, entrou na brigada em 1994 como supervisor e, em seguida, passou a gerente de operações e diretor administrativo, cargo que ocupou até 2014, compara:

– Há sérias deficiências no sistema educacional da ilha. Por exemplo, um jovem que se forma por lá, no Ensino Médio, em geral





sai sem ter tido aulas de Física ou Química. Quando vai para o continente fazer um concurso ou em busca de um trabalho na iniciativa privada, sai sempre em desvantagem em relação a outros que tiveram uma formação mais apropriada. Tínhamos brigadistas que iam disputar vagas de gari, bombeiro e tal, e não passavam. Mas, por outro lado, em funções que implicam relacionamento com o público eles se saem muito bem. No comércio, por exemplo. Sua formação os recomenda. Eles guardam os contracheques relativos à bolsa que recebem na Brigada, e quando os apresentam em entrevistas de emprego largam na frente de outros candidatos. Os brigadistas costumam ter preferência para emprego nas lojas por causa da conduta que aprendem na Brigada Mirim. É uma conduta diferenciada até na escola convencional. Quando o professor entra na sala de aula e dá bom-dia, em geral os únicos que respondem são os alunos brigadistas.

Ao longo de trinta anos, em torno de mil jovens passaram pela Brigada Mirim.

– A grande maioria obteve emprego na ilha, em diversas pousadas, no comércio e no turismo – informa Armando Klabin. – Sem dúvida, através do trabalho intenso de todos os envolvidos em suas atividades, e pela dedicação de seus diretores voluntários, bem como dos profissionais que abraçaram os objetivos da entidade, diversas atividades puderam ser desenvolvidas. Destaco, por exemplo, a construção do viveiro de mudas de espécies botânicas nativas. Também tem obtido resultados notáveis a implantação do projeto de maricultura, este em pleno desenvolvimento, com o cultivo de vieiras e algas nas enseadas do Abraão Pequeno, na Camiranga (Saco do Céu) e em Araçatiba. Por fim, é mister registrar que diversas atividades passíveis de serem desenvolvidas em favor dos jovens ilhéus foram implantadas dentro do princípio de oferecer aprendizagem para atender ao crescente mercado de trabalho local.

A Brigada Mirim sempre empreendeu iniciativas visando a mitigar as ondas migratórias dos habitantes locais, procurando fixá-los à terra de seus ancestrais



A consolidação da maricultura

Implantação de fazendas marinhas inclui a Brigada Mirim nas ações em busca da sustentabilidade desse setor estratégico

A maricultura ocupa um lugar de destaque entre as atividades desenvolvidas pela Brigada Mirim na Ilha Grande. Do ponto de vista da atuação dos jovens brigadistas, associar o cultivo de moluscos do tipo vieira, ou *coquilles Saint-Jacques*, com a macroalga marinha *Kappaphycus alvarezii* foi uma forma bem-sucedida de aproveitar o espaço de cultivo no mar, assim como de otimizar o desenvolvimento dos dois tipos de organismos. No mesmo espaço, um se beneficia do outro. A vieira, como todo animal, respira oxigênio, alimenta-se e excreta material rico em nitrogênio, de que as algas precisam para fazer a fotossíntese. Um casamento perfeito entre as funções naturais de cada organismo, esse tipo de cultivo em fazendas marinhas é empregado em larga escala em diversos países.

No Brasil, já existe uma indústria razoavelmente consolidada de criação e distribuição da produção proveniente de atividades ligadas à aquicultura, com prevalência em Santa Catarina. No estado do Rio de Janeiro, o litoral fluminense também começa a desenvolver experiências bem-sucedidas na criação de vieiras, com destaque para a Costa Verde. Já em 2015, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) registrava que a produção de vieiras em Angra dos Reis, no ano anterior, fora de 31,5 toneladas – um aumento de 50% em relação a 2013. Junto com Mangaratiba e Paraty, esses três municípios da Baía da Ilha Grande formam um promissor polo produtivo do setor, tendo a vieira como o principal produto.



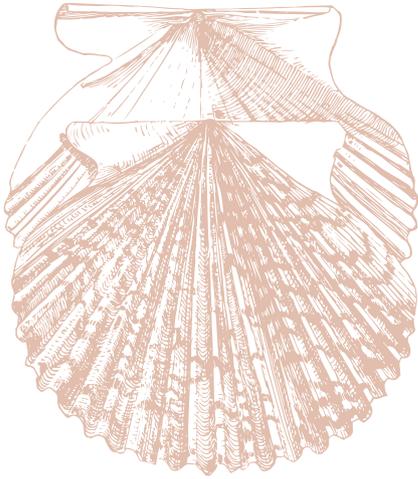
À Direita

A fazenda marinha da Brigada

na Enseada do Abraãozinho, que associa o cultivo de vieiras e o de algas marinhas. A criação consorciada desses dois organismos é um casamento perfeito, porque um se beneficia das funções naturais do outro, em favor do meio ambiente







O Oceano Atlântico é um viveiro natural para consolidar eventuais programas de incremento alimentar não só para a população nativa, mas igualmente para acrescentar substancial reforço a ações do planeta contra a fome

Mas, ainda assim, a maricultura não se expandiu de modo a explorar toda a sua potencialidade na região. Os estados do sul ainda concentram 90% da produção nacional. O Brasil como um todo, por sua vez, ocupa uma modesta posição no ranking de países produtores. O cultivo ainda não supre as necessidades nacionais, de modo que é preciso importar vieiras e outras variedades da aquicultura, sobretudo dos Estados Unidos e do Chile. Isso, num setor estratégico para a produção de alimentos.

De acordo com uma estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU), a população do planeta chegará a 8 bilhões em 2025. Prover alimento para tanta gente é um desafio que precisa começar a ser enfrentado pela sociedade. Nessa empreitada, no caso brasileiro em particular, a costa há de cumprir um papel estratégico, por estimada proficuidade: o país possui 7.367 quilômetros lineares de litoral, num contorno que aumenta para 9,2 mil quilômetros de extensão se forem consideradas as saliências e reentrâncias ocupadas pelo mar. Num ambiente riquíssimo em nutrientes e alimentos para o homem, o Oceano Atlântico é um viveiro natural para consolidar eventuais programas de incremento alimentar não só para a população nativa, mas igualmente para acrescentar substancial reforço a ações do planeta contra a fome.

A Brigada Mirim tem feito a sua parte, mantendo na Ilha Grande três fazendas, licenciadas e instaladas nas enseadas do Abraãozinho, Camiranga e Araçatiba. Além da vieira, em 2017 a entidade reativou o cultivo da macroalga marinha *Kappaphycus alvarezii* – atividades consolidadas a partir de um termo de colaboração técnica firmado com o Aquário Marinho do Rio de Janeiro (AquaRio) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A primeira fazenda foi instalada em meados da década de 1990, segundo o ex-diretor administrativo da Brigada Luis Henrique Viallet Lima. Nessa época, a prefeitura de Angra começara a desenvolver o projeto Desenvolvimento Sustentado da Ilha Grande, por sua vez parte





de um empreendimento mais amplo, de âmbito federal – o Programa Nacional do Meio Ambiente, implementado, entre outros organismos, pelo Ministério do Meio Ambiente. O objetivo da prefeitura era aproveitar o potencial da baía com relação à criação e comercialização de moluscos. No rastro do projeto municipal, abriram-se naquele momento duas dezenas de fazendas de cultivo de mexilhões, administradas por caiçaras insulanos.

Esses movimentos coincidiram com uma iniciativa de pesquisadores e empresários da Costa Verde: a criação do Instituto de Ecode-

Brigadistas analisam vieiras recolhidas de uma das fazendas marinhas, separando os moluscos de impurezas trazidas nas colheitas. Além de iguaria muito apreciada, as *coquilles* são um bioindicador eficaz: como não resistem à poluição, elas precisam de águas limpas para sobreviver





*O IED-BIG
obteve recursos
da Eletronuclear
e da Petrobras
para construir
um laboratório de
produção de sementes
do molusco na Vila
Residencial da
Petrobras, em Angra.
É aí que a Brigada
Mirim entra*

envolvimento da Baía da Ilha Grande (IED-BIG), que se tornaria um grande propulsor da aquicultura na região. Com ações integradas a um programa específico de preservação da *coquille Saint-Jacques* – o Projeto de Repovoamento Marinho da Baía da Ilha Grande (Pomar), por sua vez um dos maiores empreendimentos, senão o maior, na área da maricultura do país – o instituto obteve recursos da Eletrobras-Eletronuclear e da Petrobras para construir um laboratório de produção de sementes do molusco na Vila Residencial da Petrobras, em Angra. É aí nesse pedaço da história do florescimento da maricultura no sul fluminense que a Brigada Mirim entra. Conta Luis Henrique:

– Em meados da década de 1990, creio que em 1995, a Petrobras promoveu diversos eventos no país como parte de seu aniversário. Dentro dessa agenda, a base da empresa em Angra bancou, via IED-BIG, um projeto para incentivar o cultivo de vieiras na Ilha Grande, com o objetivo de incrementar o repovoamento dos moluscos na região. A Petrobras convidou a Brigada Mirim para entrar como responsável por uma de cinco fazendas de criação de *coquilles*, fornecendo, para tal, 20 mil sementes de vieiras. A empresa promoveu cursos para ensinar aos brigadistas da época como montar os viveiros, colocar as linhas no mar, pendurar as lanternas etc.

A experiência deu certo, consolidando uma das atualmente mais bem-sucedidas linhas de atuação da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande – um nicho de empreendimento que se transformou no que talvez seja o mais completo da agenda de ações da entidade. Isso porque as fazendas marinhas consorciavam noções de preservação do meio ambiente e sua vida marinha, elementos de empreendedorismo, oportunidades de ocupação para as novas gerações de caiçaras, objetivos pedagógicos e, mesmo, preocupação com o aspecto econômico no que diz respeito a encontrar caminhos viáveis de autofinanciamento da Brigada. Este último aspecto não configura uma razão em si no perfil da ONG, mas os





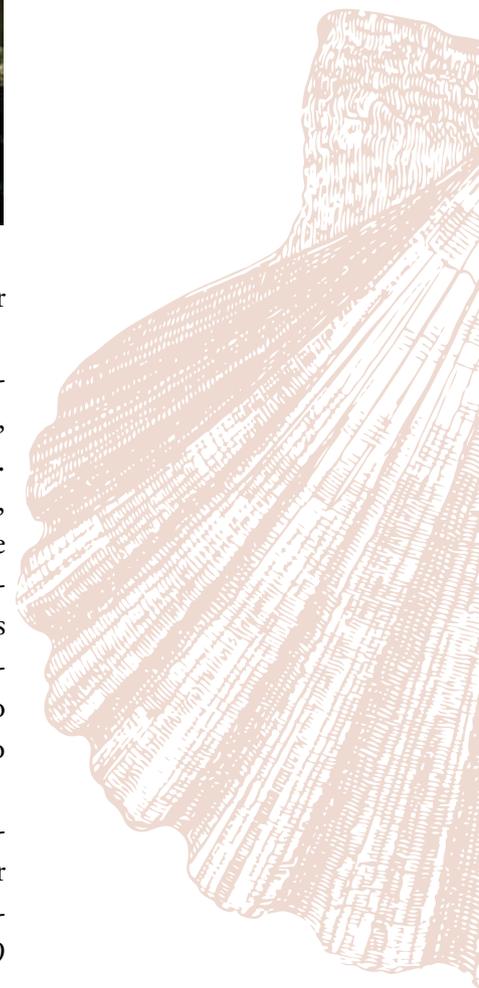
Amostras de vieiras:

sementes para o cultivo e em tamanho ideal para comercialização, colhidas por brigadistas nas fazendas marinhas da Brigada Mirim

frutos da maricultura desenvolvida pela entidade não deixam de exercer um papel importante no crescimento da entidade.

– De fato, não há nas atividades das fazendas marinhas da Brigada uma intenção específica de que elas deem lucro. A Brigada é, antes de tudo, uma escola. Não há um objetivo puramente comercial. A produção de *coquilles* é trocada por doações. Fazemos escambos, trocamos por outras sementes, compramos equipamentos com o que arrecadamos. Botando na ponta do lápis, a produção e a comercialização ficam no zero a zero. A fazenda é uma escola para ensinar os jovens a trabalhar como fazendeiros. Nossa ideia é que, como empreendedores, eles possam montar suas próprias fazendas. Mas isso é um objetivo de longo prazo, implica uma formação cultural muito demorada – afirma Luis Henrique.

É de se destacar a imprescindível colaboração da Eletrobras-Eletro-nuclear na manutenção do parque de cultivo marinho da Brigada, a par da doação de material para a instalação da fazenda implantada na enseada da Praia Grande de Araçatiba, empreendimento que adentrou 2019 já devidamente licenciado e com sua estrutura de demarcação instalada.





Não há nas atividades da Brigada Mirim uma intenção específica de que elas deem lucro. A entidade é, antes de tudo, um centro de ações pedagógicas

Atualmente, os frutos da produção de *coquilles* pela Brigada são vendidos ao resort Portobello.

– Creio que, em comparação com o potencial da estrutura da Brigada, a produção de vieiras poderia ser maior. Quem sabe, até mesmo estendendo a distribuição de *coquilles* para o Rio de Janeiro. A Ilha Grande está numa área privilegiada para o cultivo desses moluscos, e a Brigada, por sua vez, tem condições de incrementar ainda mais a produção de suas fazendas – afirma o empresário do setor hoteleiro Carlos Jardim Borges, diretor do resort Portobello que, a convite de Armando Klabin, está ligado à Brigada Mirim desde o início dos anos 2000. Carlos Borges é primeiro-diretor vice-presidente da Brigada.

Para além das potencialidades econômicas das vieiras e, no caso da Brigada, do papel educacional proporcionado por seu cultivo, a criação de *coquilles* tem inegável impacto positivo no meio ambiente. Esse molusco é um eficiente bioindicador, um termômetro para balizar a qualidade da água no entorno de seus viveiros. No caso específico da Costa Verde, banhada por águas calmas e limpas, a região se estende por uma área cronicamente sujeita a impactos decorrentes de atividades industriais. Do ponto de vista ambiental, fica perigosamente situada entre os dois maiores portos do país. Por esse aspecto, o cultivo de moluscos – associado ao de macroalgas – funciona também como um sinalizador da qualidade da água no entorno das empresas ali instaladas. Qualquer fenômeno que implique a alteração das características naturais da baía impacta de imediato os organismos ali cultivados. Um índice de mortandade de vieiras acima do normal, por exemplo, evidencia que há algum nível de comprometimento do ecossistema local, levando as empresas a acionar seus mecanismos de prevenção contra desastres ambientais.

– Não é à toa que as empresas mantêm projetos que estimulam a maricultura. Há, com certeza, uma preocupação social nas práticas de impulso-





Um brigadista exhibe
uma lanterna de cultivo de
vieiras, atividade já integrada ao
dia a dia de jovens inscritos nas
turmas da Brigada

nar o cultivo nas fazendas, mas também para elas há vantagens do ponto de vista do controle de agravos ao equilíbrio ambiental. A vieira só sobrevive em água limpa. Se houver qualquer contaminação, seja por óleo, por esgoto ou qualquer outro fator, ela morre. Trata-se de uma espécie de filtro, que, em face de algum desequilíbrio ambiental, adverte para a necessidade de se adotarem as necessárias providências e, desse modo, evitar a potencialização de eventuais danos ao meio ambiente – avalia Luis Henrique.

Consolidada a implantação de seus criadouros de maricultura, a Brigada, por outro lado, não deixa de mirar o futuro dessa atividade dentro de sua agenda de ações pedagógicas. Há planos, por exemplo, de estender a experiência da Brigada Mirim – não só nesse campo da aquicultura,





mas como um todo em suas ações de preservação do meio ambiente – para outros sítios da Costa Verde, de acordo com o empresário José Antonio do Nascimento Brito, segundo-diretor vice-presidente da BMEIG e filho de Manuel Francisco do Nascimento Brito, um dos fundadores e primeiro presidente da entidade. Segundo ele, o esboço da expansão para outras comunidades da Baía da Ilha Grande já está para ser concluído. Seriam quatro ou cinco bases avançadas da Brigada, a serem instaladas em áreas como a restinga, Mamanguá, Paraty-Mirim e o Frade.

– A ideia é aplicar o mesmo modelo, com ênfase na bem-sucedida experiência de sustentabilidade obtida com as fazendas marinhas. A Brigada Mirim é um modelo de sucesso, que pode ser aplicado também em outros lugares com demandas semelhantes às da Ilha Grande, replicando suas ações sempre com base na combinação de preocupação pedagógica e cuidados com a preservação do meio ambiente – observa José Antonio.

Entre os planos está também a consolidação do recém-retomado cultivo de algas nas fazendas marinhas. Pensando em termos ainda mais ambiciosos, de acordo com o ex-diretor administrativo Luis Henrique Viallet, projeta-se igualmente a criação de peixes, até mesmo pela razão já referida de que a piscicultura associada ao cultivo de ostras é uma estratégia eficiente para potencializar o uso sustentável de áreas marinhas. Experiências bem-sucedidas, no Brasil e, de forma ainda mais intensa, em países onde o peso da maricultura na balança de alimentos é mais incisivo, evidenciam que o consórcio de criação de peixes e cultivo de moluscos obtém resultados mais vantajosos do que práticas desenvolvidas de forma isolada.

– Esse é um desafio embasado num desejo. Mas a criação de peixes é muito dispendiosa – reconhece Luis Henrique. – Sai muito caro, e por enquanto é uma ideia inviável, porque exige uma estrutura muito grande. Temos até licença para isso. A fazenda do Abraãozinho, por

Um índice de mortandade de vieiras acima do normal evidencia que há comprometimento do ecossistema local, levando as empresas a acionar seus mecanismos de prevenção contra acidentes ambientais



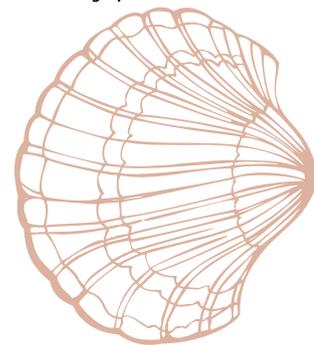


exemplo, está licenciada para a criação de peixes em cativeiro e para o cultivo não só de vieiras, mas também de algas. A demanda por algas é muito grande. Elas têm uso não só na área de cosméticos e de medicamentos, mas também na alimentícia. E estamos falando numa produção potencial de toneladas. A Brigada já chegou a fazer esse cultivo, mas foi de forma embrionária. Deu-se uma parada para empreender de forma mais substancial a retomada dessa atividade, um cultivo de futuro na ilha.

A Brigada chegou a ter uma produção em torno de 5 toneladas de alga a cada dois meses. O cultivo está sendo retomado aos poucos, de acordo com o supervisor administrativo da entidade, Ulisses Mansur, formado em Engenharia Ambiental:

– É um projeto ainda muito recente, mas muito promissor. Os resultados iniciais permitem sonhar alto.

Visão panorâmica de uma fazenda marinha: além do cultivo de vieiras e algas, a área já tem licenciamento para a criação de peixes, uma atividade mais dispendiosa que será implantada a longo prazo



O potencial das plantas do mar

Projeto Algas Marinhas se consolida como alternativa de capacitação e opção de atividade pedagógica da Brigada

Dentro das atividades de maricultura da Brigada Mirim, o cultivo de algas marinhas merece uma análise à parte. A importância deste vegetal para a biologia marinha, para o meio ambiente e mesmo para a economia é inestimável. O senso comum costuma atribuir à Floresta Amazônica o metafórico – e metabólico – papel de pulmão do mundo, mas, a despeito da inegável contribuição desse imenso pedaço verde da América do Sul para o equilíbrio ecológico da Terra, essa função se adéqua mais à crucial participação das algas na complexa estrutura natural que o planeta põe em movimento como anteparo contra os cada vez mais intensos agravos que sofre.

As plantas, em geral, exercem uma função decisiva nesse mecanismo de purificação do meio ambiente. Levando-se em conta a população de algas em todo o mundo, mais abundantes nos oceanos do que o total de espécies encontradas nas florestas continentais, esse vegetal em particular, com a propriedade da fotossíntese, absorve mais gás carbônico e faz extravasar para a atmosfera uma quantidade muito maior de oxigênio do que as árvores.

As algas, além de ocuparem uma área de cultivo mais extensa – uma vez que cerca de 70% do planeta são cobertos de água e elas se desenvolvem em todos os oceanos –, comparativamente um metro quadrado desse vegetal produz dez vezes mais oxigênio do que uma área igual de floresta. Como se sabe, a cada momento a atmosfera é bombardeada por imensos volumes de gás carbônico, principalmente em decorrência de atividades humanas. O processo de fotossíntese desenvolvido pelas plantas, seja nas

À direita

Algas colhidas por um brigadista em fazenda marinha na Ilha Grande: o projeto de associar o cultivo de *Kappaphycus alvarezii* com a criação de vieiras é um dos pontos altos do programa de ações da Brigada Mirim







Além de contribuir de maneira decisiva para a purificação da atmosfera, a presença das algas nos oceanos é importante também para fortalecer o bioma marinho

florestas continentais, seja nos viveiros marinhos de algas que se espalham pelos mares, é vital para a preservação da vida na Terra. A propriedade de absorver CO₂, transformá-lo e devolver o gás em forma de oxigênio à atmosfera – ou ao próprio oceano – faz da alga, portanto, um elemento indispensável ao equilíbrio ambiental do planeta.

Não há na cadeia biológica conhecida algum outro vegetal que absorva mais gás carbônico e produza mais oxigênio que a alga marinha. Além de contribuir de maneira decisiva para a purificação da atmosfera, a presença dessa planta nos oceanos é importante também para fortalecer o bioma marinho: tartarugas, peixes, moluscos, enfim, toda a cadeia animal dos mares se beneficia diretamente do processo de oxigenação da água devido à fotossíntese realizada pelas algas. Por sua vez, seu emprego na economia é cada vez mais amplo. Delas se extrai a carragena, uma substância usada como matéria-prima numa série de atividades, da indústria alimentícia aos cosméticos. Embutidos, chocolates, cervejas, produtos de beleza, remédios e diversos outros produtos que movimentam uma estrutura bilionária de negócios comerciais em todo o mundo são fabricados com fórmulas em que esse hidrocolóide é parte essencial. No entanto, embora essa substância seja abundante num país com mais de 7 mil quilômetros de litoral, com praticamente toda essa extensão propícia a abrigar viveiros de algas, o Brasil tem uma produção incipiente desse produto essencial na engrenagem produtiva de uma indústria altamente rentável e potencialmente sustentável. Estima-se que o país importe algo em torno de 98% da carragena que consome.

A Brigada Mirim possui três fazendas marinhas licenciadas para a criação de vieiras e, em consórcio, para o cultivo de algas. Elas ficam na Praia do Abraãozinho, na Enseada de Araçatiba e na Praia de Camiranga. Se a produção de vieiras está na trilha da consolidação como atividade pedagógica com um caráter monetizado, a de algas marinhas só começou a tomar fôlego em fins de 2015, passando por 2018 e en-





trando em 2019 com a perspectiva de também se estabelecer de vez na agenda da entidade. Para alcançar esse novo patamar, a Brigada desenvolveu métodos adaptados de técnicas originárias da Indonésia, país que figura entre os maiores produtores em volume de cultivo desses vegetais e passou a lançar mão de novos modelos de gestão do plantio.

No final de 2015, a Brigada Mirim resolveu incluir no seu programa de maricultura jovens caiçaras da Praia Vermelha. Na época, o biólogo Miguel Sepúlveda desenvolvia ali um projeto de cultivo de algas marinhas, e surgiu a ideia de integrar os brigadistas às ações do programa. Ocorreu o casamento entre a vontade política – até então

No controle do cultivo de algas,

o antigo supervisor ambiental Nemo Paes Leme e jovens da Brigada Mirim conferem a produção de uma fazenda marinha



destituída de meios práticos para ser implantada – e a oportunidade, e daí nasceu o Projeto Algas Marinhas. O diretor administrativo da Brigada Mirim, Pedro Paulo Vieira, explica:

– Achei ótima a ideia de abrir aos meninos a chance de cuidar das algas. Por uma questão de logística, a Brigada tem dificuldade em acompanhar, do Abraão, o dia a dia dos brigadistas que atuam em áreas mais afastadas, como é o caso da Praia Vermelha. O fato de haver um biólogo na enseada disposto a levar à frente um trabalho conjunto me fez aceitar a sugestão de estimular a participação dos jovens no projeto. Fui lá conhecer o trabalho do Miguel, e concluí que a parceria era interessante para a entidade. Era uma oportunidade de os garotos aprenderem a fazer o cultivo das algas, evidentemente com o escopo de uma atividade pedagógica acima de qualquer outro interesse. Tratava-se de mais um ramo da maricultura que eles poderiam aprender a fazer na ilha.

A Brigada Mirim convidou o biólogo para fazer uma consultoria, e instalou a primeira balsa de cultivo de algas na fazenda do Abraãozinho. Um fornecedor de Paraty doou meia tonelada da espécie *Kappaphycus alvarezii* – cujo cultivo na Ilha Grande tem uma particularidade: a baía é a única região do país em que se pode fazer o plantio desse tipo de alga. Como se trata de um vegetal exógeno, o plantio é rigorosamente controlado pelo Ibama, organismo ligado à defesa de biomas sensíveis a ações externas. Cultivada há trinta anos nesse pedaço do litoral brasileiro, a *K. alvarezii* cresce sob rigoroso controle, o que afasta o risco de uma disseminação desmedida e, portanto, da ocorrência de acidentes ecológicos. O método de controle chega a ser prosaico: na Baía da Ilha Grande só se cultivam fêmeas da planta. Sem a presença de machos, não há germinação.

Como a *K. alvarezii* tem a propriedade de crescer até dez vezes o seu tamanho no período de 45 dias, dessa primeira rodada de cultivo iniciada em fins de 2015 resultou a colheita de praticamente todo o potencial de florescimento – mais exatamente, foram tiradas dos viveiros 4,5 toneladas



A Brigada tem três fazendas marinhas licenciadas para a criação de vieiras e, em consórcio, para o cultivo de algas. Elas ficam no Abraãozinho, em Araçatiba e na Camiranga





de algas. Se, por um lado, o número foi estimulante, em seu bojo floresceu também uma grande dificuldade, lembra Pedro Paulo:

– Quatro ou cinco toneladas de qualquer coisa representa inevitavelmente um volume muito grande. A produção atingiu o ponto esperado, mas nos trouxe a demanda do transporte, em razão do risco de a balsa não aguentar o peso e até mesmo adernar. Mesmo assim, conseguimos vender as algas a preço de mercado, graças a um acordo da Brigada com a Algasbras Biorrefinaria, uma empresa de Itaguaí.

Dificuldades subjacentes, no entanto, impactaram essa etapa do projeto. Houve problemas de estrutura do programa – por exemplo, limpar a balsa e cuidar adequadamente da manutenção dos viveiros. Além disso, na Indonésia o cultivo é facilitado pelo contorno geográfico das praias,

Colheita de *Kappaphycus alvarezii*: a Baía da Ilha Grande é a única região onde o licenciamento para o plantio dessa espécie de alga marinha é permitido no Brasil





Cultivada há trinta anos na Baía da Ilha Grande, a K. alvarezii cresce sob rigoroso controle, o que afasta o risco de uma disseminação desmedida e de acidentes ecológicos

onde o plantio é feito em águas a, no máximo, meio metro de profundidade. Na Ilha Grande, devido ao litoral de alto calado, foi necessário improvisar viveiros para evitar que as mudas descessem a mais de 1,5 metro de profundidade, o que seria letal para uma planta que morre na ausência da luz do sol. E o maior obstáculo de todos: a positiva e inegociável exigência estatutária da Brigada de só permitir que os brigadistas trabalhem exclusivamente no contraturno escolar impediu que o cultivo tivesse um acompanhamento permanente.

– A estrutura de cultivo na Indonésia, que inspirou a Brigada, é muito grande. Envolve áreas imensas do litoral, até mesmo com praias exclusivas, tudo voltado para uma produção em escala comercial. Porém, como o foco da entidade não é o mercado, e sim oferecer atividades pedagógicas sem fins exclusivamente comerciais, o programa começou a empacar – observou Pedro Paulo. – Além disso, entramos na contramão do tempo. Comprávamos as algas no verão, e, com o calor, fazíamos um ou dois ciclos de colheita produtiva. No resto do ano, com a queda da temperatura da água e as chuvas do peculiar inverno da Ilha Grande, a produção não funcionou.

Advieram seguidos ciclos de produção decrescente, segundo Pedro Paulo. Mas, como a dificuldade semeia a superação, os obstáculos estimularam a Brigada a buscar alternativas para viabilizar a manutenção de uma atividade com grande potencial para dar certo. O caminho foi juntar adaptação e inovação – no primeiro caso, recorrendo ao que de mais aplicável continham as técnicas aprendidas com o modelo de cultivo da Indonésia; no segundo, deixando a imaginação garimpar opções não convencionais de acordo com as características físicas do meio disponível para o plantio. A solução foi reduzir o tamanho da balsa usada no plantio, adotando em seu lugar um dispositivo a que se deu o nome de Unidade de Cultivo de Algas (Uca), com tamanho mais reduzido. As Ucas são mais fáceis de manejar e sua manutenção é mais simples, segundo Pedro Paulo:



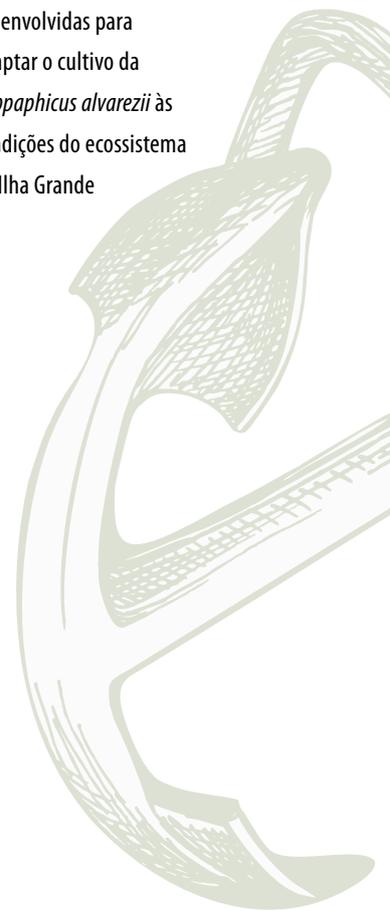


Unidades de Cultivo de Algas:

as UCAs foram desenvolvidas para adaptar o cultivo da *Kappaphicus alvarezii* às condições do ecossistema da Ilha Grande

– A Brigada Mirim tornou-se a inspiradora de um processo moderno e diferenciado de cultivo de algas marinhas. Com as UCAs, o brigadista passa a trabalhar com um modelo mais acessível de manejo, com resultados bem estimulantes. Aos trinta anos, a Brigada torna-se pioneira de um processo original na Ilha Grande. Essa inovação, com certeza, consolidará a atividade dentro da agenda da entidade.

Das três fazendas marinhas licenciadas para a Brigada, a da Enseada do Abraãozinho fechou o primeiro trimestre de 2019 com a produção de algas crescendo de vento em popa. A expectativa é que, com as outras duas unidades também consolidando o processo de cultivo, o Projeto Algas Marinhas possa até se tornar autossustentável. Mais do que isso, não seria um desperdício acreditar que esse programa desencadeado pela Brigada possa se estender para toda a Ilha Grande. Isso representaria um saldo positivo adicional para a comunidade local, ao facilitar-lhe o acesso às potencialidades desse ramo da maricultura. Nesse aspecto, o reforço no orçamento familiar seria o retorno mais significativo na vida das famílias insulanas.





O problema da destinação do lixo

A preocupação com o acúmulo de detritos na ilha está na origem da criação da Brigada Mirim

O mundo enfrenta de formas distintas o desafio da destinação do lixo produzido no planeta. Há países onde essa preocupação se traduz não somente na elaboração de políticas públicas, com metas a serem atingidas, mas também – e em especial – adotando-se ações práticas que buscam encontrar soluções para atenuar o impacto da produção em larga escala de um material cujo acúmulo se reflete diretamente na qualidade de vida da sociedade. Nesse aspecto, o Brasil convive com grandes demandas que não são atacadas do modo devido, embora o país tenha, desde o início da década de 2010, uma legislação voltada especificamente para abordar esse tema, uma das questões ambientais mais preocupantes em todos os continentes.

O que fazer com o lixo é, sem dúvida, uma preocupação que atravessa os séculos. Diversas experiências programáticas, com resultados positivos ou negativos – ou no segundo caso, quando nada, com saldos aquém das necessidades –, vêm sendo testadas desde que o homem começou a viver em sociedade. No entanto, em razão das extraordinariamente rápidas mudanças na capacidade de produção de entulhos, com aumentos exponenciais nos volumes de lixo produzido em cada país, a partir das primeiras décadas do século passado, e de forma mais acentuada na virada da metade do anos 1900, o problema de destinar as sobras daquilo que o homem consume ou usa ganhou ares de obrigatoriedade política e social.

Essa realidade é uma decorrência inescapável de alterações profundas e irreversíveis numa civilização que fez a transição da cultura de subsis-

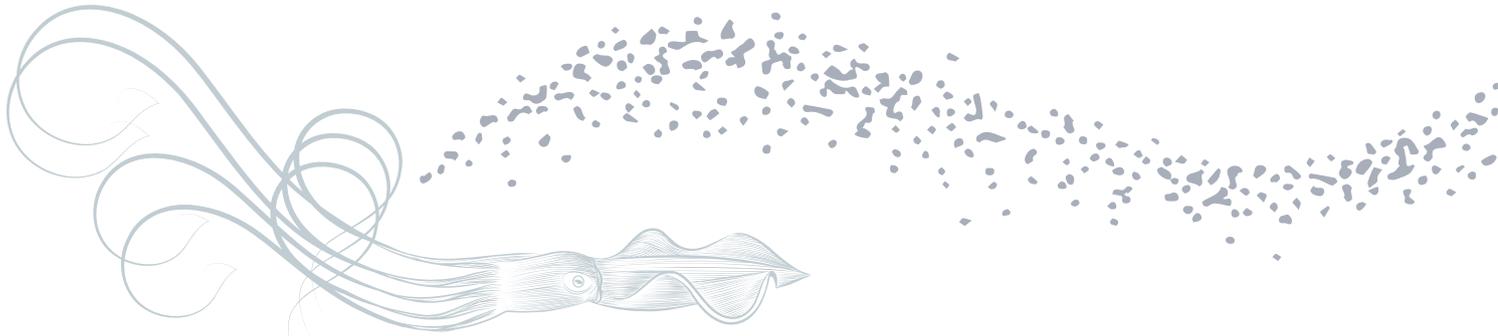
À direita

Bags para transporte

de material reciclável, reunidas em frente à sede da Brigada Mirim, no Abraão, para serem recolhidas por equipe da prefeitura de Angra e enviadas para o continente







As consequências advindas de hábitos de consumo sem paralelo na história da humanidade estão no topo da cadeia de degradação ambiental em todo o mundo

tência para relações econômicas mais complexas, ditadas por sistemas de produção intensiva e em escala industrial. Não por acaso, as consequências advindas de hábitos de consumo sem paralelo na história da humanidade estão no topo da cadeia de degradação ambiental em todo o mundo. A civilização parece ter, enfim, despertado para o problema da destinação do lixo que produz, por conta de uma espécie de axioma: não existe, na prática, o conceito de “jogar fora”. Tudo o que é rejeitado como lixo – seja um simples papel de bala jogado na rua ou o vazamento de toneladas de material orgânico degradado – permanece no planeta, ainda que sobras de consumo venham a ser recicladas pela natureza ou por métodos artificiais. Não existe no mundo um único objeto que, uma vez descartado, se possa dizer que foi jogado fora. Ele não sai da biosfera. De acordo com o atual estágio da relação do homem com o Universo – e salvo a alternativa da transformação de rejeitos e resíduos em outros elementos –, não há a possibilidade de a Terra se desfazer de algum dos diversos tipos de materiais que compõem o que genericamente chamamos de “lixo”. Esse princípio é básico para se entender que cada um de nós é responsável pela preservação do planeta. É um pressuposto que está na essência da vida do ser humano.

O Brasil produz atualmente algo em torno de 80 milhões de toneladas de resíduos sólidos por ano. Essa é a parte do lixo gerado pelo homem genericamente conhecida como reaproveitável. É algo que ocupa uma área equivalente a 206 estádios do Morumbi, observou em 2007 o ambientalista Mateus Mendonça, diretor de inteligência de recursos de uma empresa de projetos, em entrevista ao *GI* (30 de agosto de 2017) durante

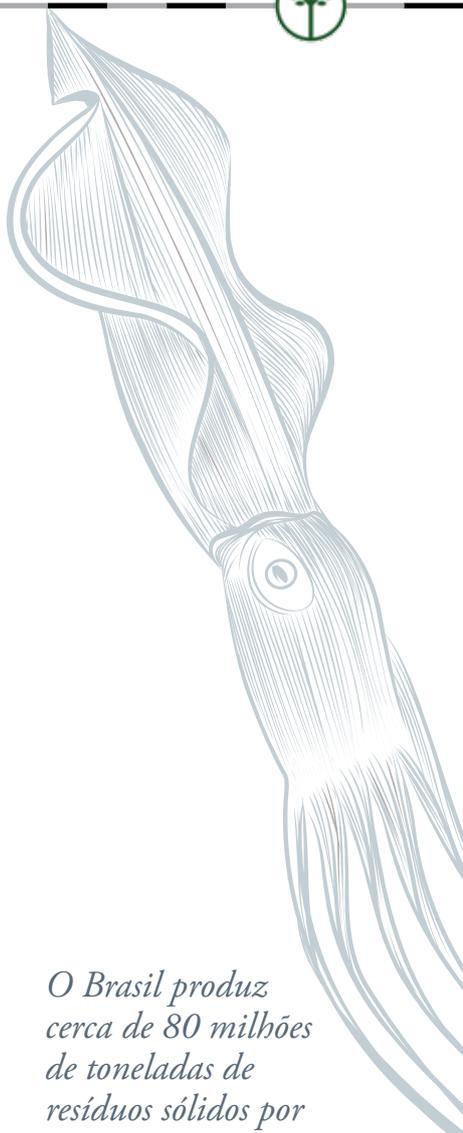




um seminário na Bahia sobre cidades. O número assusta, mas deveria provocar arrepios não pela sua ordem de grandeza, e sim pelo dado que lhe é subjacente: quase 32% dessa produção poderia ser reciclada, mas o país só o faz num percentual pouco acima do traço: 3% dos resíduos sólidos que gera. A mesma reportagem que apresentou a entrevista, tomando como paradigma o citado volume de lixo produzido a cada ano, acentua que o baixo aproveitamento de material reciclável leva o Brasil a perder em torno de R\$ 8 bilhões a cada ciclo de translação da Terra. Nessa conta estão incluídos problemas como baixa conscientização da população para a importância da coleta seletiva, políticas públicas frouxas para regular o setor e leniência das autoridades da área – leia-se governos. É uma fatura alimentada por movimentos relapsos: mais de 90% dos resíduos gerados no país são dispostos no solo e sem aproveitamento algum.

– Dos resíduos gerados, 10% sequer são coletados, vão para os rios e acabam no oceano. Estima-se que em 2025 o mar vai ter mais lixo do que vida marinha. É um problema pra gente, se não acordarmos para isso o quanto antes – advertiu Mendonça na entrevista ao *GI*.

Em comparação com os habitantes de nações mais avançadas na elaboração e adoção de políticas ambientais para a destinação do lixo, o brasileiro até que produz pouca sobra de consumo – um quilo per capita, equivalente a um terço do que, em média, descartam países europeus e asiáticos. Na Alemanha, para uma população urbana de 60,5 milhões de habitantes e com uma produção de 127 mil toneladas de lixo por dia, a quantidade *per capita* de produção de entulho é de 2,11 kg; no Japão, 1,71 kg *per capita* (população urbana de 84,3 milhões e produção de 144 mil toneladas/dia); na Suécia, 1,61 kg *per capita* (população urbana de 7,6 milhões e produção de 12,3 mil toneladas/dia); nos EUA, para uma população urbana de 241,9 milhões e produção de 624 mil toneladas/dia, a quantidade *per capita* é de 2,58 kg/dia – neste caso, superior à do Brasil. A dificuldade está na gestão. Toda atividade humana traz, sub-



O Brasil produz cerca de 80 milhões de toneladas de resíduos sólidos por ano, uma carga que ocuparia uma área equivalente a 206 estádios do Morumbi



jacente, a produção de dejetos, sejam eles orgânicos ou sólidos. A questão não é, portanto, a existência de lixo em quantidades industriais. Esse é, em si, o cerne intransponível do problema. Trata-se, na verdade, de adotar ações de redução de danos e, em especial, de fazer com que parte dessa produção de detritos seja reaproveitada em benefício da sociedade.

Nesse ponto em particular o Brasil deixa a desejar. Cerca de 3 mil lixões ou aterros sanitários – cujo funcionamento nem sempre está de acordo com as normas estabelecidas para essa atividade – instalados em 3,3 mil cidades brasileiras recebem cerca de 30 milhões de toneladas de resíduos a cada ano. Longe de ter uma estrutura ideal, boa parte deles produz venenos para o homem ou para o meio ambiente, como chumbo e gases tóxicos, ou causa agravos ambientais, como o comprometimento de lençóis freáticos. Apesar disso, do ponto de vista da legislação o país não está descoberto. Em 2010, instituiu-se por lei a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabeleceu obrigações a empresários, governos e cidadãos no gerenciamento dos resíduos (Lei 12.305/10). Trata-se de um instrumento legal dotado de dispositivos que estimulam avanços no enfrentamento de demandas ambientais, sociais e econômicas decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. Porém, como nem sempre a lei se impõe aos problemas, nesse quesito o país permanece num estágio que requer mais rigor na aplicação dos anteparos institucionais ou aperfeiçoamento de códigos reguladores – os já existentes ou os que eventualmente ainda venham a ser criados.

Portanto, o que fazer com o lixo é uma questão que movimenta a sociedade, seja em escala mundial, seja no dia a dia de organizações de âmbito regional. Muitos países já acordaram para essa realidade, e desenvolvem políticas apropriadas que procuram conscientizar a população sobre a necessidade urgente de que toda a comunidade participe de ações voltadas para dar um destino sustentável ao lixo que produz. Algumas nações vão além: a Alemanha, por exemplo, criou o Green Talents Award, um dos prêmios mais



É preciso adotar ações de redução de danos na questão do lixo e, em especial, fazer com que parte da produção de detritos seja reaproveitada em benefício da sociedade





importantes do mundo no campo das ações sustentáveis. “Desde 2009, o Ministério da Educação e Pesquisa (...) elege os 25 jovens pesquisadores com trabalhos mais promissores na área”, destaca a revista *Galileu*. Entre os talentos verdes de 2018, cuja edição reuniu oitocentas inscrições de mais de cem países, estava a mineira Tatianna Mello da Silva, de 27 anos. Sua pesquisa, que abordou o tema da reciclagem no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, lhe valeu um passaporte, para um período de três meses de pesquisas em qualquer instituto do país, com custeio integral do governo de Berlim.

Por ser pertinente à preservação do meio ambiente da região onde atua, o tratamento sustentável dos resíduos sólidos recolhidos na Ilha Grande é uma questão à qual a Brigada Mirim Ecológica dá grande atenção dentro de sua agenda. Na verdade, o recolhimento do lixo – em especial na Vila do Abraão – e, de modo implícito, a limpeza de praias e trilhas da Ilha Grande está no DNA da entidade. Foi a essência, o *leitmotiv* que galvanizou a inquietação do grupo pioneiro de empresários e donos de propriedades – inquietação essa traduzida em ações práticas –, e que, três décadas atrás, já anteviam na explosão do volume de visitantes sem a devida regulação um risco para o meio ambiente insular. O que fazer com os restos deixados para trás por turistas, e mesmo com os resíduos e rejeitos produzidos pela população e comerciantes locais, foi o fio condutor das primeiras conversas do movimento que resultou na criação da Brigada.



Coletor de lixo em trilha da Ilha Grande:

marca da Brigada no esforço de criar uma mentalidade voltada para a preservação ambiental



A redução de danos ao ambiente

Programa de aproveitamento de resíduos sólidos se conecta com ações de prevenção contra agressões ao bioma

O empresário José Klabin mal entrara na adolescência quando testemunhou muitos dos encontros entre seu pai, Armando Klabin, um grupo de amigos que moravam na Ilha Grande, ou lá tinham propriedades, e personalidades com vida consolidada na Vila do Abraão, com destaque para a *restaurateur* Janeth Dias de Araújo. Em razão de seu trânsito fácil em todas as instâncias da comunidade local, Janeth fazia a conexão entre tais conversas. Nessas reuniões – uma espécie de plenária do que seria a futura Brigada Mirim – consolidou-se a certeza de que o acúmulo de lixo e a destinação a lhe dar teriam de fazer parte de um plano de ação inescapável da futura entidade. Mais do que isso, como já visto, o procedimento a ser adotado com esse material resultante do recolhimento em praias, casas e empreendimentos comerciais tornou-se o motor, o objetivo número 1 da agenda da ONG.

– Meu pai começou a se preocupar com a ilha, com os riscos do crescimento desordenado do turismo, com o lixo nas praias. Eu me lembro dele conversando com os amigos, incentivando-os a cuidar da ilha. Ele os fazia ver que aquela terra era um patrimônio comum e, portanto, todos tinham responsabilidade com a sua preservação. A discussão era sobre quem poderia cuidar mais efetivamente da manutenção da limpeza das praias, já que nem todos moravam lá. Surgiu a ideia de montar uma entidade com esse fim, e daí nasceu a Brigada Mirim. Sem dúvida, a questão do lixo local está na gênese da Brigada – conta José Klabin.

Convém contextualizar as políticas de captação, tratamento e des-



À direita

Nos primórdios da Brigada Mirim, um brigadista recolhe resíduos deixados no Abraão. Esta é uma foto emblemática: a preocupação com o aumento do lixo em praias e trilhas da Ilha Grande foi um dos motes da criação da entidade







A Brigada Mirim conectou-se ao espírito ambientalista que levou à Rio 92, com movimentos de conscientização e ações práticas contra agressões ao bioma da Ilha Grande

tinação do lixo na época em que a ONG foi criada, em 1989. A década de 1980 foi, no Brasil, uma fase frutífera para a consolidação de políticas no âmbito do desenvolvimento sustentável, bandeira que o país passou a defender de forma mais incisiva. Enquanto isso, em outras regiões do mundo – em especial naquelas onde a ecologia (como essa disciplina era genericamente chamada na época) já se tornara uma das pontas mais avançadas da vanguarda social –, os movimentos ambientalistas reverberavam uma palavra de ordem que colocava a preservação e o resgate ambiental do planeta no topo de suas propostas de luta.

Até então, os movimentos ambientalistas eram tidos aqui no país, se não como exóticos, ao menos como uma prática destituída de programas oficiais sólidos. O Brasil passou a trilhar um caminho de maior compromisso com esse tema, global por sua natureza e, em razão de sua especificidade, não sujeito a ficar restrito às fronteiras tradicionais. Foi uma tomada de consciência crucial que levou o país rumo à Rio 92.

A Brigada Mirim conectou-se, por princípio, ao espírito desses movimentos de conscientização e de ações práticas em defesa de programas de prevenção contra agressões ao bioma da Ilha Grande e de redução de danos ao meio ambiente, decorrentes deles devido a ações deletérias já em curso. Especificamente na questão do tratamento a ser dado à produção de lixo, por coincidência ou não, nesse mesmo ano de 1989 a prefeitura de Angra dos Reis começou a elaborar diretrizes oficiais para que o município cuidasse de seus rejeitos e resíduos seguindo procedimentos mais bem organizados. A partir de 89, desenvolveu-se um programa mais amplo que incluía, por exemplo, intervenções no sistema geral de saneamento da municipalidade, com dispositivos e movimentos institucionais, das quais a expansão do sistema de coleta de lixo foi uma das mais eficazes.

Disso decorreram resultados animadores. Entre 1993 e 2000, por exemplo, o sistema de limpeza urbana da municipalidade registrou a cap-





Um brigadista ensaca
resíduos recolhidos à
beira-mar, com outros
jovens ligados à Brigada
(em segundo plano),
depois de mais um dia
de limpeza na orla





"O lixo deixado pelos turistas nas praias, trilhas e em santuários ambientais tornou-se um problema sério, e foi um motor da criação da Brigada"

tação de “quantidades expressivas de lixo reciclável, coletadas e retornadas como matéria prima às indústrias” (segundo a obra *Coleta seletiva de lixo – Uma alternativa para minimização de resíduos com geração de renda*, uma publicação da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, de 2002, traduzindo pesquisa assinada pelo mestrando Pedro Alexandre Moitrel.). A elaboração do programa, de certa forma pioneiro se não no Brasil, mas com certeza no Rio de Janeiro, se assentava em modelos contemporâneos de destinação do lixo. “A concepção adotada para o sistema de coleta seletiva de lixo em Angra dos Reis se baseou, intensivamente, na remuneração do lixo reciclável fornecido pela população ao sistema, através de um programa de troca por alimentos, material escolar e cimento. Conhecendo-se o valor de mercado dos componentes do lixo (alumínio, metais em geral, vidros, papéis e plásticos), estabeleceu-se uma tabela de valores para troca. A Prefeitura Municipal, no sentido de viabilizar a participação da população, implantou uma estrutura para recolhimento, recebimento, beneficiamento e comercialização desse material, composta por galpões, veículos, embarcações, usina de beneficiamento, funcionários operacionais e estrutura administrativa” (Idem).

Similares na ideia – ainda que sem a amplitude do programa municipal por limitação de estrutura e recursos –, as intervenções na questão do lixo produzido na Ilha Grande constituem a base das ações da Brigada Mirim. As modificações urbanísticas iniciadas na Costa Verde ainda no início da década de 1970 (e, posteriormente, a desativação do presídio, com impacto imediato mais sensível) fizeram aumentar o fluxo de turismo e, por consequência, as demandas dos serviços de saneamento e limpeza urbana da ilha. O ex-diretor administrativo da entidade Luis Henrique Viallet recorda:

– O lixo deixado pelos turistas nas praias, nas trilhas e mesmo nos santuários ambientais tornou-se um problema sério. Isso começou a incomodar o Armando [Klabin] e, sem dúvida, foi um dos motores da criação da Brigada. Observando o abandono da ilha e a estrutura precária do





poder público para enfrentar essa nova realidade de explosão do turismo, ele convocou seus amigos empresários, que também tinham essa preocupação, para um esforço organizado em defesa do meio ambiente.

– Uma vez criada a Brigada, passou-se ao movimento empírico de começar a combater os efeitos deletérios da falta de compromisso de parte dos turistas com a preservação da limpeza urbana da ilha. – prossegue Viallet. – Armando quis aliar a necessidade de ordenar a chegada dos turistas à ideia de se formar uma nova mentalidade em relação à preservação do meio ambiente. Por sua orientação, começou-se a distribuir nos pontos de entrada da ilha, nas praias e trilhas, sacolas ecológicas, nas quais os turistas reunissem seu próprio lixo. Na época, ele comprou mais de cem reservatórios e os colocou nas praias, com adesivos para orientar os turistas a depositarem ali os dejetos. Ele começou todo esse movimento com dezoito amigos, que bancavam as atividades do próprio bolso. Começou a selecionar os primeiros brigadistas nas escolas, que deram prosseguimento a essa movimentação, consolidando dessa forma a criação da Brigada.

Quando Viallet começou a trabalhar na Brigada Mirim, em 1994, como supervisor administrativo – posto que ocupou antes de se tornar gerente e, depois, diretor administrativo –, as atividades relacionadas

Imagens das primeiras ações de coleta seletiva:

material reciclável reunido na sede da Brigada (à esquerda) e a entrega, a representantes da comunidade, de produtos adquiridos em troca do serviço de reciclagem



As demandas relacionadas ao lixo na ilha acabaram por comprovar a inquietante previsão feita pelos pioneiros fundadores da Brigada Mirim

ao enfrentamento do problema do lixo na ilha compreendiam ações de coleta pontual nas praias e trilhas, além da distribuição de cartilhas de conteúdo ecológico – para além do empenho pessoal de cada brigadista no contato direto com moradores e turistas visando a lhes ampliar a consciência ambiental, ainda que com iniciativas comuns como cuidar da destinação do lixo por eles produzido. Mas o programa de recolhimento de resíduos foi se expandindo e ganhando adeptos. E alcançou um novo patamar quando a Brigada fez um convênio com a prefeitura de Angra dos Reis. Os brigadistas passaram a recolher, em residências e praias, latas, vidros, papel e papelão, separando esse conjunto do resto dos dejetos para trocar por algum valor em espécie e material, que eram revertidos para a comunidade da Vila do Abraão.

– Pesávamos os resíduos e os entregávamos à prefeitura, que recebia a produção no cais, anotava e fazia uma espécie de pontuação para estimar a contrapartida do município. Ao longo de cinco anos conseguimos receber, por exemplo, um mimeógrafo para cada escola da ilha. Pudemos distribuir bolas para as turmas, cadeiras de rodas para o posto de saúde, bebedouros e ventiladores de teto. Infelizmente, a prefeitura acabou encerrando o convênio e ficamos sem poder manter a distribuição desses benefícios para a comunidade. Até mesmo a campanha para estimular a coleta seletiva nas praias, uma ação política importante, foi desativada – conta Luis Henrique.

Ainda que tenha passado um período com ações de menor impacto com relação à coleta seletiva, a Brigada Mirim sempre manteve operante esse objetivo de sua agenda ambiental. Até porque as demandas relacionadas ao lixo na ilha, longe de diminuir, acabaram por comprovar a inquietante previsão feita no final dos anos 1980 pelos pioneiros fundadores da entidade. Desde então, houve um crescimento desmedido da população da Vila do Abraão e um aumento exponencial da visitação turística desregulada em toda a ilha. De tal forma que, de





acordo com levantamentos do primeiro trimestre de 2019, o movimento demográfico e a potencialização do turismo desregrado geraram um volume de lixo da ordem 15 toneladas por dia – isso, apenas no Abraão. É um impacto cujas consequências estão muito além da capacidade dos brigadistas de contorná-las, devido aos recursos limitados da Brigada. Ainda assim, os jovens, imbuídos de um compromisso com a defesa do meio ambiente, dão conta de sua missão de procurar reduzir os danos causados ao bioma local. A despeito das dificuldades, a Brigada contribui para desenvolver a consciência ambiental da comunidade, seja distribuindo a moradores e turistas as sacolas ecológicas de coleta individualizada de resíduos, seja por meio de outras iniciativas nessa área.

Esse movimento ganhou novo impulso a partir de 2015, com a monetização do processo de coleta e separação de resíduos. A ideia surgiu com a aplicação empírica de uma tese de doutorado da geógrafa Clarice Silva Lima.

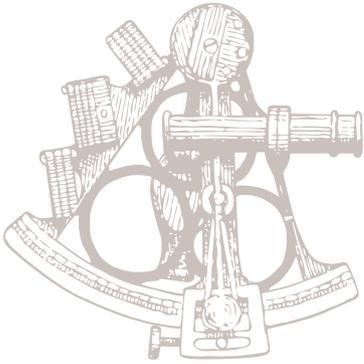
– Eu já havia trabalhado no mestrado com essa questão dos resíduos sólidos, que são a parte reciclável do lixo. Fiz um comparativo entre o Rio de Janeiro e Curitiba, para estudar por que na capital do Paraná a coleta seletiva vingou e, no Rio, caminhou em passo de tartaruga. No fim da dissertação de mestrado cheguei à conclusão de que isso tem muito a ver com o papel do poder público, elaborando projetos, fazendo divulgação das ações necessárias e promovendo campanhas de educação ambiental – conta Clarice.

Quando a geógrafa iniciou o doutorado, o caminho natural para sua tese foi continuar nesse nicho das modernas ações de sustentabilidade. Para Clarice, a Ilha Grande, com suas demandas no terreno da coleta e destinação do lixo, seria mais do que um grande laboratório: representaria uma oportunidade de pôr em prática conceitos contemporâneos de um programa que era sustentável no aproveitamento, racionalmente econômico e ambientalmente desejável para a destinação dos resíduos sólidos coletados.



As ações de coleta seletiva ganharam novo impulso em 2015, com a monetização do processo de recolhimento e separação de resíduos





Com o incremento do processo de coleta seletiva, a Brigada passou a recolher quase uma tonelada de resíduos por mês

– Eu pensei em ajudar a desenvolver algo que viesse somar para a sociedade. Já havia visitado a Ilha Grande e lido reportagens sobre o problema da destinação do lixo. Comecei a desenhar um projeto, como tese de pesquisa, abordando o tema da gestão de resíduos, ao mesmo tempo que se delineassem movimentos de mobilização e conscientização da população, com ações concretas de coleta seletiva e separação do lixo entre resíduos e rejeitos, distribuição de cartilhas, rodas de conversa etc. Tinha certeza de que isso contribuiria para mudar a realidade da ilha no que diz respeito a esse crucial viés de uma abordagem sustentável em práticas voltadas para a defesa do meio ambiente – declara a geógrafa.

Da ideia à prática, Clarice se deu conta, em primeiro lugar, de que precisava de uma base para suas ações de pesquisa e para colocar a teoria em execução. Ela entrou em contato com o diretor administrativo da Brigada Mirim, Pedro Paulo Vieira, disse-lhe o que tinha em mente e recebeu o sinal verde.

– A proposta veio exatamente ao encontro de projetos que a Brigada Mirim já desenvolvia ao longo de seus trinta anos. A monetização do processo aumentou o interesse da comunidade em participar do movimento de coleta. O morador passou a entregar o resíduo à Brigada. O material é pesado, e ele recebe de volta um valor proporcional ao volume entregue – observa Pedro Paulo.

Com esse incremento, a Brigada Mirim passou a recolher um volume da ordem de quase uma tonelada de resíduos por mês, em números do primeiro trimestre de 2019. É uma quantidade de material reciclável considerável, mas ainda assim muito aquém das 15 toneladas produzidas todos os dias na Vila do Abraão, um monturo que dobra na alta temporada.

A proposta central do projeto, que começou a deslanchar no início de 2018, é reduzir a quantidade de desperdício de resíduos no processo de destinação do lixo da Ilha Grande. Para isso, entre outras providências, busca-se mudar hábitos da população em relação à coleta, como

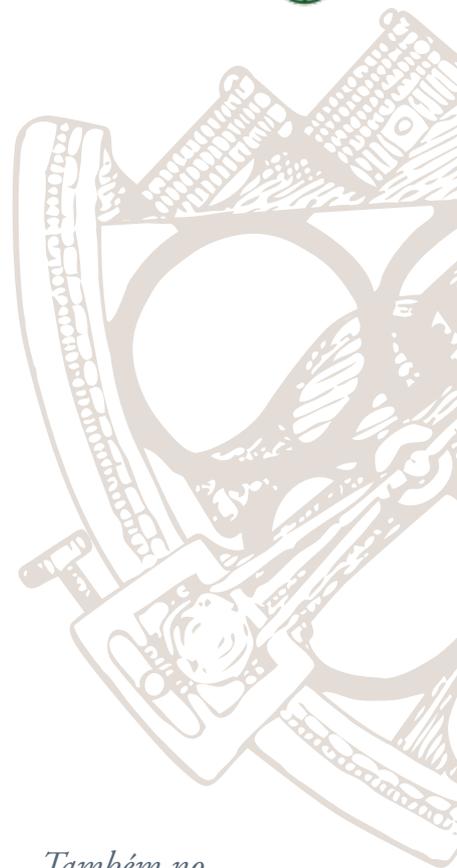




a prática – perdulária e ambientalmente nociva, até então assentada numa tradição leniente com a sustentabilidade – de juntar tudo, resíduos sólidos (recicláveis) e rejeitos orgânicos, numa única massa de entulho e, em seguida, despejar num lixão ou num aterro sanitário, sem qualquer separação prévia. “Isso é um hábito arraigado no Brasil”, lamenta Clarice. Com base nessa premissa, a partir de abril de 2018 a Brigada aumentou a distribuição de cartilhas para a população. Os brigadistas saíam de casa em casa, na Vila do Abraão, entregando o material pedagógico e dando aos moradores explicações sobre o projeto. O programa estendeu-se a outras localidades, de modo a ampliar o universo de coleta seletiva.

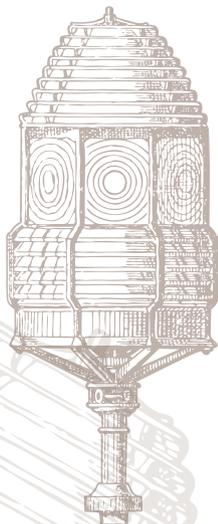
Dentre as atividades da Brigada Mirim, a coleta dos resíduos tornou-se uma rotina eficaz. Diariamente, os brigadistas acondicionam os dejetos, separados dos rejeitos coletados nas comunidades, em sacolas ecológicas organizadas de acordo com o material (plástico, metal, papel etc.). As sacolas são reunidas em frente à sede da Brigada, no Abraão, recolhidas por um veículo do serviço de limpeza urbana da ilha e depositadas no Cais Janeth Dias de Araújo – de onde são levadas para o continente, em Angra dos Reis. Ali, o material é entregue à empresa JN Reciclagem, vinculada ao projeto, para lhe dar destinação – ou seja, repassar, por meio da associação de catadores, para os atravessadores, que por sua vez fazem chegar o lixo reciclável à indústria de reprocessamento.

Tal atividade colhe frutos positivos. Do ponto de vista da conscientização da população, o movimento inicial de separar o lixo na própria rede primária de produção – casas e comércio – se consolida de forma exponencial. O projeto mostra resultados, no aspecto social, com a formação de grupos que se unem para destinar cada vez mais recicláveis à Brigada. A mobilização em torno do projeto pode ser medida pela análise do volume de resíduos separados: em maio de 2018, a primeira medição do recolhimento seletivo apontou, entre o



Também no aspecto social o projeto apresenta resultados positivos, com a formação de grupos que se unem para destinar cada vez mais material reciclável à Brigada





total de lixo recolhido, uma sobra de material reciclável da ordem de 181 quilos; nos primeiros meses de 2019, portanto menos de um ano depois da implantação do projeto, o aproveitamento alcançou uma média de 750 quilos – com um pico de 1.554,81 quilos somente em janeiro, mês de grande atividade turística na ilha, em consequência de maior produção de lixo. Mede-se também o sucesso pela participação da comunidade: na Escola Municipal Brigadeiro Nóbrega, os professores orientam os alunos, e também os seus pais, a separar os recicláveis, que, uma vez entregues ao projeto, rendem uma quantia que os ajuda a comprar material didático para atividades do dia a dia, como cartolina, giz de cera, lápis, cola etc. Freqüentadores do Centro Espírita Casa de Tiago, por sua vez, convertem o dinheiro recebido pela entrega de resíduos sólidos em cestas básicas para famílias carentes. E por aí vai.

No que diz respeito ao compromisso da sociedade local com o princípio da sustentabilidade e da defesa do meio ambiente, são inegáveis os benefícios decorrentes de, entre outras práticas, uma política que alivia a pressão do vazamento puro e simples em lixões e aterros sanitários. E também, e não menos importante, é o significativo retorno, no que tange à economia em si, resultante de uma iniciativa voltada para mitigar prejuízos provocados pelo desperdício de material reciclável nos processos tradicionais, ultrapassados, de vazamento generalizado de lixo.

Pedro Paulo entusiasma-se com o desdobramento de um objetivo inicial da agenda da Brigada para o que considera um patamar mais sustentável, foco que a entidade mantém permanentemente.

– A participação dos brigadistas nos programas de coleta e separação de resíduos já faz parte da história da Brigada Mirim. Agora, estamos consolidando esse perfil, atingindo outro nível do trabalho da entidade. Sensibilizar a comunidade tem sido fundamental para chegar a esse novo patamar. O processo está crescendo. E deve alcançar outras





Funcionários da prefeitura de Angra

transportam para o
continente as sacolas de
lixo recolhido na ilha

praias onde os jovens da Brigada atuam, não só com a consolidação e ampliação do projeto de coleta seletiva, mas também com a integração, nele, da prefeitura e de empresas de transporte que possam levar o material arrecadado para Angra. O projeto é recente, e mesmo assim já acumula muitos pontos positivos – conclui Pedro Paulo.



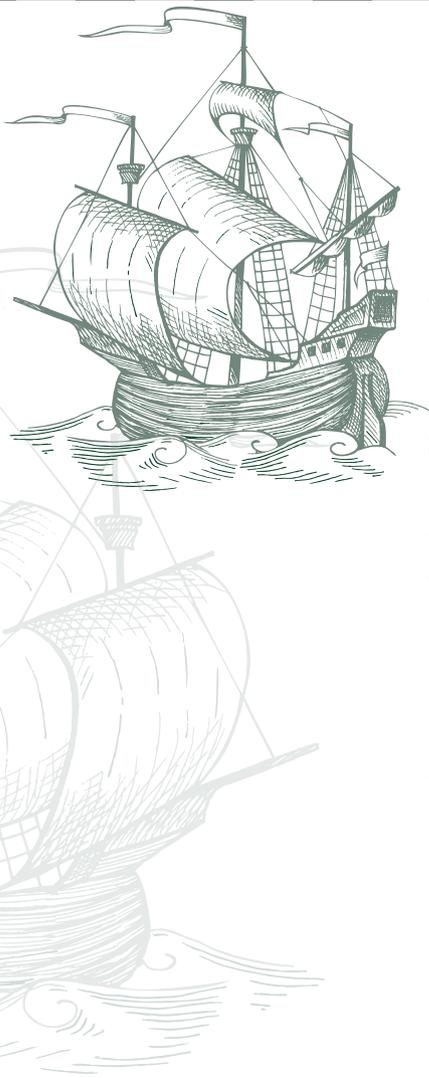
Dois Rios: da pujança ao esvaziamento

A vila construída no entorno da praia, última visão que dom Pedro II teve do Brasil, perdeu o viço da época do presídio

O contraste entre as areias amareladas da Praia de Dois Rios e os vários tons entre o azul e o verde do mar em frente enche os olhos de quem chega a essa parte oceânica onde a Ilha Grande se abre para a imensidão do Atlântico, que se estende até a costa da África. É uma franja de 1 quilômetro, ladeada em cada extremo pela foz de dois rios, um acidente geográfico que dá nome a um dos mais bonitos e preservados recantos dessa porção insular de Angra dos Reis. Salvo pela presença eventual de um ou outro banhista, e uma antiga e humilde construção de alvenaria que fere a imutabilidade da vegetação de todo o seu entorno, a ideia que se tem é que, ali, está encravado um pedaço da natureza congelado no tempo.

Após a proclamação da República, em 1889, ao partir para o exílio como degredado político, dom Pedro II há de ter guardado essa policromia natural como a última visão da terra onde reinara por quase meio século. E hoje, se um aventureiro decidisse partir dali em direção à costa africana, teria uma visão não muito diferente daquela que o derradeiro imperador brasileiro levou para o exílio. Ter conservado seu bioma e seu aspecto físico quase à semelhança da época do Império – quiçá do Descobrimento – é um dos traços marcantes da história de Dois Rios, um ativo ambiental da Ilha Grande cuja preservação tem contado com a efetiva participação da Brigada Mirim Ecológica ao longo dos últimos trinta anos.

A beleza que ao deposto imperador há de ter ficado marcada na lembrança como melancólico contraponto de seu canto de cisne se



À direita

A beleza de Dois Rios

aberta para o alto-mar, no lado oceânico da Ilha

Grande, uma das maravilhas insulanas da barra da baía







Dom Pedro II se encantou com a vila, que teve um longo período de florescente desenvolvimento, numa progressão que a levou a se tornar a região mais vibrante da Ilha Grande

mantém praticamente inalterada desde então. Por óbvio, desde sempre. Não foi, sem dúvida, o mesmo sentimento de quando ele visitou a Ilha Grande pela primeira vez, em 1863. Dessa incursão no auge do seu reinado, resultou uma série de apontamentos com desenhos e textos, que dom Pedro II registrou num diário de viagem, descrevendo seu encantamento pela particular formosura insular.

Duas décadas depois, Pedro II adquiriu duas propriedades na ilha: a Fazenda do Holandês – atual Vila do Abraão – e as terras que se estendiam das proximidades de Santo Antônio, próximo à praia hoje conhecida como Lopes Mendes, até os arredores da Praia da Parnaioca. Era o paraíso de Dois Rios, que começava a entrar no mapa do Brasil por suas belezas naturais, uma relevância que até então só existia pelo seu aspecto econômico, devido ao papel estratégico da Ilha Grande no então já minguante ciclo do café em toda a região da Costa Verde fluminense.

Mais para dentro, ainda ao nível do mar, num pedaço de terra que separa o oceano da cerrada concentração de verde da Mata Atlântica que sobe encobrendo a elevação geográfica circundante, Dois Rios também exhibe uma aparência de estagnação, porém, diferentemente do preservado quebra-mar, não em razão de aquela breve planície ter ficado fisicamente resguardada do crescimento e do desenvolvimento que foi moldando a vida na Ilha Grande. Ao contrário, dos movimentos que dom Pedro II fez para concretizar seu encantamento decorreu um período de florescente desenvolvimento do vilarejo, numa progressão de ocupação e construções que o levou a se tornar a região mais vibrante da Ilha Grande, quando ali se instalou um complexo penal.

Primeiro, estabeleceu-se na vila a Colônia Correcional de Dois Rios, em 1903. Depois, construiu-se, em 1941, um prédio de três andares para abrigar o Instituto Penal Cândido Mendes, com capacidade para seiscentos internos. Foi ao redor do complexo penitenciário da Ilha Grande, do qual também fez parte o antigo Lazareto (espécie de hospital de quarentena para imigrantes que chegavam enfermos ao país), que a vida passou a pulsar na





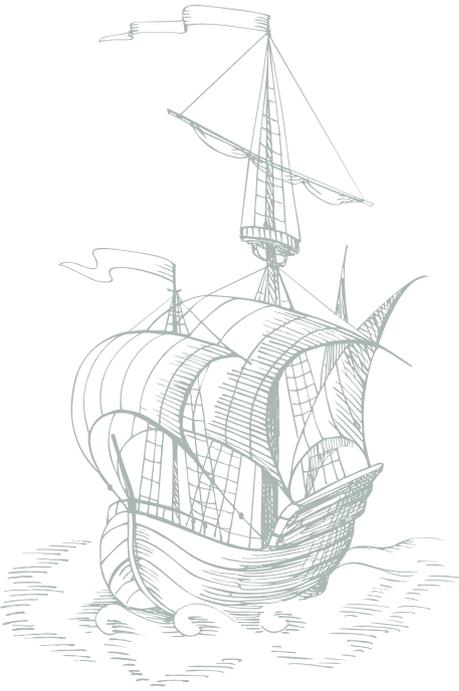
ilha. Dois Rios, em especial, dinamizou-se e ganhou um ritmo de crescimento que desafiava a teimosia de um tempo que parecia estagnado.

Tudo em Dois Rios, e em praticamente toda a região da Ilha Grande, começou a girar em torno do “presídio” – como em geral ficou conhecido o sistema penal ali instalado. Em particular, a presença física do instituto correcional inaugurado no início dos anos 1940 passou a ser uma barreira eficiente contra as agressões ao meio ambiente da ilha, como o uso inade-

Antiga turma

de brigadistas do Abraão que apoiavam as ações e atividades de trabalho do núcleo de Dois Rios





A desativação do complexo penitenciário, que era forte inibidor de invasões irregulares, contribuiu para mudar o perfil de ocupação da ilha

quado do solo e os danos por pressões exógenas – urbanização desregulada, turismo sem normas, pesca predatória etc. O suposto risco de que presos de alta periculosidade pudessem escapar da prisão sempre foi um fator de inibição assustador, embora nem sempre real, a esses elementos de degradação. Por outro lado, em decorrência da subjacente “mã” fama impulsionada justamente pela imagem de ilha-presídio que se formou de Ipaum Guaçu, o potencial turístico e de exploração sustentável da região permaneceu em compasso de espera até o início dos anos 1990.

Até hoje, a implosão do prédio do presídio, em 1994, suscita apaixonadas discussões, contrapondo duas visões: por um lado, a existência da colônia penal teria sido benéfica ao conter marés de degradação; por outro, essa particularidade deu suporte para a corrente de opinião que atribui a ela a desvalorização da região enquanto o complexo penitenciário permaneceu ali. Em razão de aterrorizantes histórias – verdadeiras ou não –, certo é que, para o bem ou para o mal, enquanto existiu, o presídio de Dois Rios afastou turistas e investidores, deixando praticamente intocada toda a beleza natural da região.

A partir do início da década de 1990, no entanto, a vida ganhou uma nova dinâmica na Ilha Grande. A desativação do complexo penitenciário, ou seja, de um forte inibidor de invasões desreguladas, fez mudar o perfil de ocupação na ilha. Mas, enquanto na Vila do Abraão foi imediato o impacto do florescimento de um movimento turístico exponencialmente crescente, em Dois Rios o movimento foi reverso. A vila foi se transformando num lugarejo cada vez mais vazio. Muita gente que, nas décadas anteriores, fora atrás de oportunidades abertas durante o ciclo do presídio – funcionários do sistema penitenciário e pessoas em geral atraídas pela fermentação econômica em torno do complexo prisional – deixou a vila aos primeiros sinais de redução das possibilidades de negócios. Hoje, nas poucas casas que resistiram à inclemência do tempo e à implosão do presídio, ali reside uma população de cerca de oitenta pessoas, não mais do que 33 famílias. São ilhéus e uns poucos ex-funcionários do sistema, mas também pessoas ligadas de alguma forma à Universidade Estadual do Rio





Foto: ilhagrande.org



de Janeiro (Uerj) – pesquisadores e técnicos, por exemplo –, que mantêm na vila o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (Ceads) e o Museu do Cárcere, depositário do que sobrou da *memorabilia* do presídio.

É curioso notar que, até o presídio vir abaixo, entre 1989 e 1994 conviveram em Dois Rios duas das mais antigas instituições então ativas na Ilha Grande: o prédio com a estrutura penitenciária do Instituto Penal Cândido Mendes e a Brigada Mirim Ecológica, esta, por meio de uma unidade avançada de brigadistas, uma das primeiras a serem instaladas pela ONG fora da Vila do Abraão. Esse convívio foi o encontro no tempo de duas histórias distintas na crônica da ilha.

Marca de um tempo em que, apesar do ranço pelo que representava na política de segurança pública do país, a penitenciária, como vimos, tornou-se a imagem de um passado de proteção contra a degradação ambiental por inibir a explosão de um turismo que hoje reclama,

Ruínas do antigo

Instituto Penal Cândido

Mendes: o presídio da Ilha

Grande foi implodido em 1994



Com a presença diária de brigadistas que zelam pela limpeza da praia de Dois Rios, a Brigada torna-se um anteparo contra danos ao meio ambiente

pelo bem da ilha, uma regulamentação eficaz. Já a atuação da Brigada, por meio da presença diária de jovens brigadistas que zelam pela limpeza da Praia de Dois Rios, é a representação do futuro, de um resguardo contra eventuais agravos ao meio ambiente desse pedaço do paraíso.

A Brigada Mirim mantém em Dois Rios um grupo de quatro jovens. Mas a simples presença dos brigadistas não é garantia de que ali a entidade estaria realizando plenamente, como desejaria, sua função social. Para Valdir Martins Rodrigues, administrador do Museu do Cárcere, há espaço e demandas suficientes na região para que a Brigada amplie sua presença na vila:

– Temos uma política de colaboração com a Brigada, mas não temos propriamente uma parceria. O trabalho da entidade é muito bom, e importante. Meu filho foi brigadista, e o tempo que ele passou lá foi positivo, mas sinto que poderia ter sido mais bem aproveitado, com cursos e outras atividades. Muitos garotos passam por lá, mas ao saírem ficam sem ter o que fazer.

Há nesse argumento um quê de razão no que diz respeito àquilo que a Brigada Mirim poderia fazer não só em Dois Rios, mas também em outros pontos da Ilha Grande. Afinal, a agenda da entidade vai além da implantação de destacamentos de jovens em áreas com demandas ambientais e sociais. No entanto, tal modo de ver não leva em conta as dificuldades orçamentárias de uma organização não governamental cujo apoio financeiro provém de doações, uma fonte de financiamento que varia em razão da disponibilidade de caixa dos parceiros mantenedores. Ou seja, há vontade política de ampliar suas ações tanto no aspecto social quanto no ambiental, implícita no programa da Brigada, mas daí a consolidá-la de modo a atender as necessidades reais vai uma distância que se mede, em sua maior parte, pelo fluxo de caixa disponível para a realização de projetos.

– O diretor administrativo Pedro Paulo Vieira argumenta:

– Em Dois Rios há espaço e, por princípio, disposição programática para, por exemplo, a instalação de uma fazenda marinha, nos moldes





Foto: ilhagrande.org



das que já estão implantadas em outras praias. Criar cursos, ampliar as ações da Brigada Mirim são sempre ideias bem-vindas, mas o “xis” da questão é como consolidá-las sem o aporte necessário de meios financeiros que não somente as criem, mas permitam que sejam mantidas. O apoio da comunidade, por meio de instituições que lá já estejam implantadas, e mesmo das famílias, também é um fator positivo, e fundamental, para ajudar a Brigada a levar à frente seus programas.

Outro ângulo da
Praia de Dois Rios,
margeando a vila que, com
a implosão do presidio,
entrou em franca
decadência econômica

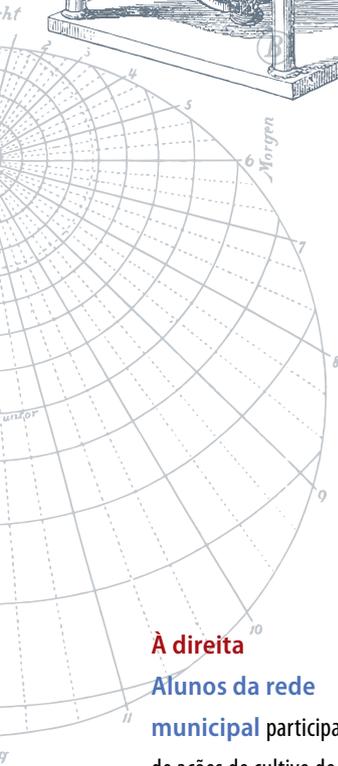
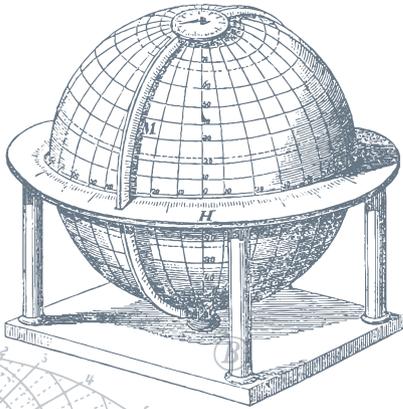


De olho no futuro

Com um passado de conquistas consolidado, a Brigada Mirim tem desafios à frente e compromisso com o desenvolvimento da ilha

A Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande tornou-se uma ideia vitoriosa ao longo destes trinta anos. A maior preocupação do grupo que se reuniu naqueles anos derradeiros da década de 1980 era atender uma demanda pontual que se avolumava à medida que o modo de ocupação da ilha – e de toda a Costa Verde – resvalava, em não poucos casos, para movimentos que colocavam em risco o bioma de um santuário celebrado em todo o mundo como uma notável reserva ambiental a ser preservada. Havia, naquele momento, urgência para dar uma destinação adequada ao lixo que se acumulava no Abraão, nas praias mais afastadas e nas trilhas. Isso, por conta da ineficiência dos serviços públicos de limpeza urbana, da falta de participação de moradores e comerciantes em iniciativas de conscientização de políticas ambientais sustentáveis e do desapareço de parte dos visitantes pela conservação da natureza que lhes oferecia sua beleza, sem que, em contrapartida, permanecesse a salvo de agressões.

A preocupação imediata, que então se impunha a qualquer outro objetivo, era o que fazer com o acúmulo de lixo na Ilha Grande. O grupo, que se reuniu trinta anos atrás em torno de Armando Klabin, M. F. do Nascimento Brito, Janeth Dias de Araújo e outros empresários e personalidades, identificava esse como o principal ponto a ser atacado naquele pedaço do paraíso. Mas eles tinham também a visão, de médio e longo prazo, de que havia outros danos, mesmo potencialmente, no horizonte não só da ilha, mas de toda a baía. Essas ameaças se originavam sobretudo nas iniciativas no setor do sistema viário que, a partir do início da década anterior, já vinham flexi-



À direita

Alunos da rede municipal participam de ações de cultivo de horta comunitária: desde a infância, a preocupação da Brigada de formar uma mentalidade voltada para a integração com a terra

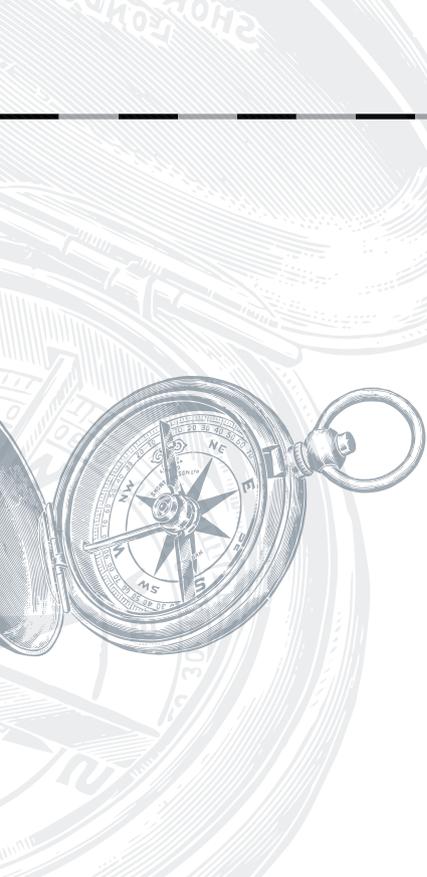




bilizando os meios de acesso à Costa Verde. Era-lhes visível que os problemas ambientais provocados por pressões exógenas aumentariam de volume com o passar dos anos – e de forma exponencial, se nada fosse feito, naquilo que estava a seu alcance, em defesa do bioma insular. Por esse motivo, o grupo também chamou a atenção para o fato de que, como os riscos ao meio ambiente não têm fronteiras físicas demarcadas, era uma obrigação comum à região enfrentar as consequências de um turismo predatório – e, em contrapartida, lutar pela regulação dessa atividade para lhe dar um perfil sustentável –, de um processo de implantação de indústrias poluentes por natureza e não se entregar à leniência diante de um problema social crônico na ilha.

O plano de ação imediata da Brigada Mirim em relação ao lixo estava longe de ser modesto. Este já era, em si, um desafio imenso. Mas, em pouco tempo, em vista do volume de obstáculos enfrentados pela comunidade da Ilha Grande, também ficou claro que as ações da entidade precisariam ser mais amplas. Tratar apenas do lixo não correspondia inteiramente a uma plataforma capaz de solucionar outras dificuldades igualmente crônicas, de tal forma que era imperioso que começassem a ser encaradas. Enfrentá-las poderia ser apenas uma questão de tempo e de estruturação. O aspecto ambiental estava de certa forma bem assistido no enfrentamento do problema do lixo com as ações em curso. Primeiro, a mobilização em torno da coleta, o que não resolvia por completo o problema – algo impossível devido à falta de estrutura da entidade –, mas o reduzia; segundo, ações ambientais, com a distribuição de sacolas ecológicas aos turistas e iniciativas para aumentar a conscientização da comunidade; terceiro, ações sociais, com o pagamento de uma bolsa pecuniária aos brigadistas, inegável e inestimável reforço no orçamento de famílias modestas da região.

No entanto, havia espaço para a Brigada Mirim crescer, ampliar seu arco de atividades balizado pelo implícito pressuposto da entidade de que, ao ajudar na preservação da saúde ambiental da ilha, igualmente pela ação social iria contribuir para oferecer alternativas à área da formação profis-



Era visível, para o grupo que fundou a Brigada, que os impactos ambientais aumentariam de volume com o passar dos anos





sional de jovens caiçaras. E era preciso encarar esse desafio. Não abordá-lo como mera decorrência fatalista, na linha “o problema existe e o próprio tempo se encarregará de oferecer a solução”. E, portanto, tomar a iniciativa foi um compromisso dos criadores da Brigada com sua própria consciência e uma prova de apreço pela ilha que os acolhera de forma tão generosa.

Dessa forma, a Brigada Mirim se consolidou estendendo seu escopo de atuação para iniciativas identificadas com a realidade integral – social e ambiental – da comunidade insulana. Com uma agenda multidisciplinar, são notáveis as temáticas que se seguiram à da destinação do lixo da Ilha Grande. A Brigada cresceu semeada pela generosidade dos doares de recursos comprometidos com seu plano de ação, fortalecida pela parceria com empresas e órgãos públicos com visão social e consolidada por seus próprios meios. Com isso, equipou-se ao longo dos anos, pôde contratar profissionais para aperfeiçoar métodos de gestão, ampliou a oferta de cursos – como os de maricultura, para a criação de vieiras e cultivo de algas marinhas –,

Brigadistas preparam-se
para mais um dia de
atividades no mar, a partir
da Vila do Abraão

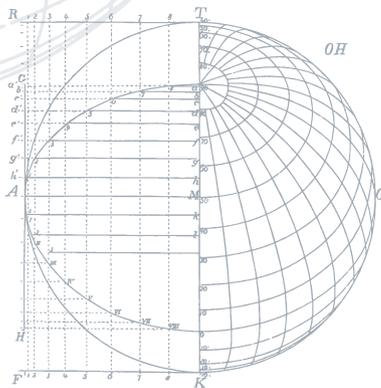


reformou a sede da Vila do Abraão e, sobretudo, tornou-se na Ilha Grande e mesmo em toda a Costa Verde uma referência de empreendimento multidisciplinar na área das práticas ambientais de caráter sustentável.

Um compromisso realizado, mas que, por natureza, jamais estará encerrado. Neste momento em que a Brigada Mirim faz um balanço altamente positivo de suas três décadas de existência, acomodar-se sobre os êxitos e celebrá-los como missão inteiramente cumprida seria um impensável exercício de cabotinismo. Significaria enfraquecer a trajetória de uma entidade que ainda tem muito o que contribuir para o crescimento sustentável da Ilha Grande. Mais do que isso, seria dar as costas ao pacto pela preservação do bioma da ilha, pela defesa da cultura caiçara e fixação dos nativos à terra, pela construção de um turismo sustentável em consonância com a vocação econômica desse pedaço da imensa e maravilhosa baía do sul fluminense, entre outros temas. Isso implica, inevitavelmente, olhar para o futuro. Significa, a partir do balanço dos trinta anos, perguntar: “E agora? O que é preciso fazer daqui para a frente? Quais são os passos que a Brigada precisa dar, além da manutenção e do aperfeiçoamento das conquistas já obtidas, para crescer ainda mais?” Implica também, forçosamente, enxergar que, assim como a trajetória da Brigada já se mistura com a história da Ilha Grande, também o porvir acena com desafios comuns a ambas. A Brigada e os segmentos que movimentam a vida na Ilha Grande não podem prescindir desse pressuposto.

O empresário Armando Klabin não perde o foco da potencialidade de ampliação das ações da Brigada Mirim. Ele vê com otimismo a consolidação das atividades ora em curso, projetando-as como base para expandir o papel da entidade na comunidade insulana.

– Em primeiro lugar, é mister registrar que diversas atividades passíveis de serem desenvolvidas a favor dos jovens ilhéus foram implantadas, visando, em parte, a oferecer aprendizagem para atender ao crescente mercado de trabalho local – afirma Klabin. – Com o concurso da Escola Naval, das escolas profissionalizantes que têm ligações com a



Assim como a trajetória da Brigada Mirim já se mistura com a história da Ilha Grande, também o futuro acena com desafios comuns a ambas





Brigada, das redes de informação e das empresas que vêm patrocinando as ações da entidade, muito se espera em relação ao crescimento do público atendido. Em paralelo, a evolução tecnológica é uma aliada importante para criar mão de obra competente, de modo que atenda aos diversos serviços necessários ao desenvolvimento da Ilha Grande.

O futuro da Brigada Mirim se entrelaça ao da Ilha Grande. Ambas são instâncias que requerem intervenções continuadas, tanto do poder público – este, em especial, em relação a políticas abrangentes para toda a região da Costa Verde – como por meio do compromisso voluntário – por exemplo, da iniciativa privada –, para consolidar projetos já em andamento, como o da Brigada, ou para incentivar outros programas

Jovens da Brigada

presentes a atividades do Laboratório de Larvicultura de Vieiras do IED-BIG: incentivo à ampliação de conhecimentos relacionados à maricultura

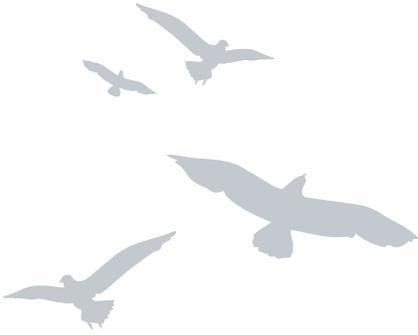


que venham a ser empreendidos, inclusive na forma de doações ou outros tipos de colaboração monetária. A todos, para o ex-diretor administrativo da BM Luis Henrique Viallet Lima, se antepõe um princípio: é crucial que se pense em projetos para os anos vindouros. Ele volta os olhos para o passado recente da Brigada para colher um exemplo de como, ancorando-se em estudos e propostas concretas, é possível superar eventuais limites que se interponham a agendas:

– De fato, sem projetos não vamos conseguir avançar. Precisamos que as empresas voltem a investir. Em 2007, tivemos um projeto bancado pela Petrobras que deu bons frutos. Levamos professores e pesquisadores que, junto aos brigadistas, fizeram um minucioso levantamento da população insulana. Não somente quem morava na Ilha Grande. Detalhamos quem nasceu na ilha, quem veio de outros lugares. Projetamos a renda per capita, o perfil de ocupação, o número de pousadas. Foi um trabalho grande, que nem o IBGE conseguiu fazer. Nem é preciso me alongar na importância de se ter esses números, para embasar qualquer programa de investimento, no sentido mais amplo, que se pense fazer na ilha. Não conseguiríamos isso sem a verba injetada pela Petrobras no projeto.

No caso específico do desenvolvimento futuro da Ilha Grande, Luis Henrique concorda com o pressuposto de que regulamentar o acesso de visitantes é a chave para qualquer programa que vise a preservá-la da degradação.

– Não é uma questão de querer ou não, mas de imperiosa política de defesa do bioma local – afirma o ex-diretor administrativo da Brigada. – O grande problema é a proximidade da ilha com o continente, e a existência de diversos pontos de acesso. A prefeitura fez o cais do Abraão. Qual era a ideia? Para entrar na ilha, o turista pagaria uma taxa, como se faz em Fernando de Noronha. Mas a ilha é tão grande que o visitante não é obrigado a entrar por aquele cais. O barco encosta em qualquer praia e desembarca o turista. É preciso conscientizar o barqueiro, a rede hoteleira. Aliás, por que não estabelecer uma regra pela qual a rede hoteleira cobraria uma taxa de



Regulamentar o acesso de visitantes é pressuposto para qualquer programa que vise a salvaguardar a Ilha Grande da degradação ambiental





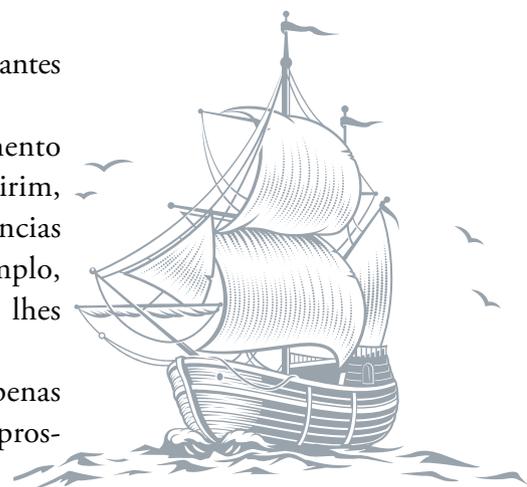
turismo na hora em que o hóspede fosse fechar a conta? Os comerciantes ainda não acordaram para a importância dessa ideia.

A participação de comerciantes em programas de desenvolvimento da Ilha Grande, inclusive em parceria com projetos da Brigada Mirim, é um caminho que precisa ser consolidado. Mas ainda há resistências a vencer. Luis Henrique conta que tentou sensibilizar, por exemplo, donos de pousadas para acolherem brigadistas e ex-brigadistas e lhes ensinar uma profissão, mas não obteve muita receptividade.

– Nem pedíamos qualquer tipo de remuneração para eles. Apenas que fossem acolhidos como aprendizes. Infelizmente a ideia não prosperou – lamenta ele.

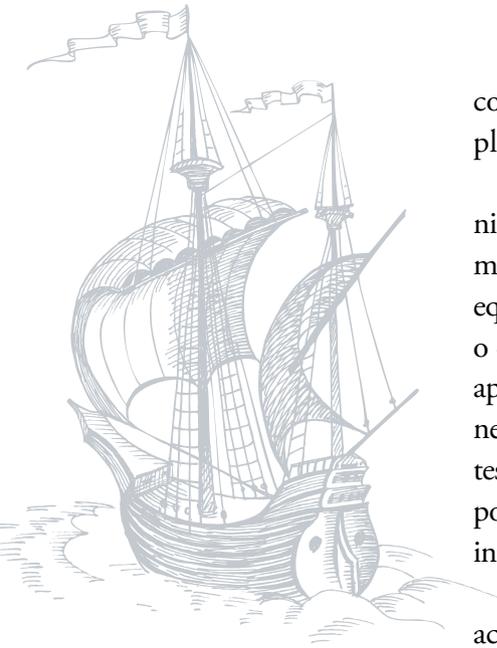
Diretor administrativo da Brigada Mirim desde 2014, Pedro Paulo Vieira também antevê a comunhão de caminhos entre a entidade e o futuro da Ilha Grande. Para além de ações que permeiem as agendas tanto da Brigada quanto da ilha, uma dessas vias – ele concorda com seu antecessor no cargo – seria o incremento da participação ativa da comunidade local nas atividades desenvolvidas pela ONG.

– A Brigada Mirim, antes de tudo, é uma instituição que atua em defesa dos interesses da comunidade local. Seja com ações pela preservação do meio ambiente, seja pelo lado social. Estabelecemos um limite de atendimento de trinta brigadistas porque é o que nós temos condições de oferecer. Mas, se moradores, comerciantes, donos de pousadas e de restaurantes tivessem a visão do quanto lhes reverteria em benefícios apoiar a Brigada, poderíamos aumentar o contingente de jovens trabalhando com a entidade. Além do benefício no âmbito social, que é abrir portas para os meninos por meio de treinamento e capacitação, os brigadistas poderiam contribuir para fazer girar o processo da economia da Ilha Grande, teriam condições de agregar mais qualidade aos serviços e, não menos importante, emprestariam mais representatividade às atividades para as quais fossem chamados – sustenta Pedro Paulo.



A participação de comerciantes locais em ações de desenvolvimento da Ilha Grande, inclusive em parceria com projetos da Brigada, é um caminho a ser consolidado





*Entre as ideias
para o futuro está
a possibilidade
de se criar uma
associação de
ex-brigadistas*

Por não ter fins lucrativos, a Brigada sofre com o entrave de não contar com recursos financeiros próprios no volume necessário à ampliação de sua agenda.

– A entidade lida com custos fixos, como o pagamento da bolsa pecuniária aos brigadistas, e deveres agregados à sua manutenção, como uniformes e alimentação. Além disso, há despesas relacionadas à manutenção de equipamentos, à própria sede, custos com funcionários. Isso sem contar com o que sai no desenvolvimento de projetos – explica Pedro Paulo. – Além do apoio dos grandes empresários, das empresas com visão para alcançar os benefícios da sustentabilidade, falta contar com os moradores e os comerciantes. Eles precisam ver a Brigada Mirim como uma extensão dos trabalhos que podem ser desenvolvidos na ilha, em vez de enxergarem a Brigada como uma instituição desconectada da vida e do cotidiano da Ilha Grande.

Há outros dois aspectos com os quais certamente a Brigada Mirim acabará por se confrontar ao traçar as linhas do seu futuro. O primeiro talvez seja de implantação mais imediata, uma vez que há condições na mesa para tal, ao menos em potencial. Sua execução, no entanto, dependerá do apoio que a Brigada conseguir obter. Trata-se de uma ideia que o diretor administrativo acalenta com especial carinho: a criação de uma associação de ex-brigadistas que, entre outros objetivos, possa mantê-los envolvidos com projetos que ajudaram a desenvolver, auxiliá-los a empregar valores éticos nas relações da comunidade, encaminhá-los a um mercado de trabalho no qual possam colocar em prática os ensinamentos apreendidos em sua passagem pela entidade, transformá-los em guardiões permanentes do bioma da Ilha Grande e oferecer-lhes caminhos nos quais se sintam como atores ativos do cotidiano cultural, ambiental e econômico insulano.

– Depois de trinta anos, existe um verdadeiro exército de ex-brigadistas. São mais de mil pessoas que entraram ainda adolescentes na Brigada Mirim, grande parte delas agora adulta, mas que nem sempre conseguem colocar em benefício próprio ou da comunidade a capacitação que a entidade lhes pro-





porcionou. Muitas delas ainda vivem na Ilha Grande, um fator de júbilo da entidade, pois a fixação do caiçara à terra sempre foi um compromisso programático. A criação de uma associação de ex-brigadistas seria uma iniciativa para dar continuidade à instrução daqueles jovens com uma formação ética e profissional útil para a comunidade – avalia Pedro Paulo.

Ele acredita que já existe massa crítica em volume suficiente para começar a avaliar essa ideia e transformá-la em projeto, em um novo ponto de ação da agenda da Brigada Mirim.

– É preciso organizar esse pessoal e estimular os ex-brigadistas a continuar trabalhando em prol da Ilha Grande, do meio ambiente, da economia regional e da preservação da cultura caiçara. Seria um caminho proveitoso, e bastante viável, para incentivar esse grupo a pôr em prática tudo o que aprendeu em sua passagem pela Brigada. Tenho certeza de que logo essa proposta entrará em pauta. Seria benéfico para a comunidade em geral e, também, não deixaria de ser uma contrapartida da entidade para ajudar aqueles que por ela passaram – comenta o diretor administrativo.

Computadores portáteis usados pelos brigadistas nas aulas de informática ministradas na sede da entidade

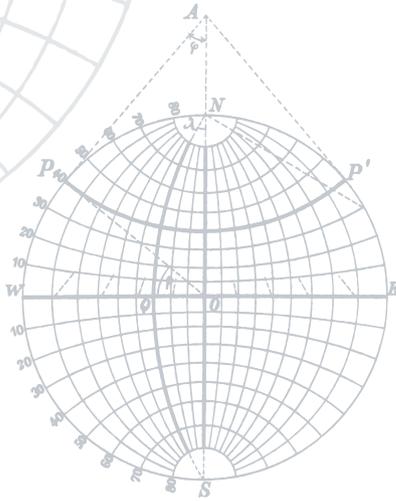
O segundo aspecto merece ser colocado em discussão como algo mais do que uma simples possibilidade. É de execução mais complexa porque, além de vontade política, implica ter uma estruturação da qual a Brigada Mirim ainda se ressente. Mas é uma ideia que pode ser levada adiante com o desenvolvimento dos trabalhos da entidade – ou até mesmo como modelo a ser copiado por outras instituições interessadas em incrementar programas que juntem ações de desagravo ao meio ambiente ameaçado e iniciativas de cunho social, o binômio que inspirou a criação da Brigada e emprestou-lhe as ferramentas do sucesso.

Para o empresário José Antônio do Nascimento Brito, filho de um dos fundadores da Brigada, M. F. Nascimento Brito, e integrante do seu conselho, ampliar o raio de ação da entidade é viável, um caminho natural aberto pelo balanço positivo das três décadas de atuação da ONG.

– A Brigada Mirim é, sem dúvida, um modelo bem-sucedido pronto para ser aplicado, ou replicado, em outras regiões da Costa Verde com base na combinação educar/preservar. Os instrumentos institucionais existem, a legislação não põe dificuldades ou, se existirem, serão poucas e transponíveis. O mais importante é que, ao se observar o impacto do trabalho da Brigada ao longo destes trinta anos, os benefícios são visíveis para a comunidade, para a luta em defesa do meio ambiente da ilha e para os brigadistas – afirma José Antônio.

Segundo ele, já há, inclusive, pedidos de outras comunidades da Baía da Ilha Grande para a instalação de núcleos com o modelo semelhante ao da Brigada Mirim. Nada para agora, mas a entidade está atenta para essa variante de atuação, e assegura:

– Estamos desenhando a expansão para outras regiões na baía. Somos chamados para implantar esse mesmo modelo em quatro ou cinco pontos, na restinga, em Paraty, na região do Frade. Seriam programas inspirados em políticas de sustentabilidade e com base, principalmente,



É viável ampliar o raio de ação da Brigada, com a reprodução de seu modelo em outras regiões da Baía da Ilha Grande, um caminho aberto pelo balanço positivo das três décadas de atuação da entidade





na implantação de fazendas marinhas, cujas experiências nas unidades da Brigada começam a ter resultados muito bons.

Por sua vez, Pedro Paulo, à luz da bem-sucedida trajetória da Brigada Mirim, também ressalta que o modelo vitorioso da Brigada é um estímulo em potencial ao aumento de seu raio de ação.

– O modelo da Brigada Mirim é uma ideia que agrega qualidade às ações que buscam resolver demandas sociais e ambientais, questões que pedem respostas com extrema urgência nos municípios da Costa Verde – avalia o diretor administrativo da Brigada. – Creio que, reunindo pessoas influentes, que tenham essa visão ambiental e amor pela região, a reprodução desse formato em áreas de Paraty, Itacuruçá e outras é uma possibilidade real. Mais do que isso, é recomendável, por se tratar de um processo que funciona.

Aula de informática na sede da Brigada, uma das atividades para ampliar o horizonte de informações dos brigadistas



M. F. do Nascimento Brito

O carioca Manuel Francisco do Nascimento Brito foi um pioneiro de Angra dos Reis. Ele fez parte da primeira turma de empresários que se apaixonaram pela combinação de mar, Mata Atlântica e tranquilidade que, pelos idos do final da década de 1950, o município oferecia com fartura aos moradores e então escassos visitantes. O bioma incomparável permanece ali – o azul Atlântico, infinito e belo como sempre, assim como a profusão de verde de um imenso – ainda que cada vez menos intocado – trecho da rica vegetação que um dia cobriu de florestas a costa brasileira praticamente de cima a baixo.

Mas, na verdade, o remanso se esgota aí, na beleza dos bens naturais da Baía da Ilha Grande: a calma do convívio social dos tempos idos deu lugar a um frenético ir e vir de turistas, a uma explosão imobiliária e a todo tipo de mudanças benéficas e prejudiciais que passaram a fazer parte do dia a dia da cidade. É um fenômeno que teve início nos anos 1970, com os primeiros movimentos de expansão rodoviária e consequente flexibilização do acesso ao município a partir do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O grupo de apaixonados pioneiros do qual M. F. do Nascimento Brito fazia parte reunia empreendedores e “locomotivas” do PIB como Pery Igel (Grupo Ultra), Carlos Borges (empresário do setor hoteleiro), Arthur Alves de Souza, João Batista “Pipa” do Amaral (fundador da TV Rio) e Alfredo Bonino (Galeria Bonino). O total não chegava a uma dezena, e todos tinham em comum o desafio de enfrentar um longo percurso para chegar a Angra. Do Rio, o caminho passava por Lídice, distrito de Rio Claro que teria recebido este nome em 1944 em homenagem à vila tcheca que, na Segunda Guerra Mundial, foi vítima de um massacre nazista que dizimou sua população. Uma viagem que hoje se faz em duas horas, na época levava-se quase cinco até chegar ao paraíso.



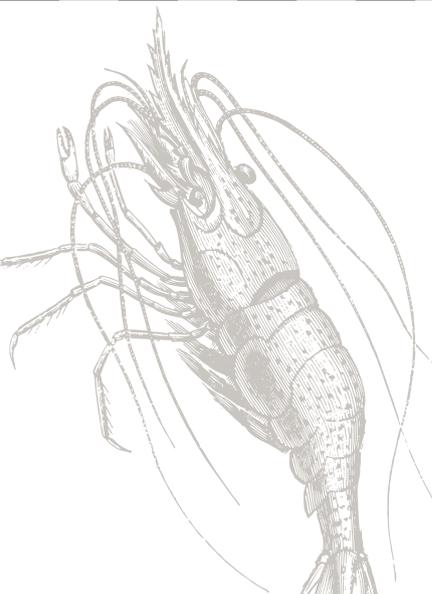


Nascimento Brito chegou a esse paraíso em 1959, e tornou-se proprietário de uma casa na Praia da Ribeira. Naquela época, os visitantes e proprietários exógenos, além de terem de transpor as dificuldades de acesso, também precisavam enfrentar a estrutura precária de serviços de Angra. Compensavam tais sacrifícios com o inigualável prazer de estar numa região coberta de uma natureza praticamente virgem; mas, de qualquer forma, para alcançá-la, viveram tempos de aventura e heroísmo. De tal forma que, na divertida comparação do filho José Antônio do Nascimento Brito, o mais importante de todos os moradores de Angra dos Reis era o vendedor de gelo.

Em Angra, duas aproximações seriam inevitáveis: a primeira, na verdade, foi tão-somente a consolidação de uma relação que já existia desde o Rio de Janeiro, com os Klabin. Com Israel, havia a particularidade de ambos serem da mesma geração de empreendedores. Num rumo natural, a amizade de Nascimento Brito com ele se estendeu a toda a família. A segunda aproximação foi de fato uma novidade. Foi em boa parte incentivado por Israel que o empresário – que no comando do *Jornal do Brasil* liderou uma revolução na imprensa brasileira – descobriu a Ilha Grande. Em meados dos anos 1980, ele comprou um terreno perto do Abraão, não muito distante da propriedade do ex-prefeito do Rio na Praia do Morcego.

Se o acesso a Angra era, em si, um compensador, mas penoso esforço de heroísmo, chegar à Ilha Grande não era menos complicado. As embarcações mais estáveis, maiores e menos apavorantes, só chegariam mais tarde aos pontos de ligação do continente com o apêndice insular do município. A travessia era feita em voadeiras, lanchas pequenas, perfeitas para o remanso do transporte fluvial, mas um meio de navegação que assustava ao enfrentar as batidas do mar nos trechos de alto calado da baía, em especial nos dias em que a maré estava alta ou em que as intempéries do clima recomendavam cautela e uma boa dose de coragem.





Dona Janeth serve seus acepipes: ela foi um dos pilares da criação da Brigada Mirim, sempre ligada à defesa da Ilha Grande

Nascimento Brito não chegou a fazer construções em seu terreno, mas nem por isso sua ligação com a ilha foi menor. A relação com os Klabin se estendeu a laços de amizade com outros proprietários, e suas idas à ilha tornaram-se constantes. Quando Armando Klabin apresentou a ideia de criar a Brigada Mirim, ele aderiu de imediato. Era a coroação de uma trajetória que começara no continente, ele como um desbravador moderno de Angra dos Reis, e evoluiu até chegar à Ilha Grande – neste caso, o desenlace de um período de sua vida no qual se uniram pioneirismo e uma fraterna ligação com a família Klabin.

Nessa época, os danos ao meio ambiente da região começavam a se avolumar. Envolvido, por espírito ambientalista igualmente pioneiro, com o movimento que resultou na criação da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande, Nascimento Brito tornou-se o primeiro presidente da entidade.

Dentre tantas lembranças de uma atuação firme e fundamental para consolidar as ações da entidade, a Brigada o consagra nos relatórios anuais de prestação de contas: “Com sua ampla visão e seu compromisso ambiental, aceitou o desafio de capitanear os anseios de um grupo de amigos preservacionistas apaixonados pela Ilha Grande”.

Dona Janeth

“Em um tempo em que só havia uma pousada no Abraão, o senhor governador decidiu retirar da Ilha Grande o presídio. Era uma época conturbada, e a euforia da partida da Colônia Penal Cândido Mendes levava consigo alguns serviços que também atendiam aos moradores.

Em um belo dia, os moradores do Abraão acordaram com a confirmação de que a barca faria sua última viagem para o continente e nunca mais retornaria; seria a desativação da linha.





Entra com liminar daqui, mandado de segurança dali, mas a Justiça tem o seu tempo, que não era tão rápido quanto os motores da Brizamar.

E naquele cenário do caos, uma moradora sai de trás do seu fogão, vai para o cais, leva correntes e cadeados, se amarra ao cabo da barca e ao cabeça do cais, e dali ninguém conseguia tirá-la. Era o verdadeiro “daqui não saio, daqui ninguém me tira”. Naquela tarde a Ilha Grande não teve o melhor peixe frito do mundo. Um peixinho frito com arroz, feijão e salada que só a dona Janeth fazia. Não deve ter sido fácil, até por circunstâncias físicas. Mas foram horas necessárias para que a Justiça se manifestasse e impedisse o fim da linha das barcas, que até hoje atendem à Ilha Grande.

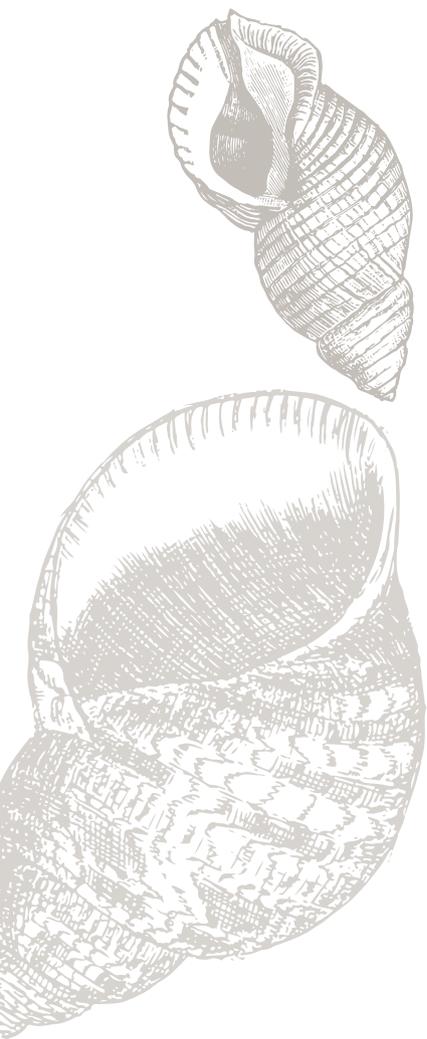
Assim é a Ilha Grande. Mais que uma floresta recomposta pela própria natureza, já que aquilo tudo eram plantações de fazendas de café no século XIX – é um lugar com personagens fantásticos que amaram muito a sua terra.

A Ilha Grande tem até hoje as barcas por mérito de Janeth Dias.”

Este episódio, narrado em uma página no Facebook do grupo Túnel do Tempo na Ilha Grande, administrado por Nilton Júdice, não só mostra a dimensão da importância de Janeth Dias de Araújo na defesa da Ilha Grande, como também define com perfeição a força de sua pertinácia quando se tratava de resguardar seu éden insular de qualquer tipo de ameaça. Dona de um restaurante no Abraão e depositária de receitas com que, por certo, a seu tempo teriam se deliciado reis e deuses, ela foi personagem incontestavelmente exemplar na criação da Brigada Mirim Ecológica.

Foi em sua casa-restaurante que se realizaram as primeiras reuniões do grupo que, reunido por Armando Klabin, M. F. do Nascimento Brito e outros empresários, se movimentou trinta anos atrás para dar forma à entidade. Com sua energia para brigar pela preservação da Ilha Grande, temperada por suas habilidades culinárias, dona Janeth tornou-se uma referência no Abraão. Entre outros reconhecimentos da comunidade insular pelos serviços prestados – inclusive boa parte deles calcada em episódios como esse narrado pelo Túnel do Tempo (batizado





de *A mulher que se amarrou às barcas*) –, ela empresta o nome ao principal cais da vila onde viveu a sua história de amor à ilha.

Dela se recorda o empresário Armando Klabin:

– A vida na Ilha Grande era extremamente simples, e o Abraão, embora sendo uma vila histórica, detinha uma infraestrutura precária, mas muito acolhedora. Os moradores todos se conheciam e, ao chegar, o programa era fazer uma refeição no restaurante de dona Janeth, onde se comia uma deliciosa peixada caseira. Foi um tempo que deixou saudades!

No boletim editado por ocasião dos seus 25 anos, a Brigada Mirim atribuiu explicitamente a dona Janeth o papel de “importante articuladora política e principal responsável pela maioria das conquistas locais” da entidade. Ela era uma espécie de faz-tudo no Abraão e, quando comprava uma ideia, perseverava nela até que se tornasse realidade. Tão generosa quanto enérgica, não poupava esforços para contribuir com o bom combate. Dela também se recorda o ex-diretor administrativo da Brigada Luis Henrique Viallet Lima:

– Dona Janeth foi um esteio na criação e consolidação da Brigada Mirim. Na época, ela era dona da única linha de telefone que havia no Abraão. Hoje, essa particularidade pode parecer prosaica, diante do desenvolvimento da comunicação. Mas, pensando em retrospecto, imagine o que não significava ter um telefone numa ilha até então praticamente isolada do continente. E dona Janeth deixava de bom grado a linha à disposição para o grupo que criava a ONG fazer os contatos que julgasse necessários.

Os empresários José e Bernardo Klabin, filhos de Armando, conheceram dona Janeth quando ainda eram meninos, entrando na adolescência.

– Ela era um elo entre todos os setores que se juntaram para criar a Brigada Mirim. Ajudou a conscientizar as pessoas, especialmente os





ilhéus, mostrando-lhes que o projeto era importante para a ilha. Mesmo antes de a ideia da Brigada se tornar um programa claro de ação, eu me lembro dela falando para meu pai sobre a preocupação com a possível degradação da Ilha Grande. Atribuo muito a esses contatos a percepção dele sobre a necessidade de criar algo para proteger a ilha. Certamente daí até a criação da Brigada há uma linha reta – observa José Klabin.

Bernardo reforça:

– Dona Janeth foi, talvez, a maior incentivadora da criação da Brigada.

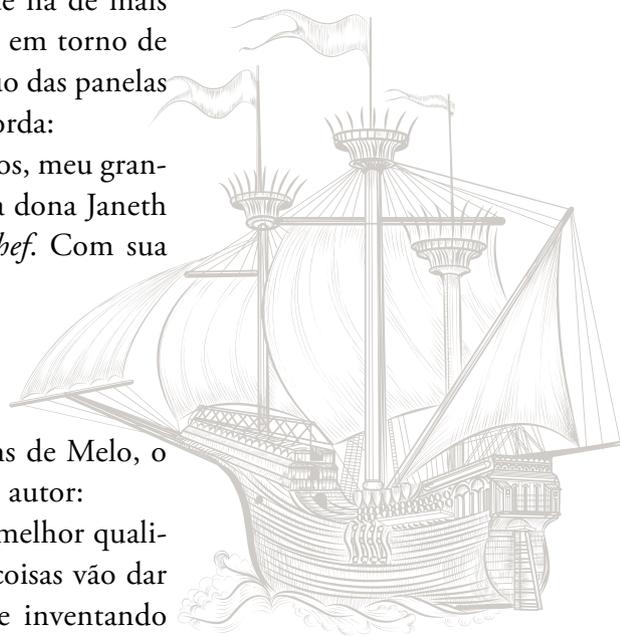
O restaurante de dona Janeth – que após sua morte passou a ser administrado pelo filho Maurício – é uma história à parte de sucesso na vida dessa empreendedora. Tanto quanto o dom de formar opinião e se fazer uma respeitada empresária no Abraão, ela também tinha uma incrível aptidão para a cozinha. Espaço que, aliás, mantinha preservado de olhos estranhos com o zelo de quem cuida do que há de mais precioso na vida. O grupo de empresários que se juntava em torno de Armando Klabin era, praticamente todo ele, cliente assíduo das panelas de Janeth. Bernardo Klabin, na época um menino, se recorda:

– Nunca vou esquecer que, quando estava com 11 anos, meu grande programa na ilha era ir com meu pai ao restaurante da dona Janeth para comer a lula que ela preparava. Era uma grande *chef*. Com sua morte, a Ilha Grande perdeu muito.

Elias

No prefácio que escreveu para um livro de Elias Lins de Melo, o humorista, cartunista e escritor Ziraldo assim descreveu o autor:

“Elias Lins é um homem de múltiplos talentos. Sua melhor qualidade é seu permanente otimismo, sua certeza de que as coisas vão dar certo, sua capacidade de sonhar e criar. Ele está sempre inventando moda, tendo uma ideia nova. Se todas as ideias que ele já teve tivessem



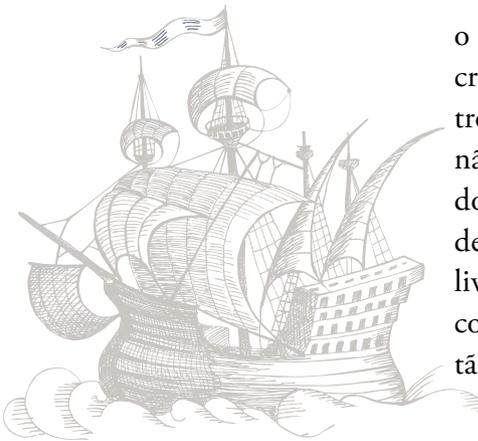
sido realizadas, este país seria bem melhor, nós todos seríamos mais alegres e todas as crianças do Brasil ficariam mais felizes”.

Mais tarde, em outro prefácio para outra obra de Elias – o livro *Ilha Grande – Histórias, contos, lendas e almanaque ecológico* –, Ziraldo completou o perfil de um de seus personagens preferidos da ilha, a porção insular que o humorista abraçou com o amor que se dedica aos grandes encontros da vida:

“E seguia o texto falando de sua nova invenção, que era seu barco, o *Corsário Negro*, que ia navegar pelas águas da Ilha Grande, cheio de crianças, além dos turistas habituais. É que ele nunca quer repetir os outros. Um barco de turismo é um barco de turismo, apenas, para quem não tem imaginação. Para o Elias, um barco de turismo era o condutor do sonho. Ele convidava todos os passageiros de sua escuna para brincar de ser feliz em volta da ilha, procurando tesouro, encontrando piratas, livrando a paisagem de seus predadores. Ele acredita que veio ao mundo com uma missão. Agora, quer seguir lutando para manter a Ilha Grande tão bela quanto é (...)”.

A imagem que Ziraldo passa de Elias remete, por exemplo, ao personagem Holden Caulfield, da obra *O apanhador no campo de centeio*, correndo de um lado a outro para proteger crianças que se aproximassem de um hipotético abismo. O perfil define à perfeição quem é Elias. Fazer a felicidade das crianças sempre foi uma obsessão desse personagem quase mitológico da Ilha Grande, que colocou toda a sua energia, toda a sua disposição, sua criatividade e seu inesgotável repertório de boas ideias a serviço do esforço para criar a Brigada Mirim. Ele foi um pioneiro ilhéu que acreditou no projeto e batalhou, ao lado de dona Janeth e de outros integrantes visionários da comunidade da vila, para integrar moradores e comerciantes locais ao movimento que resultaria na fundação da entidade – da qual foi declarado oficialmente sócio remido.

Em tudo, Elias tornou-se um pioneiro. O primeiro restaurante da





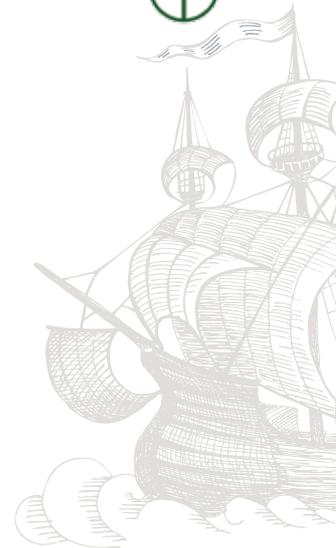
Vila do Abraão e a primeira pousada foram dele, assim como também lhe cabe a primazia de ter sido dono do primeiro saveiro de turismo na Ilha Grande. De sua usina de boas ideias saíram, entre outras iniciativas, os primeiros eventos insulanos de gastronomia e artes. Ao se engajar na criação da Brigada Mirim, Elias o fez juntando duas das facetas mais marcantes de sua personalidade: a força que costuma empregar na defesa e no crescimento sustentável da ilha, como em tudo o que acredita, e o amor pelas crianças, neste caso emprestando seu talento de multicriador a um projeto de ações afirmativas, que agora completa trinta anos de programas em benefício dos jovens caiçaras.

Valdir Siqueira

Quando Valdir Siqueira mudou-se do Rio de Janeiro para Angra dos Reis, na virada do milênio, não estava deixando para trás uma admirável carreira de publicitário. A ideia não era trocar uma trajetória premiada, unanimemente saudada como das mais brilhantes, por uma aventura numa cidade pequena – e, portanto, num mercado de menor expressão.

Na verdade, com essa decisão Valdir estava dando uma guinada na vida não como quem dá as costas ao passado, mas com olhos no futuro: um homem dedicado a causas socioambientais, com uma visão progressista sobre como implementar políticas sustentáveis nesse segmento da economia relativamente novo e também da cultura em seu sentido mais amplo, ele embarcava no sonho de batalhar *in loco*, na linha de frente de uma região que, então, já acumulava grandes desafios no campo do ambientalismo.

Sem o saber, Angra dos Reis seria seu derradeiro desafio – e nele, mais especificamente, a luta pela preservação do rico apêndice insulano do município, a Ilha Grande, depositária de um dos mais completos e maravilhosos conjuntos de biodiversidade do mundo.



Valdir Siqueira: um homem dedicado a causas socioambientais e à defesa de políticas sustentáveis para a Baía da Ilha Grande

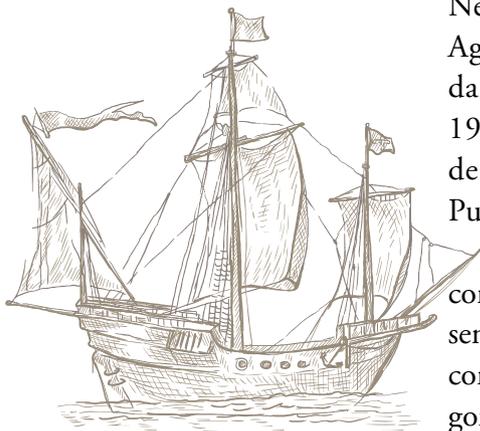


As disputas no mundo da publicidade já haviam, todas elas, sido enfrentadas com rara glória. Com passagens na JMM Publicidade, na SSC&B Lintas Brasil e na J. Walter Thompson, ele tornou-se em 1982 o “S” da V&S, agência que fundou e manteve até 2000 com o parceiro Lula Vieira.

Entre muitas outras participações em entidades ligadas à publicidade, foi fundador da Associação Brasileira de Marketing & Negócios (ABM, atual ABMN), presidiu a Associação Brasileira de Agências de Publicidade – setor Rio (Abap Rio) e foi conselheiro da Federação Nacional das Agências de Propaganda (Fenapro). Em 1998 recebeu da Associação Brasileira de Propaganda (ABP) o título de Executivo do Ano, e, em 1992, da mesma entidade, o prêmio de Publicitário do Ano.

Ativo, multidisciplinar, agregador e, sobretudo, um homem de trato cordial, Valdir imprimiu todas essas qualidades também às ações que desenvolveu na esfera de sua particular agenda socioambiental. Preocupado com os constantes danos ao meio ambiente da Costa Verde, foi protagonista do movimento que resultou na criação do Consig. Igualmente, esteve na linha de frente de um protocolo de entendimento firmado em 2015 entre a ONU-Habitat (a agência das Nações Unidas que desenvolve ações comuns no setor de assentamentos urbanos) e a Caixa Econômica, visando à elaboração de políticas específicas para o crescimento sustentável de regiões do país – entre elas, a Baía da Ilha Grande.

Com o entusiasmo que sempre marcou sua vida profissional, Valdir comentou, em entrevista ao autor em 2015, um memorando firmado em paralelo ao documento CEF/ONU, mas decorrente dos mesmos propósitos, no qual as Nações Unidas seriam uma parceira do governo fluminense na elaboração de um Plano Estratégico Metropolitano para a Região da Costa Verde – na prática, a transformação da Baía da Ilha Grande numa espécie de região metropolitana: “Os problemas da Ilha Grande têm de ser tratados de forma holística, de cima para baixo. O plano estratégico da





ilha define que o seu futuro passa pelo turismo qualificado e sustentado. Existe a ideia de uma Costa Verde unificada, juntando Mangaratiba, Paraty e Angra, por histórica sinergia, e mais Rio Claro, pela influência da usina, e Itaguaí, por causa da Baía de Sepetiba, um conceito de futuro proveitoso que cruzou com o caminho da ONU-Habitat”, disse Valdir na entrevista.

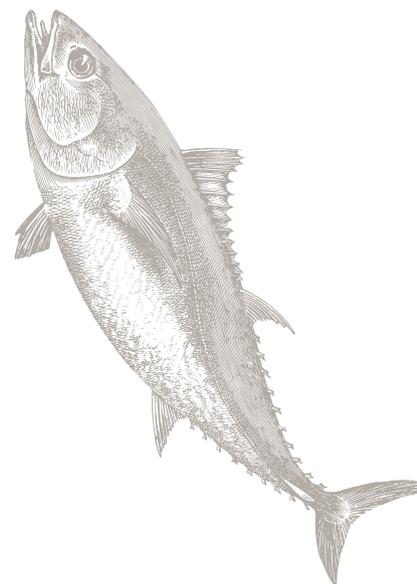
Todo esse dinamismo, assim como o acúmulo de conhecimento e de boas relações, Valdir emprestou à Brigada Mirim, da qual foi diretor. E não foram poucas as iniciativas do publicitário – que, aliás, também era formado em Direito – em favor da consolidação da entidade. Ele chegou à Brigada logo ao se mudar para Angra dos Reis, pelas mãos de Carlos Borges:

– No início dos anos 2000 queríamos injetar sangue novo na Brigada. Eu trouxe o Valdir para nos ajudar, dentro da ideia de convocar empresários e outras pessoas que trouxessem ideias, produtos e capital para manter o programa de atendimento aos jovens. E, sempre com o Armando (Klabin) como esteio das ações de fortalecimento da entidade, essa iniciativa foi providencial. Conseguimos contribuições, ampliamos nosso quadro de colaboradores. Para isso, a presença do Valdir foi essencial. Por exemplo, conseguimos com a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) a colocação de duas antenas, que trouxeram para a ilha sinais da internet e ampliaram a rede de telefonia – conta Borges.

Rosa Klabin, esposa de Armando, lembra-se de Valdir com reverência e admiração:

– Era uma figura fantástica, que aglutinava as pessoas. Era muito ativo. Ele tomava a frente das coisas, ia conversar com o prefeito, procurava empresários, estava sempre pensando de que maneira podia contribuir para a agenda da Brigada.

Depois de descobrir tardiamente um câncer no pulmão, Valdir foi obrigado a se retirar da linha de frente das lutas em defesa da Ilha Grande e da sua baía. A doença teve uma evolução rápida. O publicitário faleceu em 27 de setembro de 2015, aos 68 anos.





Ziraldo, com a filha Daniela, segura a tocha das Olimpíadas do Rio, que ele carregou pela Vila do Abraão



Ziraldo

Na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de 2016, realizados no Rio de Janeiro, a marca que por alguns minutos apareceu no centro do palco era bem conhecida na Ilha Grande. Tratava-se da reprodução do logotipo da Brigada Mirim Ecológica, criado havia quase trinta anos pelo humorista e artista múltiplo Ziraldo Alves Pinto para a entidade.

Ziraldo possui uma casa na Vila do Abraão desde o final dos anos 1970, e se tornou um apaixonado defensor da preservação da Ilha Grande. Quando a Brigada Mirim foi criada, num movimento do qual participou ativamente, ele foi nomeado diretor de relações públicas da ONG.

Nesse posto, criou a marca que até hoje é exibida na camiseta dos brigadistas, em documentos oficiais da entidade, e se tornou um símbolo da luta da Brigada Mirim em defesa da ilha. Ziraldo foi um dos mais entusiasmados integrantes do grupo de pioneiros que deu forma ao projeto da brigada.

Sua ligação com a Ilha Grande é tamanha que, nas prévias dos Jogos Olímpicos, coube-lhe a honra de carregar pelo Abraão a tocha que simbolizava a união de praticamente todos os países em torno do ideal do Barão de Coubertin.

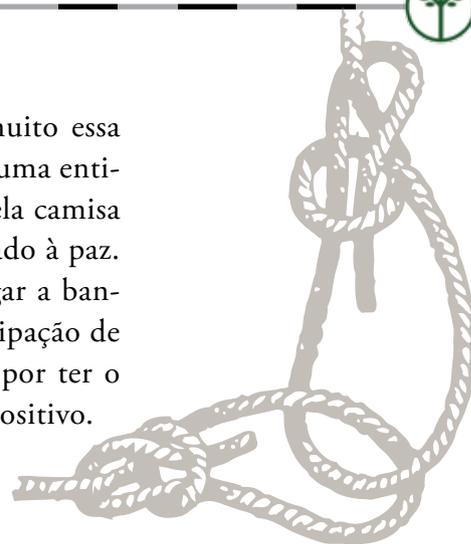
Para o empresário José Klabin, o símbolo criado por Ziraldo para a Brigada foi decisivo na identificação da entidade pelo seu propósito de lutar em favor da preservação ambiental da Ilha Grande. Ele conta:

– Uma das coisas que mais me chamaram a atenção, bem no início da Brigada Mirim, foi uma camisa que eles fizeram, com o desenho do Ziraldo. Ele foi um parceiro de primeira hora daquele movimento. O desenho era uma espécie de símbolo da paz, com a reprodução estilizada de galhos e folhas de uma árvore. Aquilo, para





mim, foi marcante, porque nós ainda não conhecíamos muito essa história de terceiro setor, de doações de empresas para criar uma entidade sem fins lucrativos. O que eu pude definir ao ver aquela camisa é que aquele grupo estava criando um empreendimento ligado à paz. E acreditei que as pessoas iam comprar aquela ideia, de ligar a bandeira da paz a ações relativas à ecologia envolvendo a participação de jovens. Na minha cabeça, de um menino de 11, 12 anos, por ter o símbolo da paz, aquele empreendimento só podia ser algo positivo.



Rafael e Athirson

A relação de Rafael Marques dos Santos e Athirson Gomes Barbosa com a Brigada Mirim é emblemática. Ambos ex-brigadistas e contemporâneos como tais, eles são bons exemplos de como, ao se engajar nas ações da entidade, os jovens se veem diante de portas abertas para o futuro. Ao cumprir sua fase de capacitação, em maio de 2017, Rafael foi convidado a permanecer na Brigada para um período de testes como auxiliar administrativo. Aprovado, foi efetivado no cargo. Athirson, por sua vez, também se destacou como brigadista por sua grande afinidade com a maricultura. Bom de barco, de mergulhar, de puxar as lanternas, é um jovem focado em muitas coisas. Após o ciclo de brigadista, Athirson foi contratado como supervisor de estruturas de fazenda marinha.

Rafael não nasceu na Ilha Grande, mas suas praias e trilhas nunca lhe foram estranhas. Ele se mudou do continente, onde fica Angra do Reis, para o Abraão aos 10 anos, acompanhando o pai e a mãe. A Brigada também não lhe soava como uma entidade totalmente desconhecida, pois boa parte de sua família (dois tios, pioneiros entre os jovens que por lá passaram, e um primo) foi brigadista.



Rafael (à esquerda)

e Athirson: ex-brigadistas que se mantiveram ligados à Brigada por laços profissionais



– Eu sempre vinha à Ilha Grande, de férias. Ficava uma semana e ia embora. Não conhecia nada da Brigada Mirim. Ia para a Praia Preta, via aquela casa branca e verde, mas não tinha a menor ideia do que se fazia ali. Mas, pelos meus tios já tinha ouvido falar da Brigada. No início de 2014, eles me incentivaram a entrar, e em maio, quando completei 14 anos, procurei a entidade, preenchi a ficha de inscrição e fui aceito – conta.

Rafael até teve alguma dificuldade para se adaptar aos afazeres da Brigada, num momento em que a entidade consolidava sua agenda de maricultura e intensificava suas ações na área das fazendas marinhas. Ele se recorda:

– Nunca mandei bem em relação a coisas do mar. Tanto que, mesmo morando numa região cercada pelo oceano, com muitas praias, só aprendi a nadar aos 13 anos. Com isso, minha área nos primeiros tempos de brigadista foi trabalhar na sede, ajudar na horta, cuidar do galpão. Mas meus amigos, inclusive meu primo brigadista (Breno Silva de Oliveira), me deram a maior força, e aos poucos fui superando as dificuldades. E comecei a ir para as fazendas marinhas.

Mesmo passando para as atividades práticas, seu interesse estava voltado mais para a dinâmica do cultivo, para a parte de gestão, do que propriamente para a rotina de semear as vieiras, acompanhar seu crescimento, cuidar do ambiente.

– Foi nessa área que acabei me encontrando de vez – afirma.

De fato, atesta o diretor administrativo Pedro Paulo Vieira:

– Rafael é aquele cara que sempre se destacou, que entende as coisas rapidamente. Tem uma invejável capacidade organizativa. É o cara que consegue compreender de imediato, organizar e tocar. Uma pessoa de gestão.

Não por acaso, em maio de 2019 o jovem graduou-se em Administração.





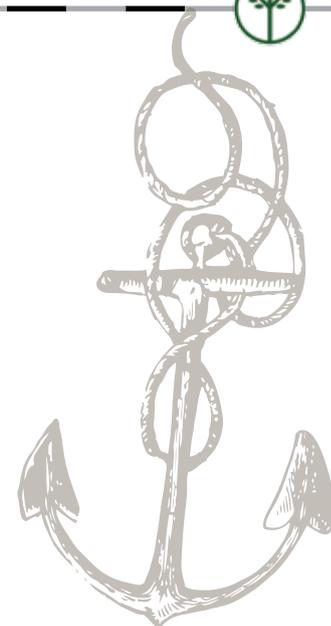
– A Brigada me ajudou muito, me dá uma flexibilidade grande. Dá para conciliar o trabalho com o estudo. Ainda tenho parte da estrutura familiar em Angra, no Morro do Perez. No futuro, vou tentar buscar novos ares, mas se der para montar meu próprio negócio aqui na Ilha Grande, será melhor. Sempre gostei muito de informática e eletrônica. O ideal seria montar algo aqui. Mas tenho a opção de ir para o continente, trabalhar em algo relacionado à minha área, a Administração – planeja Rafael.

Athirson nasceu no Rio de Janeiro, mas é como se fosse caiçara, pois mora com os pais na Ilha Grande desde os 6 meses. À semelhança de Rafael, ele também tem o DNA da Brigada na família. Seu pai, três tios e cinco primos foram brigadistas. Foi a convivência com estes últimos, aliás, que o levou a preencher a ficha de inscrição na entidade.

– Eu saía da escola com meus primos e ia com eles para a Brigada. Numa dessas idas, o supervisor administrativo da época – Rodrigo de Oliveira Chagas – me convidou para participar do projeto e aceitei. Assim que cheguei, passei um mês só na sede. Depois, comecei a ir para as fazendas marinhas. Foi onde me identifiquei mais. Trabalhava no cultivo de *coquilles* e na manutenção de estruturas – conta Athirson.

Athirson foi brigadista por três anos e nove meses, a maior parte desse tempo ligado a atividades voltadas para a maricultura. Quando completou o ciclo, veio o convite para cuidar das estruturas. Seu futuro? Ele projeta permanecer na Ilha Grande:

– Não pretendo ainda sair da ilha. Aqui é um grande ponto turístico, e há muitas oportunidades de trabalho em outras áreas também. Montar uma fazenda marinha, por exemplo, é lucro certo. Além disso, essa é uma área à qual me adaptei bem. Dá trabalho planejar tudo, montar, mas, se fizer as coisas certas, a chance de emplacar meu próprio negócio é grande. Pretendo também tirar carteira de marinheiro, para pilotar barcos.





Carlos Kazuo:
um dos mais operantes
maricultores da Ilha Grande e
monitor de brigadistas

Carlos Kazuo

Em picos de produção de suas duas fazendas marinhas em Jacone-
ma, o empresário Carlos Kazuo chega a colher por ano 26 mil dúzias
de vieiras e 26 toneladas de bijupirá – peixe marinho de carne branca
e saborosa, espécie importante para a produção em cativeiro no Brasil.
Analisados por si, são números que impressionam. De fato, Kazuo é
um dos mais profícuos maricultores da Ilha Grande. Mas, em termos
de mercado, isso representa apenas um traço. No entanto, longe de
pesar como algo negativo, a timidez estatística aponta para uma curva
positiva: essas atividades têm um campo quase inesgotável para crescer,
e não só na Costa Verde.

O Brasil importa a maior parte das vieiras que consome, e quando
esses moluscos bivalves chegam às mesas têm um custo adicional em
impostos que pode chegar a 60% do seu preço original. A evidência de
que as demandas do mercado nacional são um bom termômetro para
medir o crescimento do setor está nos números: em 2013, a produção
de vieiras alcançou 21 toneladas no país. No ano seguinte, o volume da
colheita praticamente dobrou. Nesse movimento, a maricultura de An-
gra dos Reis consolidou sua posição de destaque no cenário nacional.

– O mercado é muito maior do que a produção. Temos muito o
que crescer, e temos todas as condições para isso – avalia Kazuo.

No que diz respeito ao pescado, o cenário não é muito diferente.
Apesar de ter uma extensão de território de 7,3 mil quilômetros ao lon-
go da costa, o Brasil tem uma atividade pesqueira que não corresponde
à exuberância do seu litoral. Para Kazuo, é um quadro de desperdício
que ajuda a explicar o potencial de crescimento da maricultura:

– A pesca não consegue mais suprir o mercado. Então, os em-
preendedores vão para a produção em cativeiro, que é uma atividade
totalmente sustentável, pois o maricultor produz, colhe e comerciali-





za. O que nós temos feito é ir na contramão da pesca extrativista. A maricultura, que é planejada, vem para cobrir o vazio diante de uma demanda que é crônica.

Dono de uma pousada e de uma operadora de mergulho na Ilha Grande, Kazuo tem ligado seu perfil de empreendedor a ações em parceria com a Brigada Mirim Ecológica. Ele é monitor dos brigadistas da Enseada do Bananal e também dá sustentação a ações na Praia de Matariz.

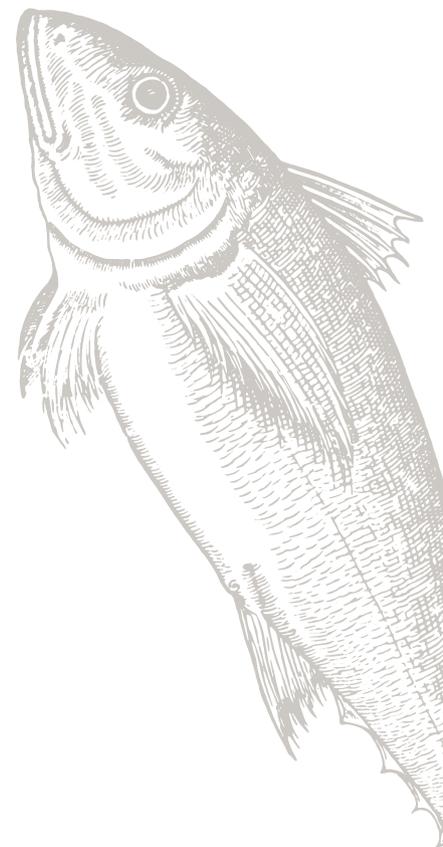
– Começamos a parceria em Bananal com uma horta comunitária e todo aquele trabalho de conscientização dos meninos em relação ao meio ambiente, como a questão do lixo nas praias. De um tempo para cá, também tenho tentado absorver alguns jovens em atividades da maricultura, mostrando-lhes como se faz o manejo, a rotina do cultivo de peixes e vieiras. Mantemos até um curso de mergulho para os brigadistas interessados, para eles entenderem como funciona uma fazenda de cultivo de meia-água. Isso tem um benefício subjacente ao turismo. Porque uma coisa é olhar o mar por cima; outra, é estar dentro d'água. Quando se mergulha é que se vê que ali no fundo também há latinhas, lixo acumulado. Com isso, o jovem cria outro nível de sensibilidade que vai potencializar seus cuidados com o ambiente – diz Kazuo.

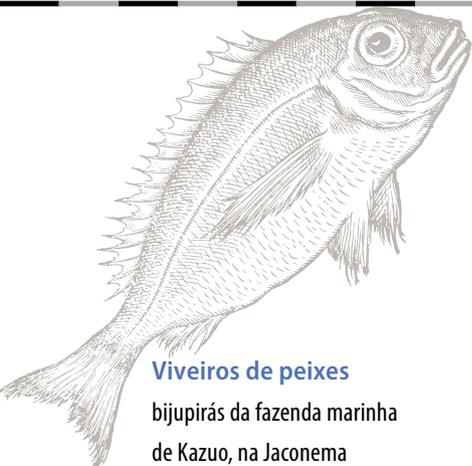
Para ele, além da agenda social da entidade, as ações da Brigada Mirim relacionadas aos jovens podem ser incrementadas a partir da maricultura.

– A Brigada tem um papel importante na capacitação de jovens. E qual é a grande sacada da maricultura? É uma atividade potencialmente geradora de emprego verde, que depende da qualidade ambiental. Para criar vieiras a água tem de estar limpa. Então, o maricultor é o primeiro a brigar por qualidade ambiental. Outro aspecto positivo é que a maricultura constitui uma opção de renda para os nativos.

Sobre o futuro, Kazuo prevê:

– A Ilha Grande tem tudo para crescer de forma sustentável. E precisa disso. O próprio turismo vive dos atrativos naturais da ilha. A Brigada





Viveiros de peixes

bijupirás da fazenda marinha
de Kazuo, na Jaconema

trabalha com uma faixa etária bem específica, e capacita os jovens para atuar no âmbito de um turismo consciente e numa atividade que tende a crescer, que é a maricultura. Na alta temporada, é fácil trabalhar com o turismo. Mas, na baixa e média temporadas, esse mercado encolhe, e aí é hora de se dedicar mais à produção. Então, há uma demanda que semeia a manutenção de atividades o ano inteiro. A Brigada oferece aos meninos a oportunidade de se capacitar para tal. Tira as crianças da ociosidade e lhes abre opções para o futuro. É uma grande sacada juntar a questão ambiental e a social numa região que se ressentia de oportunidades.





Adriele

Faltava pouco para a passagem de ano no *réveillon* de 2009 para 2010. Antes da meia-noite, a família de Adriele de Jesus Pereira comemorava com humildade, mas com alegria por estarem todos juntos, a chegada de um novo ano – sempre motivo para esperança e otimismo de um novo tempo na vida de cada um.

Encerradas as comemorações, todos foram dormir. De madrugada, no entanto, o mundo caiu sobre a menina, então com 9 anos. Ela só se recorda de seu pai a carregar nos braços no escuro, no meio de um temporal, e levá-la para o seu barco ancorado alguns metros à frente da casa. Na confusão, Adriele percebeu a agitação do pai, que tentava explicar o que estava acontecendo:

– Vamos pro barco. Desabou tudo, seu avô está soterrado.

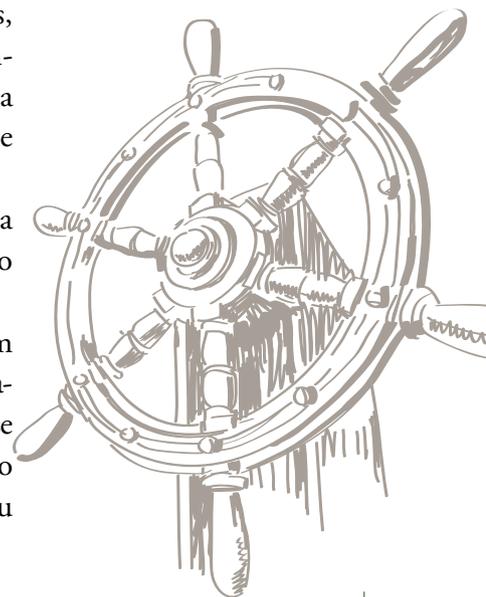
Adriele, o pai e a mãe foram a expressão de um milagre que os salvou de terem morrido na tragédia que atingiu a Ilha Grande naquela virada de ano. Após o temporal, que fez vítimas também em Angra dos Reis, sua casa em Bananal havia sido destruída por um deslizamento que atingira ainda uma pousada ao lado e deixara soterradas pelo menos trinta pessoas. Entre elas, doze integrantes da família da menina. Um choque impossível de esquecer.

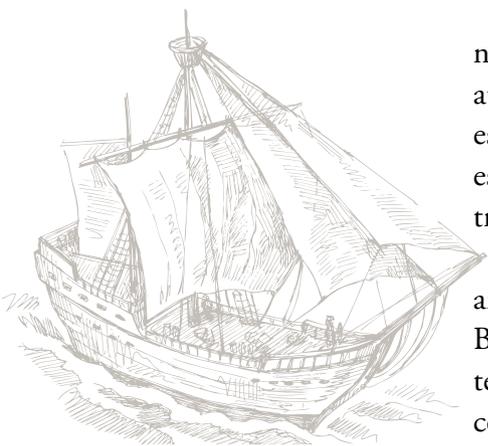
– Não desejo que ninguém passe por isso. Ainda tenho muito nítida a imagem de meu pai me levando no colo, me deixando no barco e voltando para tentar salvar outras pessoas – conta a jovem.

Depois da tragédia, Adriele foi passar uma temporada no continente, em Angra mesmo. Quando voltou para Bananal, aos 15 anos, integrou-se aos trabalhos de uma unidade da Brigada Mirim Ecológica. Ela possuía especial interesse no projeto de criação de uma horta comunitária. Seu pai concordou em ceder o terreno onde a casa da família fora arrasada. E, como brigadista, a jovem ajudou a levar à frente a iniciativa, tornando-se uma força motriz da empreitada.



Adriele, com a horta comunitária ao fundo: tragédia familiar e força para tocar a vida





– Havia o projeto de fazer a horta, mas não havia espaço disponível. Quando meu pai cedeu o terreno, eu senti que aquela área, que até então era um marco do nosso sofrimento, acabou se tornando um espaço no qual eu voltava a sentir alegria por estar ali. A horta me dava esse prazer de fazer algo num terreno onde eu havia passado por uma tragédia – relata Adriele.

Por força do estatuto da Brigada Mirim, quando Adriele fez 18 anos, desvinculou-se da entidade. A horta também saiu da alçada da Brigada, cujo projeto foi para outra área de Bananal. Mas a jovem manteve a plantação por conta própria, como uma referência positiva em contraponto à tragédia da família.

– Mantenho a horta porque penso que já fui feliz aqui e posso continuar sendo. Não é mais uma referência de tristeza. Não vou esquecer nunca aquela noite, mas continuo tocando a vida. Hoje trabalho em outra área, mas faço a horta por prazer. É uma horta pequena, não tem mais a variedade de quando era ligada à Brigada. Planto para mim, pelo prazer de cultivar. Serve também para evitar que o terreno fique com uma imagem feia – conclui Adriele.



Michele: monitora voluntária de brigadistas no Pouso, dona de restaurante e ligada a causas ambientais

Michele

Quando chegou à Ilha Grande de armas e bagagem para se fixar na Praia do Pouso, no final dos anos 2010, a graduanda em Gestão Ambiental Michele Terra já era apaixonada pela terra dos verdes em abundância. Menina da Zona Sul do Rio de Janeiro, frequentava as praias da parte insular de Angra dos Reis desde muito jovem. Em Ipanema e Copacabana, suas moradias anteriores, aprendera desde criança, com sua mãe, o ritual preservacionista de catar na areia canudinhos, restos de plástico e outras pegadas de incivildade, que ambas iam recolhendo para despejar nos depósitos adequados.





Nessas idas e vindas ao paraíso da Costa Verde, já amante da Ilha Grande, consolidou-se a vontade de ficar de vez, ao mesmo tempo que lhe brotou a ideia de começar, por conta própria, a recolher o que fosse possível do lixo de maré, em especial na praia de Lopes Mendes e na trilha que liga esse naco de indescritível beleza do lado oceânico da ilha até a Praia de Palmas.

– Eu chegava aqui, via o acúmulo de lixo e ninguém se mobilizava para limpar a orla. Comecei a fazer por conta própria. Aquilo me incomodava, pois sempre catei lixo na praia, desde pequena. Tive essa educação familiar voltada para a preservação ambiental – conta Michele.

Logo ganhou o reforço de outro apaixonado pela Ilha Grande, o guia João Pontes, que também desenvolvia um trabalho semelhante. A mobilização cresceu a ponto de, a cada três meses, eles promoverem mutirões concentrados em Lopes Mendes, mas que se estendiam às praias do Pouso e de Palmas, com crescente participação da comunidade da região. Num desses mutirões, receberam o apoio da Brigada Mirim e estabeleceu-se uma proveitosa parceria. Michele relembra:

– Fizemos o convite e selamos a parceria. A Brigada Mirim participou e sugeri que me mandassem brigadistas para ajudar na manutenção da limpeza das praias. Fazemos a coleta diariamente com os meninos, recolhendo o microlixo (resíduos que, por serem muito pequenos, escapam do procedimento de limpeza pública feito normalmente) que fica no Pouso, em Palmas e no caminho para Lopes Mendes.

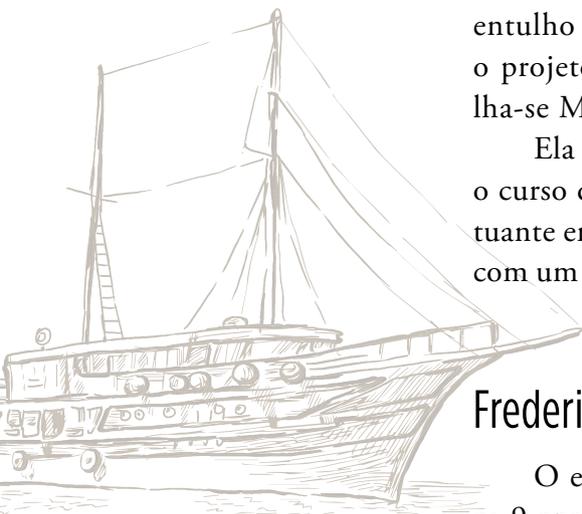
Michele mantém o compromisso com a preservação ambiental nessas duas frentes – no trabalho desenvolvido com João Pontes e no projeto com a Brigada Mirim. No primeiro caso, ou seja, nos mutirões trimestrais, a dupla mobiliza amigos, moradores, turistas, os próprios brigadistas e quem mais se interessar pela defesa daquele paraíso.



No segundo, os meninos da Brigada realizam um trabalho mais de “formiguinhas”, fazendo diariamente o percurso de mangues, praias e trilhas, recolhendo lixo de maré e o que encontrem pela frente como resultado do desapeço ambiental dos turistas.

– Num dos últimos mutirões que promovemos em conjunto com a Brigada, tiramos 400 quilos de lixo num único dia. Desse total, conseguimos separar todo o material reciclável, tampinhas, cotonetes, restos de plástico, sandálias. Ou seja, além de tirar esse entulho que polui as praias, o mutirão também serve para abastecer o projeto de reciclagem que a Brigada mantém no Abraão – orgulha-se Michele.

Ela ainda atua em uma terceira frente de trabalho: além de fazer o curso de Gestão Ambiental, Michele é dona de um restaurante flutuante em Pouso, onde se pode alimentar a visão, a alma e o estômago com um pargo grelhado e um camarão ao alho e óleo de virar os olhos.



Frederico Catramby

O empresário Frederico Catramby conhece a Ilha Grande desde os 9 anos. A exemplo dos filhos do empresário Armando Klabin, de quem é amigo desde sempre, Catramby estava entrando na adolescência quando a Brigada Mirim Ecológica foi criada. Ou seja, pode-se dizer que ele cresceu juntamente com a entidade. Sua ligação com a Brigada é tão estreita que hoje, empresário bem-sucedido nas áreas de hotelaria, gastronomia e transportes na Costa Verde, ele é um dos mantenedores da organização não governamental.

– O projeto da Brigada Mirim é, além de pioneiro, único na Ilha Grande. A ideia de comprometer os meninos com a questão ambiental, a preocupação com a limpeza de praias e trilhas e o seu viés social





formam uma agenda que a tornam um empreendimento único. Pelo menos na época em que foi criada não havia na ilha qualquer outra iniciativa semelhante. Na verdade, acho que até hoje não há nada igual sendo executado na região – afirma o empresário.

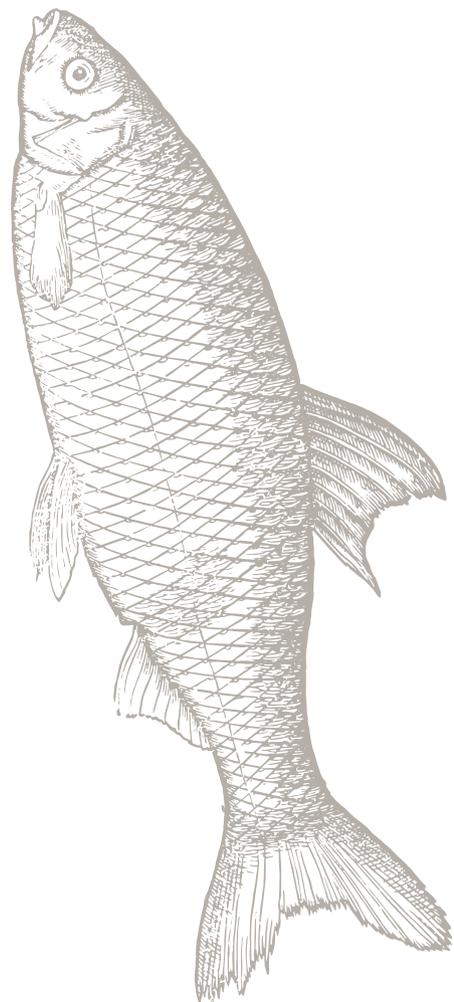
Mas sua ligação com a Brigada Mirim vai além. Inspirado pela experiência da entidade com a maricultura, Catramby se movimenta para legalizar uma fazenda marinha na Enseada do Abraão, com o objetivo de montar uma estrutura de produção de algas em larga escala. A ideia é desenvolver o empreendimento ligado à Brigada, inclusive estendendo as atividades a ações de reciclagem, um dos itens dos compromissos da entidade.

A maricultura, as ações em defesa do meio ambiente e as propostas na esfera das demandas sociais, sem falar na vocação para um turismo sem características predatórias, têm tudo a ver com a realidade da Ilha Grande. O tripé vocacional da região é um campo aberto à sustentabilidade.

O aumento das atividades turísticas, por exemplo, implica tomar um caminho que não pode prescindir de ações regulatórias. A evidência disso é o inchaço dos anos mais recentes que, se por um lado potencializa os benefícios econômicos, por outro acende um sinal de alerta sobre os riscos de danos ao bioma local, uma perspectiva preocupante.

Enfrentar com experiências positivas o longo legado de demandas sociais, outra ponta desse tripé, é um dever da sociedade. Em especial numa região como a Ilha Grande, que, apesar dos nichos de grande poder aquisitivo, tem nesse terreno dificuldades nada desprezíveis com sua população caiçara.

– Principalmente agora, quando o fantasma da violência criminal começa a assustar, uma herança não desejada que ameaça desembarcar na ilha a partir do continente – completa Catramby.



Por fim, na terceira ponta do tripé de vocações da Ilha Grande, o inevitável compromisso com o respeito aos bens naturais, que se impõe como vital premissa para quaisquer atividades que ali se desenvolvam. Catramby concorda:

– A Brigada Mirim atua comprometida com essas questões. São razões mais do que suficientes para que a entidade seja fortalecida e se torne cada vez mais forte na comunidade local.

Sobre o futuro da Brigada e sua relação com a Ilha Grande, o empresário prevê uma jornada ainda mais positiva:

– Depois de trinta anos, está claro que a Brigada Mirim se consolidou, que nasceu de um projeto que funciona em todos os aspectos a que se propôs. Sem dúvida, foi uma ideia que chegou para agregar benefícios à comunidade da ilha. Agora é hora de essa comunidade, em especial os empresários e comerciantes locais, se comprometerem mais com as ações propostas pela Brigada. Nem sempre eles estão dispostos a colaborar de forma efetiva. Há muitos que cobram ações da entidade, mas nela investem muito pouco, ou nada.

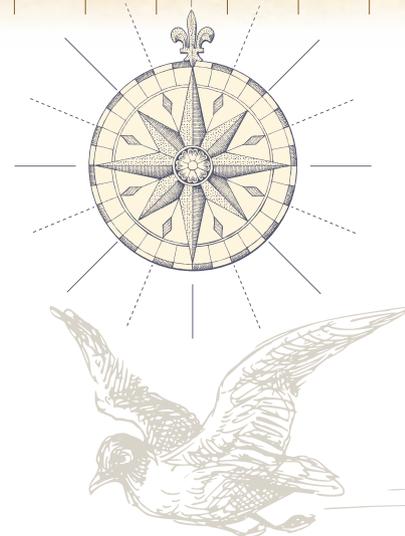
Além disso, Catramby acredita que a Brigada Mirim precisa incrementar mais sua gestão, buscar uma relação mais próxima com a comunidade. Por exemplo, desenvolver ações de marketing, promover eventos que a tornem mais conhecida:

– Por que não realizar, por exemplo, festivais de vieiras, de mexilhões? Ou mesmo incrementar ações que abram espaço para a participação de ilhéus que não estejam mais dentro da faixa etária prevista no estatuto para os brigadistas? Eles podem ser capacitados para trabalhar em reciclagem, em maricultura, em atividades que a Brigada promova e que precisem de mão de obra para ser desenvolvidas até mesmo de modo a aumentar fontes de receitas que a fortaleçam. São ideias de ações indiretas, não ligadas necessariamente à agenda estatutária da Brigada, mas que contribuem para o mesmo fim.





Memorabilia



Barco usado pelos brigadistas para ações nos núcleos fora da Vila do Abraão



Peças de comunicação para atividades da Brigada

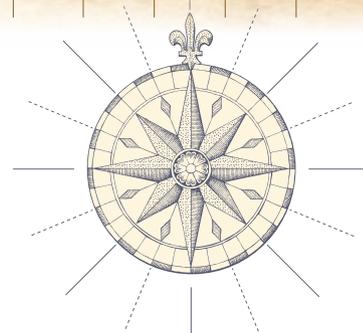




Turma de antigos brigadistas. À direita, de óculos escuros, Rodrigo de Oliveira Chagas, que foi brigadista e, em seguida, supervisor administrativo da entidade

Painel instalado pela Brigada, com números mostrando o andamento das ações de coleta de resíduos em praias e trilhas





Armando Klabin
(no centro), com
Luis Henrique e o antigo
supervisor Rodrigo (à
direita), apresenta a
sede da Brigada Mirim a
dona Ruth Cardoso e
Celso Lafer



Dona Janeth,
com Maximino Táboas e
Heron, três personagens
de destaque dos
primórdios da Brigada



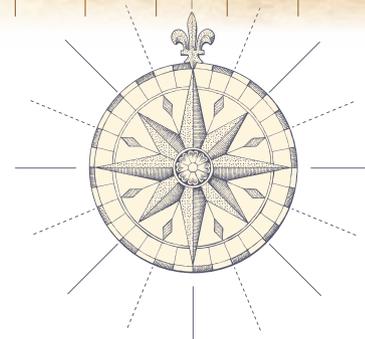


Brigadistas
participam de atividade
cívica na Vila do Abraão



Heron, o primeiro
supervisor administrativo
da Brigada Mirim





O antigo supervisor
ao lado de jovens
brigadistas que se
destacaram em
atividades esportivas
na Vila do Abraão

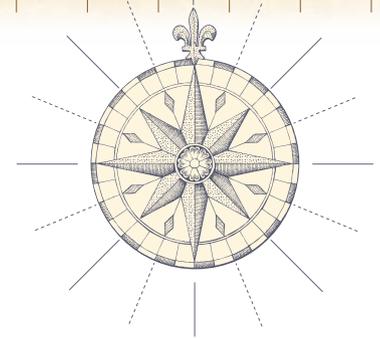
Brigadistas
cultivam mudas de
plantas nativas para
reflorestamento



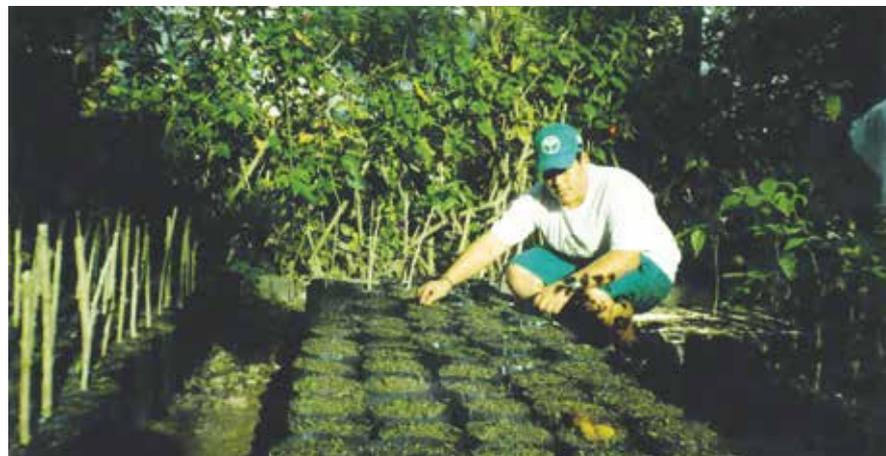


Armando e Rosa

Klabin em família, na sede da Brigada



Brigadista
faz manejo de mudas nativas no viveiro da Vila do Abraão





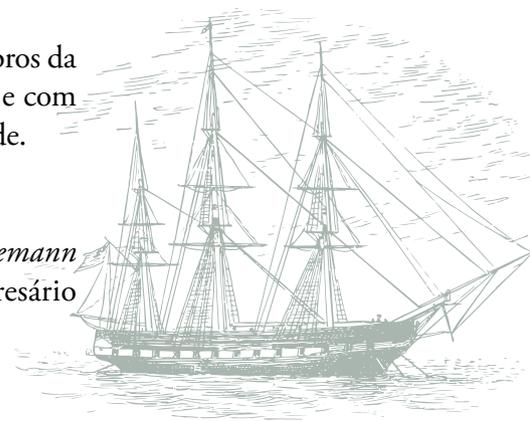
Esforço social e educativo

Sou admirador e apoiador da Brigada Mirim. Acho a Ilha Grande um dos lugares mais lindos do mundo. Poder passear pela ilha e levar visitantes é um prazer. Saber que a sociedade civil está tentando preservar esse patrimônio natural me tranquiliza.

Acho que o esforço social e educativo sendo feito com os membros da Brigada é essencial. Além da beleza natural, ter pessoas informadas e com bons princípios na redondeza faz parte da preservação da Ilha Grande.

Parabéns pelo bom trabalho e contem comigo para apoiá-lo.

Jorge Paulo Lemann
Empresário



Persistência e bons resultados

A sociedade civil precisa se unir em torno de uma agenda positiva que vise a um futuro sustentável para a Ilha Grande. Esse “pacto para um futuro sustentável” será muito trabalhoso, pois temos hoje na ilha interesses diversos, sendo alguns conflitantes. Mas nada que reuniões bem organizadas e bem conduzidas não resolvam.

Sou a favor da mobilização dos vários atores presentes hoje na Ilha Grande para uma discussão profunda e séria sobre os melhores rumos para a ilha. O caminho para a superação das demandas difíceis é trabalhar com persistência nos campos ambientais, no social e na geração de renda e negócios locais sustentáveis.

A Brigada Mirim é um exemplo de persistência e de bons resultados nas áreas em que atua, além de ser um ótimo exemplo e de ajudar na educação dos jovens. Continuem este trabalho exemplar, e contem com minha ajuda.

José Roberto Marinho
Vice-presidente do Grupo Globo



Pilar da proteção ambiental

Consideramos de fundamental importância o trabalho desenvolvido pela Brigada Mirim Ecológica. A educação ambiental e a formação de jovens são dois pilares importantes para manter preservado o patrimônio natural da Ilha Grande.

Sem dúvida, o reconhecimento da Unesco – que em julho de 2019 declarou a Ilha Grande Patrimônio Natural da Humanidade – ajudará no futuro, mas ele não deixa de ser também um reconhecimento ao trabalho de preservação que todos os atores envolvidos nesse esforço têm na Ilha Grande. A Brigada Mirim Ecológica é um deles, e por isso esta comemoração dos trinta anos tem uma importância ainda maior.

Educação e conservação da natureza andam de mãos dadas, e o desafio de colocar em prática ações efetivas nesse sentido é grande demais para os governos. A sociedade civil tem um papel muito importante para o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva e que respeite a natureza. A Brigada Mirim Ecológica é um exemplo disso.

Teresa Cristina Bracher
Diretora do Instituto Acaia Pantanal

Candido Bracher
CEO do Itaú Unibanco

Inspiração para outras regiões

A Ilha Grande foi declarada recentemente, pela Unesco, Patrimônio da Humanidade. É uma decisão que realça a responsabilidade da sociedade civil na formulação de sugestões que visem a elaborar programas eficazes para que os turistas, dentro da vocação natural da





ilha, possam usufruir de forma sustentável desse paraíso natural, único no mundo. Aliado a isso, a sociedade também pode contribuir para fortalecer uma cultura de respeito à natureza e, no que tange especificamente aos moradores fixos, desenvolver atividades à luz do princípio da sustentabilidade.

Dentro dessa visão, é crucial o incremento de projetos socioambientais e de treinamento para atividades econômicas sustentáveis, nos moldes do que já vem sendo feito nos últimos anos – e, em particular, em ações da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande ao longo das três décadas desde a sua criação. São iniciativas que devem continuar a se desenvolver, e a ser fortalecidas.

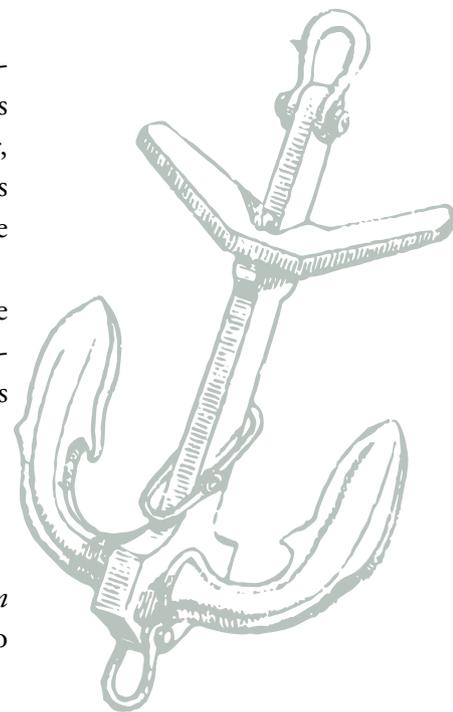
Vocês da Brigada Mirim Ecológica têm o privilégio de morar, e atuar, num paraíso tropical da significância da Ilha Grande. Os modelos desenvolvidos pela Brigada servem de inspiração para outras regiões parecidas, no Brasil e no mundo!

Parabéns a todos.

Haakon Lorentzen
Empresário

Missão cumprida com louvor

O Armando (Klabin) me convidou para fazer parte da Brigada Mirim no início dos anos 2000. Atendi ao chamado com o propósito de buscar o apoio de mais empresários para nos ajudar, lançar novas ideias, reforçar o capital da entidade para incorporar mais brigadistas entre os beneficiários dos serviços oferecidos. Eu lembro que, naquele momento, graças a essa mobilização a Brigada ganhou novo sopro; toda aquela movimentação contribuiu muito para consolidar sua presença na Ilha Grande.

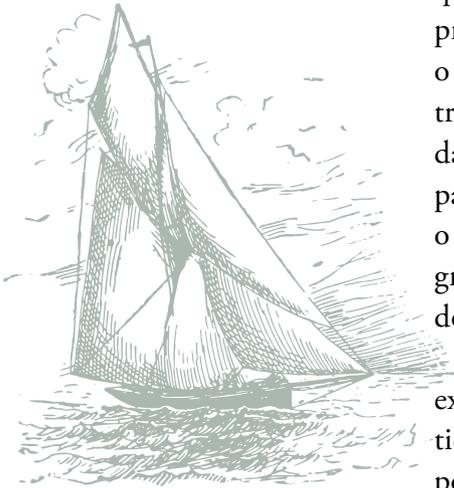


Entre as pessoas que eu trouxe para ajudar estava o Valdir Siqueira, de saudosa memória. Graças a ele, a seus contatos, conseguimos com a Embratel a instalação de duas antenas, fundamental para conectar a ilha à internet. Pois esse é um dos objetivos da Brigada – contribuir para dar meios à comunidade de se fixar à ilha, não ir para o continente. De lhe oferecer opções para ali tirar seu sustento e o sustento de sua família, criar sua cultura, se manter no dia a dia.

O ilhéu, em geral, tem mais condições de ter na sua terra uma qualidade de vida melhor do que se for para o continente. Esse é um princípio de ação da Brigada, ou seja, trabalhar sob a filosofia de fixar o caçara a seu hábitat, onde está sua família, sua história, seus ancestrais e, sobretudo, de onde ele tem mais condições de tirar seu sustento da natureza. Ou, ainda, de se integrar a um tipo de mercado voltado para a prestação de serviços. Essa particularidade, de procurar manter o caçara a salvo do não raro ilusório canto do continente, é uma das grandes contribuições da Brigada Mirim para melhorar o meio de vida dos habitantes insulanos.

O projeto das fazendas marinhas, por exemplo, é um achado. Já existe uma produção de vieiras, oriunda da criação feita com a participação de brigadistas – um modelo ao mesmo tempo pedagógico, porque capacita o jovem a trabalhar numa atividade de grande futuro na ilha, e de ganho monetário para a entidade. A Brigada tornou-se um dos fornecedores de *coquilles* para o *resort* Portobello. Isso ajuda, entre outras coisas, na compra de material para os jovens trabalhar. Igualmente, o cultivo de algas começa a se tornar uma atividade com grandes perspectivas.

As fazendas marinhas são uma variante interessante da agenda da Brigada. A produção ainda está abaixo do potencial da entidade, mas essa é uma atividade que está se desenvolvendo, está crescendo. Aliás, o cultivo de vieiras é uma porta convidativa na Ilha Grande, que tem





uma localização privilegiada. É uma ideia que certamente vai vingar. Há problemas estruturais, não só da Brigada, mas da região como um todo. Em Santa Catarina, por exemplo, essa atividade está bem avançada, com o cultivo já integrado ao mapa da economia do estado.

Em relação à Ilha Grande, a luta deve ser travada não somente no plano da defesa do meio ambiente, mas na área mais geral da sustentabilidade. O turismo tornou-se a aptidão natural da ilha, e essa atividade precisa ser desenvolvida de modo racional. É preciso controlar o acesso à ilha. O morador, por exemplo, poderia ter uma carteira de identificação. E a entrada dos visitantes tem de ficar restrita a pontos onde o controle seja eficaz.

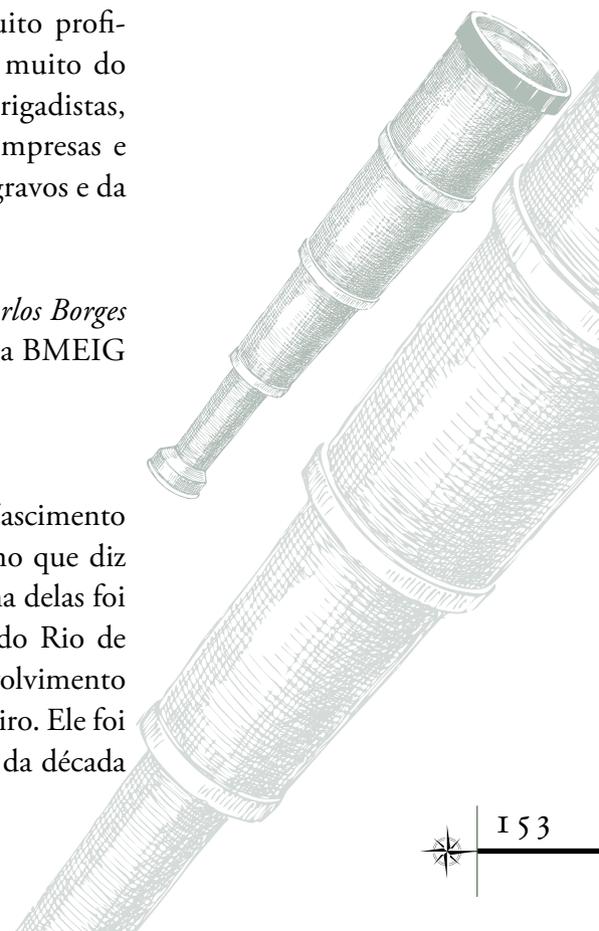
A atuação da Brigada Mirim nesses trinta anos foi muito proficiente. A entidade se integrou à história da Ilha Grande, e muito do que se preservou das suas belezas naturais tem o dedo dos brigadistas, da agenda da Brigada e do envolvimento de empresários, empresas e cidadãos imbuídos do compromisso de resguardar a ilha de agravos e da degradação. É um papel que a entidade cumpre com louvor.

Carlos Borges

Empresário e 1º Diretor Vice-Presidente da BMEIG

Modelo para a Costa Verde

Quando meu pai – o empresário Manuel Francisco do Nascimento Brito – morreu, herdei muitas coisas boas dele, em especial no que diz respeito à participação em ações de interesse da sociedade. Uma delas foi a representação como conselheiro da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), que encaro como uma missão. Outra foi o envolvimento com a Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande como conselheiro. Ele foi um dos pioneiros de Angra dos Reis, aonde chegou no início da década



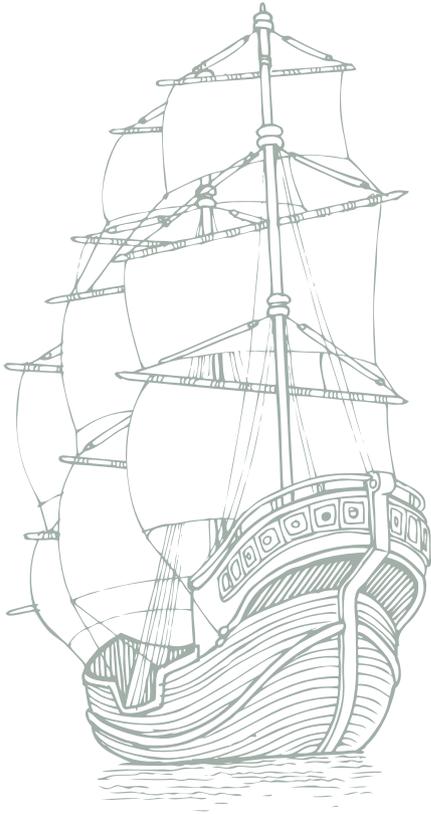
de 1960. Sempre teve casa em Angra, tinha verdadeira paixão por lá.

Foi nessa condição de um dos primeiros a descobrir as belezas da Baía de Angra que ele, ao lado de Armando Klabin e de outros empresários, se tornou um dos fundadores da Brigada Mirim e seu primeiro presidente. Por seu trabalho em defesa da Ilha Grande, a Brigada é uma causa espetacular para ser abraçada. Trata-se de uma das grandes responsáveis por manter a ilha como está, no geral muito bem conservada.

É inegável que a presença da entidade, com sua força política e sua preocupação externada em práticas proveitosas, tem contribuído muito para a preservação do bioma local. Mas não só isso: a Brigada Mirim me ajudou a compreender melhor como um processo de educação pode mudar a cabeça das pessoas de uma geração para outra. Frequentei Angra e a Ilha Grande a vida inteira, e sou testemunha de algumas transformações nesse campo. Por exemplo, houve um tempo em que a pesca predatória era feita com bombas, uma ameaça inominável à vida marinha da baía.

A predação ainda é um risco, é verdade, mas hoje já existe uma consciência voltada para a sustentabilidade, de explorar as muitas opções nos limites da baía dentro de uma economia sustentável, para a qual a Brigada contribuiu decisivamente. A Brigada Mirim tem um papel muito importante nesse despertar ecológico. Já educou mais de uma geração de filhos de caiçaras e ilhéus em geral, de crianças que aprendem a importância de conceitos relacionados à exploração do que a natureza lhes oferece sem que isso represente uma ameaça à cadeia biológica.

A Brigada tem feito o que lhe é possível. Mas há demandas na Ilha Grande que se avolumam para além da estrutura da entidade, e enfrentá-las exige um esforço conjunto, multidisciplinar, entre entidades como a Brigada, o poder público e pessoas em geral comprometidas com o futuro da biodiversidade. A ilha é um nicho, que considero ainda muito bem preservado, mas dentro de uma baía repleta de empreendimentos que ameaçam o seu bioma – alguns ainda em potencial, mas outros já em perigoso processo de crescimento.





No caso específico da Ilha Grande, em razão de sua proximidade com o continente, pode-se considerar um milagre que ainda tenha um alto grau de preservação. Por isso, são imprescindíveis trabalhos como o da Brigada, de empresas conscientes da importância de desenvolver empreendimentos sob o foco da sustentabilidade, de empresários e personalidades preocupadas com a defesa desse paraíso natural.

Hoje pode-se dizer que há um bom nível de conscientização entre a comunidade da Ilha Grande para a importância de preservar a terra que, afinal de contas, é onde a população local vive, é onde está sedimentada a cultura do povo caiçara e é, em última instância, o palco natural de atividades econômicas de onde as famílias tiram o seu sustento. E essa consciência não veio do nada. É resultado de um esforço bem-sucedido da Brigada Mirim, baseado no binômio educação/capacitação, do que resulta uma positiva relação do ilhéu com o meio ambiente.

Ele entende que pode crescer, alimentar os filhos, ganhar o pão sem recorrer à pesca predatória, sem agredir a natureza, pode se envolver em empreendimentos de um turismo saudável – enfim, dar um viés de sustentabilidade à vida na ilha. São noções importantes, que moldam uma relação com a terra cujos benefícios revertem para a própria comunidade. Esse é o princípio da sustentabilidade, cuja prática está muito bem encaminhada nas ações desenvolvidas pela Brigada Mirim.

Trinta anos decorridos desde a sua fundação, a Brigada tem agora o desafio de crescer, de ampliar seu raio de ação. Tanto é assim que, a pedidos, já estamos desenhando a expansão do modelo para outras comunidades. Isso é uma prova da vitalidade dessa organização não governamental que, para mim, mais tem colhido resultados positivos naquilo a que se propõe.

José Antônio do Nascimento Brito
Empresário e 2º Diretor Vice-Presidente da BMEIG



Agenda enraizada na Ilha Grande

A Brigada Mirim é uma das entidades da sociedade civil de atuação mais efetiva de toda a Costa Verde. E possui uma característica ímpar: constituída de gente da Ilha Grande, ela atua voltada exclusivamente para ações em benefício da região. Esta é uma das razões de a entidade ter uma penetração muito grande na comunidade, porque a meninada que passa por ela vem das famílias locais, residentes antigos, moradores tradicionais. Com isso, se enraizou na cultura da ilha e, como decorrência, consegue ser eficiente em muitas das frentes de atuação que abriu.

É, portanto, uma atuação das mais meritórias. A entidade luta com dificuldade, porque tende a empregar mais recursos do que arrecada. Vivemos tentando aumentá-los, pois seu equilíbrio financeiro é sempre precário. A despeito disso, seu histórico é notável. Basta olhar para trás e ver, ao longo dos seus trinta anos, a quantidade de jovens que passou pela Brigada – em torno de mil garotos. São, ou foram, mil pessoas da Ilha Grande que tiveram a oportunidade de aprender ofícios, de vivenciar experiências interessantes.

A Brigada Mirim atua em várias frentes, e não só em demandas ligadas ao meio ambiente. Os brigadistas também auxiliam o turismo na ilha, recebem os visitantes, dão mostras de hospitalidade e de cidadania. É uma atividade admirável.

Consolidado o passado, fica a óbvia questão do futuro. A Brigada Mirim tem uma atuação destacada na Ilha Grande, mas é apenas um elemento de um mosaico de forças que lá atuam – algumas positivas, outras nem tanto. A ilha vive sujeita a fortes pressões, como a imobiliária, a ocupação irregular. Há ainda aspectos novos, dificuldades mais recentes que precisam começar a ser enfrentadas, em especial na área da segurança pública. Esse, em particular, é um problema sério, ainda que nascente, e que deve merecer especial atenção das autoridades.

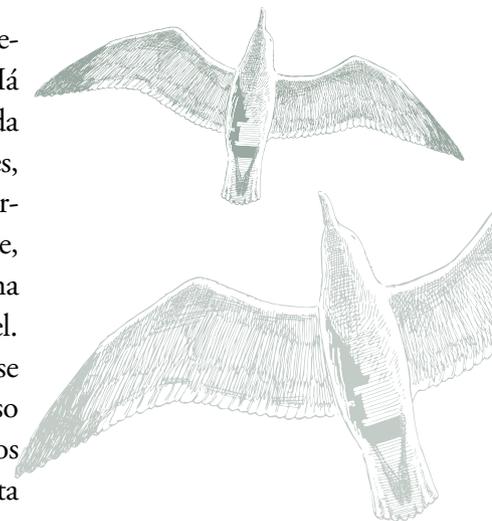




A ilha reclama soluções que passam em grande parte pela vontade política dos entes federativos, especialmente o estado do Rio de Janeiro e o município de Angra dos Reis. Uma questão seminal é a gestão do território. Há um plano diretor de Angra que está sendo revisto; existe também um plano de manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) da região, que igualmente passa por uma revisão. É fundamental que esses dois instrumentos de ação se harmonizem, dialoguem para não haver discrepâncias. Por exemplo, determinado terreno pode estar dentro de uma região que, vista por uma instância, seria de uso mais restritivo, enquanto para outra entidade as regras de ocupação da mesma área podem ser mais flexíveis.

A Ilha Grande precisa desse arranjo físico. Infelizmente, isso não depende da Brigada Mirim. Mas ela pode ser coadjuvante nesse processo. Há áreas, por exemplo, nas quais o turismo pode se desenvolver mais. A Brigada pode atuar nesse processo, ampliando suas ações de recepção dos visitantes, auxiliando os turistas com informações sobre a ilha e, ao mesmo tempo, fornecendo-lhes dados sobre as realidades locais, seus costumes, sua cultura e, claro, as limitações de uso, o respeito às áreas protegidas. Essa é uma forma de contribuir para o desenvolvimento de uma atividade turística sustentável.

Com relação ao meio ambiente, por exemplo, a Brigada pode se instrumentalizar para expandir ainda mais os procedimentos já em curso – mas ainda incipientes – de coleta seletiva do lixo. O que fazer com os resíduos ainda é um dos problemas mais sérios da Ilha Grande. A coleta seletiva está na raiz da solução de vários problemas, a começar pela reeducação da comunidade em relação ao lixo que produz, inclusive de modo a reduzir a quantidade gerada de resíduos sólidos e, mesmo, desperdiçada. Implementar de forma eficaz os famosos três “erres” – redução, reutilização e reciclagem – seria saudável para o meio ambiente e, muito importante, poderia ser um caminho viável para consolidar um meio próprio de a entidade ampliar suas fontes de manutenção. Isso se aplica também ao lixo orgânico, cuja reutilização poderia ser toda voltada para a compostagem.





A Brigada Mirim já faz um movimento de coleta seletiva de recicláveis, mas precisa ajustar o sistema com a prefeitura. Esse é um setor muito importante, que contribui para a qualidade ambiental da ilha e, ao mesmo tempo, atende ao viés social da entidade. É uma ação que reforça positivamente a imagem de cooperação da Brigada com a população local.

Outra frente aberta, mas que pode ser mais incrementada, é a maricultura. A criação de algas e vieiras dá aos brigadistas um *know-how* de tal ordem que, hoje, já há jovens com reconhecida perícia no manejo dessas culturas. Além disso, trata-se de uma atividade ecologicamente saudável, que pode se desenvolver no âmbito da agenda da entidade e, a exemplo da coleta seletiva, também se transformar em fonte de recursos próprios.

Luiz Edmundo de Andrade

Consultor de empresas e 3º Diretor Vice-Presidente da BMEIG

Um projeto que emociona

Eu passei praticamente minha infância em Angra dos Reis. Meu pai, Eduwaldo Lisboa, foi um pioneiro – devemos a ele e a alguns amigos a criação do iate clube da cidade, o Icar. Era uma época em que o município ainda não tinha toda a sua área servida de energia elétrica; a estrutura de serviços era muito precária. Quem ia para lá era uma espécie de desbravador, e meu pai era um deles.

Ele fazia pesca submarina, e acho que essa foi uma das razões de meu pai ter se aproximado da Ilha Grande. Eu me lembro de pegarmos sempre uma traineira, saindo do Icar em direção ao Abraão, para momentos inesquecíveis na ilha. E me recordo, sobretudo, de uma particularidade que muito me envaidece: Armando (*Klabin, marido de Rosa*) foi conhecer Angra comigo, quando nós namorávamos.

Meu cunhado, Israel Klabin, já era dono de uma propriedade na ilha,





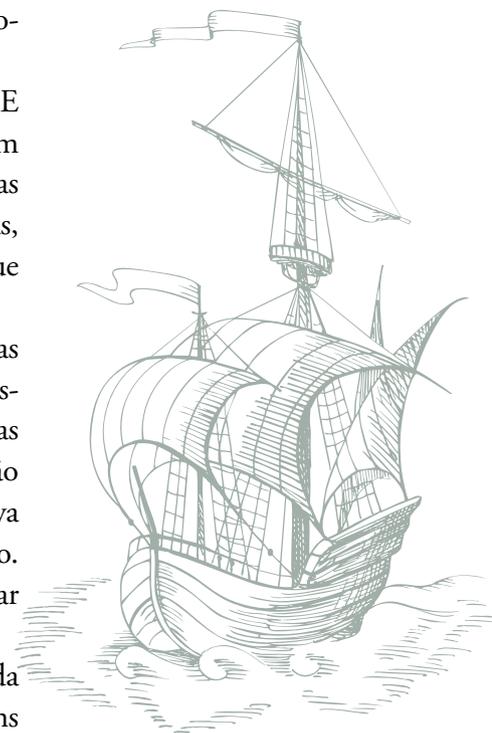
ali no Morcego. Nessa época, nem pensávamos em também ir para lá. Nossos planos eram comprar uma casa perto do Icar. Depois tentamos alguma coisa no Frade, mas nada foi adiante. Então, surgiu a oportunidade de comprar uma casa na Praia do Sobrado, na Enseada do Abraãozinho, perto da praia onde Israel já era proprietário, e Armando decidiu adquirir a propriedade.

Com esse passo, nós estreitamos nossa relação com a Ilha Grande. E como temos boas recordações, das histórias do Zivaldo, do convívio com dona Janeth... Dessas idas constantes para o Sobrado resultaram muitas caminhadas pelas trilhas e praias da ilha, horas de lazer sem dúvida, mas, para Armando, também momentos de reflexão sobre os problemas que começavam a aparecer naquele repositório de belezas naturais.

Ele via os riscos que o meio ambiente local corria, com trilhas, praias e vilas sofrendo sob os efeitos do lado deletério de um florescente turismo – uma atividade que, quando regulada, é bem-vinda. Muitos turistas deixavam lixo pelo caminho, numa agressão de pessoas sem consideração por aquele paraíso, e isso – era visível –, mais do que incomodar, deixava Armando arrasado. Ele sempre comentava: “Temos de dar um jeito nisso. Temos de nos mexer para fazer alguma coisa em defesa da ilha, para acabar com esse descuido, essa falta de cuidado com uma região tão bonita”.

Essa preocupação era apenas parte de sua inquietação com o futuro da Ilha Grande. Armando também sempre teve enorme apreço pelos jovens que via pela ilha, então sem grandes oportunidades de mudar um ritmo de vida que parecia condená-los a um horizonte desprovido de grandes perspectivas. Foi da junção dessas duas questões, a necessidade de fazer algo em defesa do meio ambiente e o compromisso cidadão de intervir com ações afirmativas para mitigar um arcabouço social ingrato com os jovens da ilha, que Armando e um grupo de amigos decidiram criar a Brigada Mirim.

Hoje, quando a Brigada Mirim completa trinta anos, voltam à lembrança, como num filme, aqueles momentos de encontros ansiosos, de uma



movimentação que acabou contagiando também muitos ilhéus – como dona Janeth, em cujo restaurante foram feitas as primeiras reuniões da entidade. E voltam também momentos marcados pelos esforços para consolidar a Brigada, o apoio firme de amigos como Nascimento Brito, Luis Henrique, Carlos Borges, o insubstituível Valdir Siqueira e tantos outros que contribuíram para materializar um sonho que Armando embalou com tanto carinho.

É, sobretudo, emocionante ver consolidado um projeto que dá oportunidade aos meninos da Ilha Grande de se capacitar, de sonhar, de pensar num futuro que, sem iniciativas como essa, da Brigada Mirim, poderia lhes aparecer na forma de descaminhos, de desventuras. Ao contrário, os brigadistas se sentem úteis, atuantes e, ao mesmo tempo, beneficiados pela oportunidade de, quando adultos, se tornarem cidadãos em comunhão com a sociedade.

Tudo isso em favor de uma Ilha Grande saudável, com suas belezas preservadas, voltada para o futuro. A Brigada Mirim faz trinta anos, e tenho certeza de que continuará atuante por mais outros trinta, e mais trinta – de modo que meus filhos, meus netos e os filhos e netos de tantos quantos dela gostem, possam aproveitar tudo o que essa terra magnífica tem de bom.

Rosa Klabin

Advogada e filantropa

Voos mais altos

Tenho lembranças maravilhosas da Ilha Grande dos meus tempos de adolescência. Algumas das mais marcantes são as que me trazem de volta reminiscências de longas caminhadas com meu pai, Armando Klabin, por aquelas trilhas que pareciam caminhos do paraíso, e, ao fim delas, por algumas das mais belas praias do mundo.

Em retrospecto, me vêm à mente não só imagens até hoje muito claras de paisagens inigualáveis, mas também a lembrança de percep-





ções subjetivas, como a paixão que ele não escondia por aquelas terras. De fato, era impossível não se deixar dominar por um sentimento de amor por aquele verde que se espalha no mar e emenda na vegetação de Mata Atlântica, que começa de um ponto onde nossos pés ainda estão cobertos de areia.

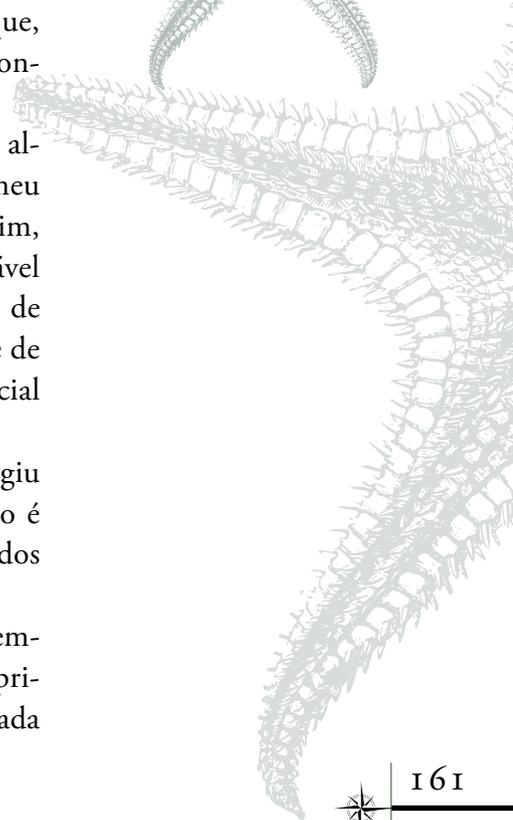
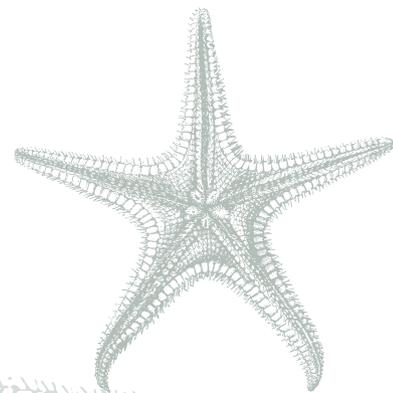
Nessas caminhadas, algumas coisas eram frequentes, como o seu visível incômodo quando se deparava, nas trilhas, com um resto de plástico, latinhas vazias ou qualquer outro sinal de desrespeito à natureza deixado por pessoas sem consciência da agressão que representava cada pedaço daquele rastro de incivilidade.

Eu me lembro que ele se abaixava para catar aqueles restos abusivos, ia juntando num saco para depois descartá-los no local adequado. E também se incomodava de ver na ilha crianças e adolescentes que, fora do horário escolar, pareciam não ter muitas perspectivas no contexto de um quadro social de poucas oportunidades.

Não tenho dúvida de que a gênese da Brigada Mirim está, em alguma medida, ligada também a esses passeios. As conversas com meu pai, além de terem contribuído decisivamente para despertar em mim, desde cedo, o que hoje se consolida como uma consciência responsável no que diz respeito a questões ambientais, aquelas manifestações de preocupação com a preservação da Ilha Grande e com a necessidade de dar forma a alguma ação de redução de danos de um problema social histórico se consubstanciaram na criação da Brigada.

O grupo ao qual meu pai se juntou para dar vida à Brigada agiu bem, e a entidade se consolidou – embora com dificuldades, como é da natureza de instituições que vivem de doações e da boa vontade dos apoiadores.

Não me engajei diretamente em projetos da entidade, mas me lembro com especial orgulho de ter sido responsável pela doação dos primeiros computadores a serem instalados na sede do Abraão. A Brigada



Mirim havia conseguido obter o sinal de internet, mas não tinha recursos para comprar os PCs. Coincidiu que, nessa época, um amigo estava renovando sua rede de informática e queria doar os aparelhos usados, mas ainda em excelente estado. Fiz a intermediação e a Brigada pôde, enfim, se conectar à *web*.

Hoje, trinta anos depois, a questão do lixo parece bem encaminhada em boa parte da ilha. É uma demanda permanente; ainda há aqueles recalcitrantes, turistas em especial, mas também moradores locais, que incorrem em agressões ao meio ambiente. No entanto, de maneira geral, já não se vê tanto lixo nas trilhas e praias.

É emocionante observar que a Brigada Mirim teve uma participação fundamental nessa conscientização, seja por suas ações empíricas de defesa do patrimônio ambiental de uma das regiões mais bonitas do planeta, seja pelas abordagens assertivas aos turistas, estimulando-os a não poluir as trilhas e praias, parte de ações mais amplas para comprometer os visitantes e ilhéus com princípios de sustentabilidade. E, pelo viés social, é comovente ver como os projetos desenvolvidos são responsáveis por ampliar as perspectivas cidadãs e profissionais de tantos jovens que por ali passam.

A Brigada Mirim montou uma base com fundações sólidas o suficiente para crescer ainda mais. Ocupar a garotada no contraturno da escola foi uma grande ideia, um conceito que poderia – mais do que isso, deveria – ser estendido para alcançar o maior número possível de jovens. A Brigada tem uma consolidada marca de seriedade, por incutir nos brigadistas uma noção de responsabilidade na esfera da cidadania, e ampliar o alcance desse princípio de trabalho seria uma conquista bem-vinda para toda a comunidade da região.

Wolff Klabin
Empresário





A importância da cidadania

Nós vivíamos entre Angra dos Reis e Petrópolis, acho que metade do tempo numa cidade, metade em outra quando saíamos do Rio. Em Angra, íamos ao Iate Clube de Angra dos Reis (Icar). Começamos a frequentar a Ilha Grande indo para a casa do meu tio Israel – *Klabin, ex-prefeito do Rio de Janeiro*. Só depois é que meu pai, *Armando Klabin*, comprou a casa na Praia do Sobrado, quando eu tinha mais ou menos 10 anos.

Na ilha, meu pai se sentia em casa. Nós acompanhávamos os movimentos dele para reunir as pessoas, estimulando-as a se envolver em ações contra o acúmulo de lixo nas praias e trilhas, boa parte desses detritos deixada por turistas sem consciência do mal que estavam fazendo a um santuário ecológico. Nós crescemos vendo-o sempre engajado em causas sociais, tentando ajudar próximo – e ele se tornou um exemplo não só para os filhos e para a família, mas para tantos quantos dele se aproximam.

Víamos como ele se atormentava, o fluxo de visitantes aumentando e, na mesma medida, o problema do lixo se avolumando. Mas, além de se preocupar com essa demanda no âmbito da preservação ambiental, ele queria fazer algo para ajudar os jovens moradores da ilha, crianças e adolescentes que não tinham muita opção de vida, quase nenhuma oportunidade de desenvolver uma consciência para além dos horizontes insulanos, então muito mais restritos do que hoje.

Meu pai buscava incrementar algum tipo de programa que juntasse esses dois lados: – o da preservação do meio ambiente da ilha e, no aspecto social, desenvolver um projeto que abrisse aos jovens a oportunidade de contribuir na composição da renda familiar, entre outras coisas. Enfim, um plano que estimulasse os adolescentes a pensar no futuro do meio ambiente da região em que nasceram, se criaram e nela viviam, ao mesmo tempo que pudessem ser recompensados com alguma dotação financeira para ajudar em casa.

Era um conceito moderno de trabalhar em defesa do meio ambiente, de dar sua contribuição à luta por um mundo melhor. Esse caminho levou



à criação da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande, uma entidade na qual os jovens aprendem noções de coleta seletiva para reciclagem de resíduos sólidos e outras disciplinas – como a bem-sucedida maricultura.

Meu pai enfrentou muitas dificuldades para criar a Brigada Mirim. A preocupação com o meio ambiente e o seu prazer de ajudar o próximo são qualidades admiráveis, mas não é todo mundo que tem essa consciência. Estimular essas noções de cidadania nas pessoas nem sempre é fácil. Ele sempre nos incentivou a ajudá-lo. E nós sempre estivemos do seu lado nessa empreitada. Nós ficávamos ali, apoiando, dando ideias, acompanhando de perto sua luta. Esse convívio, testemunhando sua movimentação em defesa da Ilha Grande, para além da relação familiar, foi importante para nos ajudar a desenvolver uma consciência cidadã. Hoje, partilhamos as mesmas preocupações e vamos – seus filhos e netos – continuar nesse caminho, porque meu pai nos mostrou que vale a pena.

Para o futuro, é patente que a Ilha Grande precisa de regras para que ali se exercite um turismo de excelência, um turismo que não seja predatório – e isso implica estabelecer ações não só para aperfeiçoar os serviços dessa atividade, mas também criar e consolidar mecanismos de defesa do meio ambiente. Se o acesso dos visitantes não for regulado, se não forem fixadas normas para controlar o fluxo de turistas, logo as demandas do meio ambiente crescerão. Nesse aspecto, o papel da Brigada tem sido, e continuará sendo, muito importante.

Mas a atuação da entidade, por si só, não me parece que seja suficiente para conter os riscos. O volume de ações necessárias para preservar a ilha da degradação requer a participação de órgãos com maior poder de intervenção, o recurso a estruturas de que só o poder público dispõe e a estreita colaboração da iniciativa privada. Esse é o caminho para manter esse paraíso natural como tal, e a salvo da degradação ambiental.

Daniela Klabin Basílio
Socióloga





Empreendimento de sucesso

Uma das coisas que mais me chamaram a atenção, bem no início da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande, foi uma camisa que eles fizeram, com um desenho do Ziraldo reproduzindo o símbolo da paz. Aliás, até hoje esse é o símbolo da entidade. Aquilo, para mim, foi marcante. Ao ver a camisa, imaginei que aquele grupo, com meu pai à frente, estava criando um empreendimento ligado à paz. E tive a certeza de que não faltariam parcerias para comprar a ideia de unir, sob o tal símbolo, ações relativas à ecologia e à participação de jovens num programa de estímulo à cidadania. Orgulhoso, eu pensava: – Meu pai (Armando Klabin) está fazendo uma coisa bacana.

Só mais tarde vim a compreender que os jovens da ilha podiam ter uma capacitação, podiam ter atividades, aprender línguas, ser orientados no sentido de desenvolver ações no terreno da sustentabilidade. Eu via os meninos saindo do Abraão para cuidar daquelas praias que gostávamos de frequentar, as praias paradisíacas da Ilha Grande. Elas eram quase desertas, mas já sofriam com o acúmulo de algum lixo. Eu via esse movimento dos garotos, e raciocinava: – Meu pai criou um projeto para limpar as praias da ilha. Então, ele é um cara que está realmente pensando em proteger a Ilha Grande para as futuras gerações.

Nós contávamos essa experiência para os amigos que iam para a ilha com a gente. Percebemos que não se tratava de um empreendimento comparado, por exemplo, ao mero serviço de limpeza urbana, como se fosse a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) de hoje, e sim de um projeto com algo mais. Era mais amplo, tinha uma coisa organizada por trás, dava capacitação para os jovens, administrava-lhes noções de compromisso com o meio ambiente, tinha um potencial para lhes estender os horizontes.

Os garotos distribuíam sacos ecológicos e orientavam os turistas a depositar seu próprio lixo nas sacolas. Eram ações importantes para reduzir as consequências, nem sempre saudáveis, do crescimento do turismo na Ilha Grande. Era um trabalho sério, importante para manter limpas as praias. Esse ainda é um pro-



blema atual, o acúmulo de sujeira na ilha decorrente de um fluxo desregulado de visitantes, de pessoas que vão para lá sem compromisso com a preservação ambiental ou, ainda, apenas com o objetivo de explorá-la comercialmente.

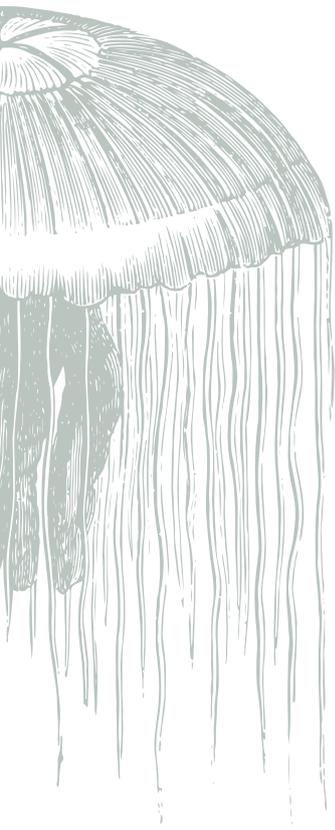
Meu pai é uma das pessoas que mais se preocupam com a saúde ambiental da ilha – mais, bem mais do que muita gente que dali tira o seu sustento. Não há como não sentir orgulho desse trabalho, não há como olhar para dentro de casa, vê-lo e não pensar: “Está aí um símbolo, uma pessoa marcante na história recente da Ilha Grande”.

Nós torcíamos com ele para o projeto dar certo. Acompanhávamos seus movimentos para envolver empresas e empresários na captação de recursos, cruciais para a sobrevivência da Brigada. Ele trabalhou intensamente para convencer as pessoas a acreditar no projeto, para mostrar que não se tratava apenas de desenvolver ações de proteção física da ilha, mas de um empreendimento em prol de toda a comunidade: ilhéus, visitantes, donos de propriedades etc. E deu certo.

Há trinta anos a Brigada é um empreendimento de sucesso, cumprindo uma agenda moderna. Qualquer garoto que saia dali tem pelo menos uma base de conhecimento de computação, de língua estrangeira, de maricultura, de reciclagem, tem consciência ecológica.

Eu tinha muitos amigos na Ilha Grande. Íamos para o Abraão, e eu intuía que os garotos de lá não contavam com muitas perspectivas de mudar de vida sem necessariamente terem de sair dali. Muitos, com certeza, saíam da ilha, abandonariam uma história de família, deixariam para trás um legado histórico, tradições, não poucas vezes, com o risco de se perderem na vida, de serem atraídos para o lado sombrio da sociedade.

Em reuniões das quais participo na Brigada Mirim, o que percebo é que a maioria dos colaboradores efetivos é de pessoas externas. Pessoas como meu pai. Há empresas que apoiam, mas também não são de lá. Numa dessas reuniões, fiz ver que devíamos empreender um grande esforço para comprometer um número maior de moradores com a manutenção da Brigada. É um benefício



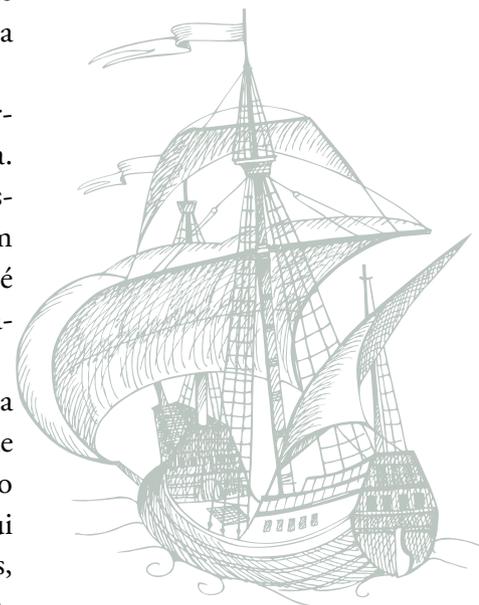


para eles manter a ilha limpa – mais importante do que para o meu pai ou para quem não vive lá. Quem mora ali devia ter mais compromisso com sua terra. É o mundo deles, e se aquilo ali acabar, junto acaba o seu mundo.

São pessoas que vivem da renda da pousada, do barco-táxi, até mesmo de serviços eventuais. Elas precisam se dar conta de que investir num projeto como o da Brigada lhes assegura retorno garantido, na forma de bons profissionais para trabalhar em seus negócios. Com mais verbas, a Brigada pode ampliar seu raio de ação para capacitar mais jovens.

Ainda é muito pequena a interação entre a Brigada e os comerciantes que têm na ilha sua fonte de sustento. Ela precisa ser ampliada. A contrapartida da Brigada para os ilhéus é não só aumentar sua consciência ambiental, mas também facilitar sua interação com quem vem de fora. A maior ameaça ao bioma local não está em quem vive lá; é exógena. O turista leva dinheiro, mas infelizmente também carrega mазelas, como o lixo e a sobrecarga sobre os serviços básicos.

A Brigada deve ampliar mais suas fronteiras, e o setor comercial da ilha tem de estar ligado a essa demanda. Os comerciantes usam o dinheiro que ganham para crescer e ganhar mais dinheiro. Aplicam os lucros sempre no próprio negócio, esquecendo-se de investir na formação de pessoal. Daqui a pouco, começarão a ter preocupações com a baixa excelência dos serviços, serão obrigados a buscar gente de fora – o que implica ter custos aumentados com a mão de obra. O comerciante terá de gastar dinheiro para alugar um gerente vindo do continente, quando poderia ajudar a formar esse próprio gerente dentro da ilha, com investimento menos oneroso – inclusive, com a vantagem de dispor de um quadro de empregados com gente do local, gente que conhece a ilha, gente mais apta a resolver pequenos problemas do que o funcionário que vem de fora e não está ambientado.



José Klabin
Empresário



Ações afirmativas de sustentabilidade

Voltar-me para a Ilha Grande com o olhar de trinta anos atrás corresponde a retornar a um tempo em que ainda criança, com 10, 11 anos, eu via meu pai, Armando Klabin, juntando-se aos amigos para incontáveis rodas de conversa, todos entre o prazer de estar nesse paraíso e as preocupações, unanimemente compartilhadas, com os primeiros sinais de agressão a um santuário ecológico inigualável no mundo. As dores de cabeça, então, eram principalmente com o lixo acumulado, largado por despeixo pelos turistas que vinham do continente e deixavam um rastro de descuido em trilhas e praias.

Hoje avalio que, apenas com a vaga ideia decorrente da observação de uma criança, provavelmente sem ter ainda a exata dimensão da importância daqueles encontros entre meu pai, os moradores e donos de propriedades na ilha, eu estava testemunhando o nascimento de um projeto – o da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande – que, três décadas depois, é a história de um empreendimento de sucesso sob todos os aspectos.

A Brigada tornou-se uma referência na vida insulana, seja sob o ponto de vista de suas ações na defesa do meio ambiente da ilha, seja pelo aspecto social, responsável por, ao investir no futuro de jovens brigadistas, dotá-los de uma consciência ecológica inquebrantável, a par de lhes abrir oportunidades no campo do empreendedorismo e contribuir para consolidar seu aprendizado formal.

Para se ter uma ideia da ligação de nossa família com a Ilha Grande, registre-se que ali passamos ao menos 80% de nossas comemorações do *réveillon*. Uma das grandes referências do meu pai na sua decisão de se estabelecer na ilha foi seu sogro, Eduwaldo Lisboa. Meu avô materno, exímio mergulhador e praticante de caça submarina nos anos de 1950, 1960, foi um pioneiro de Angra dos Reis. Pioneiro e apaixonado. Minha mãe, Rosa, foi criada na cidade, e essa ligação afetiva da família do meu avô foi determinante para,



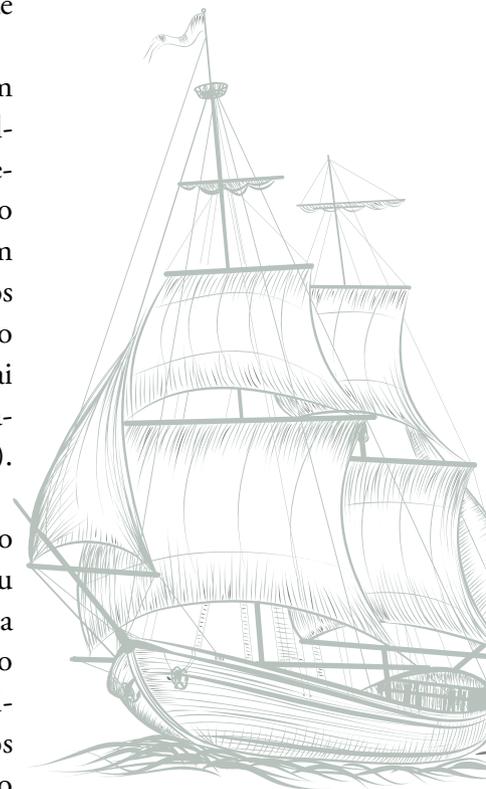


mais tarde, meu pai também se apaixonar pela região – em especial, pela Ilha Grande. Um amor que ele retribuiu na forma de uma entidade que reúne ações de cuidados contra agressões ambientais, movimentos afirmativos de redução de danos e estímulo ao desenvolvimento social de uma comunidade historicamente vítima da leniência dos poderes públicos.

Meu pai teve muita dificuldade para consolidar a ideia de criar um movimento com o perfil da Brigada Mirim, ou seja, estimular o desenvolvimento de uma consciência ecológica e, ao mesmo tempo, convocar meninos da ilha dando-lhes um auxílio financeiro, mas com o compromisso de não interromperem os estudos formais na escola. Eu lembro que um juiz chegou a ir à Ilha Grande com o propósito de vetar a participação dos jovens nos primeiros movimentos da Brigada, sob o argumento de que o suposto contato deles com o lixo seria prejudicial à saúde. Mas meu pai foi em frente, sempre contando com o precioso auxílio de amigos e moradores da ilha. Recordo-me, em especial, de dona Janeth (*Dias de Araújo*). Ela foi, talvez, a maior incentivadora da criação da entidade.

De minha parte, acho que a maior contribuição foi ter conseguido um barco para a Brigada Mirim, antiga reivindicação da entidade. Eu tinha uns vinte e poucos anos, e decidi me encarregar de resolver essa necessidade. Consegui graças a uma doação da Tetra Pak. Fui a São Paulo procurar seus executivos, junto com Paulo Petterle, na época diretor de Operação da Klabin. Foi o Paulo quem conseguiu os contatos para mim. Acabei falando diretamente com o presidente do grupo no Brasil, Nelson Findeiss. Mostrei-lhe o projeto da Brigada e a agenda da entidade; ele se encantou e saiu de lá “com o barco debaixo do braço”.

Em relação ao futuro, é preciso ter em mente o que será feito, ou o que pode vir a ser feito na Ilha Grande. O principal é que a ilha precisa se proteger da degradação, fechar-se contra os riscos que a ameaçam. Como Fernando de Noronha, por exemplo, ou como Foz do Iguaçu. São dois exemplos de regiões expostas ao turismo, mas que tomaram



cuidados contra a deterioração. Há um turismo sem prejuízo para a qualidade da preservação do meio ambiente.

Por que não seguir essa ideia e trabalhar em conjunto com a iniciativa privada, para regular o acesso e o fluxo de turistas? Nisso, a Brigada pode ter uma participação decisiva, integrando-se a um movimento mais amplo com esse perfil, de modo a desenvolver na ilha um turismo de excelência. Por que não cobrar uma espécie de ingresso ou criar uma taxa de turismo, como muitas cidades da Europa fazem? A verba daí resultante reverteria para a ilha na forma de serviços, não só no setor do turismo, mas também no aperfeiçoamento do sistema de coleta de lixo, do saneamento, da iluminação pública etc.

A ilha tem um bioma que encanta o mundo, pois reúne numa só região maravilhas naturais indescritíveis. Mar, floresta, acidentes rochosos – são elementos que enchem os olhos do turista. É preciso que, em contrapartida, os visitantes se sintam comprometidos com a preservação desse santuário. Há trinta anos, a Brigada faz a sua parte. E há de continuar fazendo por, pelo menos, outras três décadas.

Bernardo Klabin
Empresário

Educação e capacitação

Quando vim morar na Ilha Grande, em 1998, a Ipaum Guaçu dos índios tupinambás já convivia com o filtro ambientalista que a Rio 92 – a grande cúpula intercontinental do meio ambiente – lançara sobre o planeta como a pedra angular da salvação do mundo. Convivia, mas pouco se beneficiava dele. O pulmão insulano de Angra dos Reis ainda não se dera conta inteiramente de que os ventos preservacionistas sopravam com força insuficiente para mudar um quadro de riscos, se não





já de degradação, que então entrava num período frenético de agravos contra esse pedaço do paraíso que reúne o que talvez seja o mais completo exemplo de biodiversidade do mundo.

A cunha no remanso da ilha fora fincada no início dos anos 1970, quando a ampliação do sistema viário de acesso à Costa Verde começou a ser moldada e implantada entre o sul fluminense e o litoral norte de São Paulo. Irrefreável, a ocupação desregrada da Baía da Ilha Grande, em especial de sua porção insular mais preciosa, então já reclamava ações de contenção de feridas abertas e de redução de danos, sob pena de o bioma perfeito, celebrado em todo o mundo, se macular irreversivelmente.

No final dos anos 1990, o mundo se mobilizava contra a degradação ambiental. Mas aqui na ilha, à época da minha chegada, as ameaças ao meio ambiente cresciam. No entanto, na contramão da completa leniência legada de outros tempos, que paralisava a sociedade e o poder público frente a tais riscos, a Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande implantava, fazia quase dez anos, um programa de ação de notável identificação com a agenda de demandas ambiental e social da ilha.

Era, já então, uma contribuição decisiva, participativa e de perfil moderno da entidade aos princípios da sustentabilidade. Com isso, a Brigada Mirim emulava na ilha, a partir da Vila do Abraão, aquilo que a pauta da Rio 92 podia conter de anteparo ambientalista para a região. E, não só por subjacente, mas em boa parte em decorrência da expressa preocupação de seus fundadores, tratava-se também de um exemplo de como enfrentar, pelo solidário compromisso moral e de consciência, demandas no campo do contencioso social.

A ideia da criação da Brigada Mirim partiu de uma proposta aparentemente simples: enfrentar empiricamente o dilema do lixo que se avolumava, em proporções exponenciais, na razão direta da irrefreável ocupação da ilha e, ao mesmo tempo, oferecer a jovens caíças a oportunidade de se capacitar em atividades cujo campo de ação a opulenta



biodiversidade local lhes franqueava. Daí para a ampliação da agenda da Brigada – oferta de cursos, implantação de um apreciável projeto de maricultura e outras ações dentro do seu perfil programático – deu-se um alargamento quase natural dos horizontes da entidade.

Cabe aqui um parêntese para advertir: esse caminho multidisciplinar poderia parecer mera obra do determinismo. Mas, na verdade, é de se frisar que a ampliação do raio de atuação da Brigada teria ficado engessada na gaveta das possibilidades não fosse a visão empreendedora e o compromisso de homens e mulheres – o empresário Armando Klabin à frente – nos movimentos que levaram à criação e consolidação da entidade. Primeiro, na árdua luta para lançar os alicerces da organização não governamental. Segundo, e ela uma vez fundada, para consolidá-la como instrumento de ação política, no sentido mais amplo do enfrentamento de demandas crônicas da Ilha Grande.

A Brigada Mirim completa trinta anos com um passado que enche de orgulho todos quantos se envolveram em sua história – empresários que a idealizaram, outros que a custearam (e custeiam), empresas com visão moderna de política de sustentabilidade que a apoiam, personalidades insulanas que a ajudaram a se tornar uma realidade e a se consolidar como instituição crucial na defesa da Ilha Grande, diretores, funcionários, brigadistas, ex-brigadistas e a comunidade em geral. E, se pelo seu passado tem a entidade a imagem de um empreendimento vencedor, igualmente o que se delineia é um futuro radioso, em vista do que já consolidou e de projetos que certamente entrarão na sua agenda como decorrência da sólida base sobre a qual se plantou essa organização não governamental

O binômio educação-capacitação é excelente balizador para as atividades da Brigada Mirim, nas quais se incluem ações de inclusão, de aprimoramento moral e profissional, de conscientização cidadã, por meio de programas e projetos que visam a complementar a formação





do ensino formal dos brigadistas. Uma evidência concreta disso é sua bem-sucedida trajetória nestes trinta anos. A Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande está de parabéns pela emocionante história destas três décadas e, antecipadamente, pela crônica que há de ser escrita para registrar os passos vindouros da entidade.

Nelson Palma

Diretor-presidente da OSIG e
editor do jornal *O Eco*

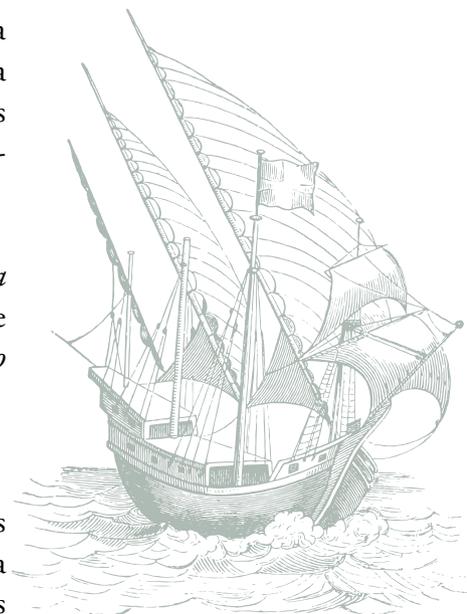
Compromisso honrado

Sou amigo da família Klabin desde sempre. Velejei por vários anos com Israel. Corremos muitas regatas, no Brasil e lá fora. Ganhamos a Buenos Aires–Rio, uma Santos–Rio, diversas outras. De comum temos também um imenso amor pela Ilha Grande, que eu já frequentava antes mesmo de Israel e Armando terem casa lá. Eu ia muito para a casa de um tio, na Praia Abraãozinho, na enseada onde Armando tem a casa dele.

Embora seja frequentador da ilha há mais tempo que eles, eu só comprei minha casa depois que Israel e Armando compraram as deles. A minha fica na Praia da Bica, onde sou vizinho de Israel, no Morcego.

Foi na qualidade de amante da Ilha Grande, preocupado com a preservação desse maravilhoso exemplo de biodiversidade, que participei, com empenho e cheio de esperança, do movimento que levou à criação da Brigada Mirim Ecológica. Embora Armando tenha reunido um grupo entusiasmado de empresários e ilhéus, pode-se dizer que esse foi um projeto que se consolidou graças, em sua quase totalidade, a seu empenho pessoal.

Era uma época em que eu frequentava muito a Ilha Grande, bem mais do que hoje em dia. A Brigada Mirim revelou-se uma iniciativa maravilhosa, e não só pelo trabalho de conscientização da garotada, que



leva para toda a vida conceitos como o respeito à vida, à ética, à cidadania. Mas também porque, em sua agenda, a Brigada dá especial atenção à conscientização de turistas e ilhéus.

É exemplo de esperança no cuidado com a Ilha Grande observar as barcas chegando e os meninos entregando aos visitantes os folhetos com orientações sobre como aproveitar a beleza desse bem natural sem lhe macular o bioma. Além disso, os jovens desenvolvem um importante trabalho de limpeza e manutenção das praias. Isso tudo sem contar o aspecto social do projeto, que tem o cuidado de dar a jovens ilhéus, nas horas em que não estão na escola, o complemento de sua formação educacional, oferecendo-lhes a oportunidade de ocupar o tempo no qual ficariam ociosos com atividades de capacitação que lhes servirão de base para seu futuro profissional.

Isso tudo, sempre é bom reforçar, graças a um esforço muito grande do Armando, que sempre esteve à frente da empreitada e a quem a Brigada Mirim deve muito de sua consolidação ao longo destes bem-sucedidos trinta anos.

A Brigada Mirim já faz parte da história da Ilha Grande, e sempre terá um importante papel a cumprir na defesa desse bioma que encanta o mundo. E a presença da entidade se torna mais significativa, e crucial, diante de uma realidade que se impõe como desafio para quem gosta da ilha. O crescimento irrefreável do turismo, por exemplo, é um deles. Sem dúvida, aquela região tem uma vocação natural para esse tipo de atividade, mas é preciso que seu desenvolvimento obedeça a regulações.

A instituição de regras que não inibam o turismo, mas que ao mesmo tempo protejam a Ilha Grande da degradação, é um papel do poder público. Assim como lhe compete defender a comunidade como um todo – moradores e comerciantes – dos riscos decorrentes de eventuais ataques predatórios. Mas entidades como a Brigada Mirim também têm o compromisso de dar uma contribuição decisiva a esse processo de otimização do uso do espaço da ilha. A Brigada tem feito a sua parte





ao longo desses trinta anos. E tenho certeza de que continuará a fazê-lo, dentro de sua perspectiva social e ambiental.

Paulo Frederico Campos Barrozo
Empresário

Troca de conhecimentos

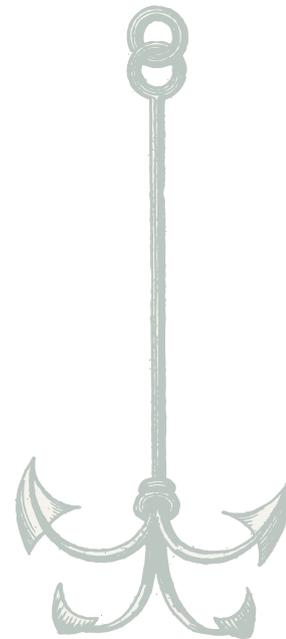
O Aquário Marinho do Rio de Janeiro (AquaRio) tem com a Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande uma promissora relação de troca de conhecimentos em maricultura, especialmente quanto ao cultivo de algas. O intercâmbio de informações, de *know-how* e eventualmente de tecnologia atende aos dois lados desse protocolo de colaboração, e é parte importante do desenvolvimento da cultura de espécies em fazendas marinhas.

No AquaRio, temos conhecimentos que transmitimos aos jovens da Brigada Mirim; os jovens brigadistas, por sua vez, fazem em campo diversos trabalhos de maricultura, numa experiência que para nós é enriquecedora. Essa troca abre a perspectiva de, no futuro, ampliarmos a parceria para ações em pesquisas científicas, *in loco*, no ambiente marinho.

O intercâmbio abre também as portas para programas em que meninos da Brigada Mirim façam atividades de capacitação no AquaRio – até mesmo de aperfeiçoamento de práticas e conhecimentos já desenvolvidos nas fazendas marinhas mantidas pela entidade na Ilha Grande.

Já se tornou um princípio consagrado que a aquicultura é o caminho natural para conservar o ambiente marinho, inclusive na reprodução e defesa da população de peixes. Apenas para citar um exemplo, fazemos no AquaRio a reprodução de quatro espécies de arraias ameaçadas de extinção.

O AquaRio foi criado com o propósito de desenvolver trabalhos nos campos da educação, da pesquisa e da conservação. No que diz respeito à educação, recebemos para visitas crianças não só de escolas públicas e priva-



das, mas de entidades ligadas a trabalhos sociais. São jovens que, em situações normais, não têm condições de visitar o aquário pagando entrada. Um dos grandes propósitos do AquaRio é pôr os jovens em contato com o ecossistema marinho, para que o conheçam e entendam a necessidade de preservá-lo.

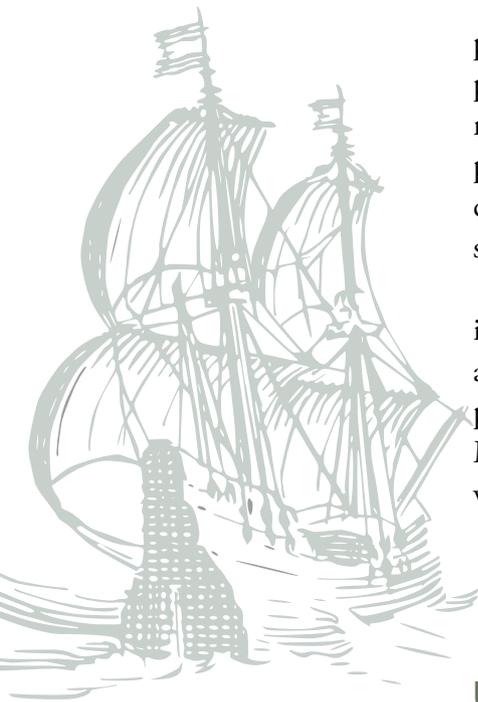
A relação com a Brigada Mirim entra nessa linha, mas é mais ampla. Ou seja, além da nossa programação normal de receber crianças para visitas educativas, sempre existe a possibilidade de avançar, formando pequenas turmas orientadas por nossos biólogos, de modo a passar aos jovens informações sobre os organismos marinhos e outros conhecimentos. Caso, por exemplo, do estudo de corais, peixes, de uma série de aspectos relacionados ao ambiente marinho.

No caso específico da Ilha Grande, muitas vezes as pessoas não têm ideia do que é aquele ecossistema, sequer de sua importância. Desconhecem a quantidade de espécies que vivem ali, nas florestas e na água do mar. É um paraíso que tem de ser preservado. É um ambiente que junta dois biomas – a Mata Atlântica e o mar. Essa é uma das particularidades que mais atraem o visitante estrangeiro, um espetáculo maravilhoso que precisa ser defendido.

Marcelo Szpilman
Diretor-presidente do AquaRio

Um sonho realizado

Entrei na Brigada Mirim em 1994, como brigadista, quando tinha 14 anos. Nessa época, a entidade, criada havia cinco anos, já era uma porta de entrada no mercado de trabalho para jovens que, como eu, não tinham muitas perspectivas numa realidade social de muitas demandas e poucas oportunidades. Sou caiçara, nativo da Ilha Grande, e conheci de perto essas dificuldades. Como muitos da minha idade na época, eu me entusiasmei com a proposta da Brigada de formar grupos de adolescentes para capacitá-





-los em algum tipo de formação. E, sem dúvida, também a ajuda de custo para os brigadistas foi um fator determinante na minha escolha.

Quando completei meu período de brigadista, ao fazer 18 anos, mantive ligação com a Brigada, colaborando na consolidação do projeto de viveiro de mudas de árvores nativas – um trabalho que demonstra como se ampliaram, em um curto espaço de tempo, os horizontes de uma entidade que havia nascido praticamente voltada para enfrentar a questão do lixo em praias e trilhas da ilha, além, claro, do seu cunho social.

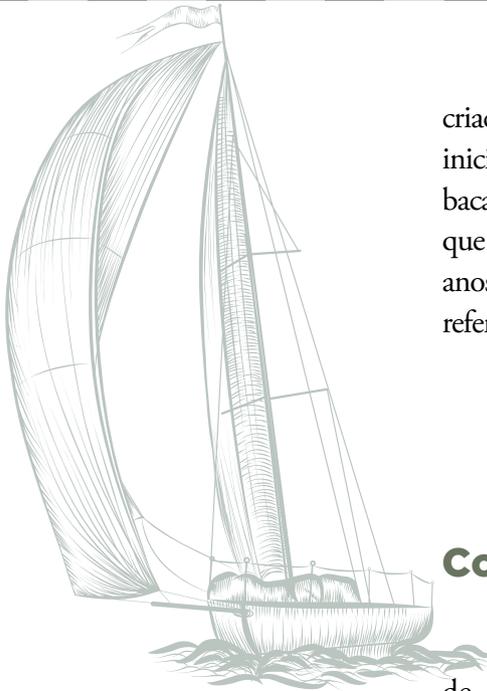
Aí apareceu, no início dos anos 2000, a oportunidade de trabalhar como supervisor, cargo que ocupei com o maior orgulho até por volta de 2016. Vivi de perto as dificuldades que cercam a administração de uma organização não governamental que depende, em praticamente tudo, das doações que recebe. Essa sempre foi uma questão em aberto na Brigada, pois eventuais reduções nos valores doados sempre interferem na logística de forma preocupante.

Imagine o que é montar uma estrutura, por exemplo, para manter uma fazenda marinha. É preciso organizar esquemas para pegar as sementes de *coquilles*, o que era feito numa traineira lenta, numa travessia demorada até o continente. Era preciso ir lá, pegar as vieiras, botar na fazenda... Tudo isso implica dispendir muito trabalho, exige uma estrutura que, com pouco dinheiro para custeio, torna-se muito difícil manter.

Mas superar dificuldades parece estar implícito nesse tipo de projeto, e nós, brigadistas, sempre encaramos com boa vontade os desafios que surgem. Como supervisor, meu papel – que procurei cumprir com o máximo empenho – era de orientar os meninos, encontrar soluções criativas para os problemas, incentivá-los a cada passo à frente dado pela Brigada.

Dificuldades sempre vão aparecer. A própria história da criação da Brigada Mirim é um exemplo disso. Todo mundo achava que a ideia não vingaria, o que é uma espécie de “tradição” na ilha: o que se pensa em geral é que tudo o que se começa fica pelo meio. Mas a perseverança do doutor Armando Klabin foi determinante. Ele juntou um grupo forte, consciente da importância da





criação de uma entidade que juntasse ações em defesa do meio ambiente e iniciativas para as demandas sociais dos caiçaras. Ou seja, o sonho de uma ideia bacana, que esbarrou em naturais dificuldades iniciais, soava como uma meta que viraria fumaça. Mas o projeto foi implantado, consolidou-se e hoje, trinta anos depois, a Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande, tendo se tornado uma referência positiva, comemora uma bonita história de sucesso.

Rodrigo de Oliveira Chagas

Trabalhador autônomo,
foi supervisor administrativo da Brigada

Comunhão de ações

Estamos vivendo um momento ímpar de conquistas para a cidade de Angra dos Reis, fruto de um trabalho forte de planejamento e de gestão moderna das políticas públicas, com foco em resultados que proporcionem melhoria da qualidade de vida do cidadão angrense e de seus visitantes. No entanto, para que essas políticas alcancem seus objetivos são fundamentais o envolvimento e a participação da sociedade, seja o setor empresarial, a sociedade civil organizada ou o cidadão.

Um dos frutos desse trabalho é a declaração da Baía da Ilha Grande como Patrimônio Natural da Humanidade. Mas a satisfação desse reconhecimento é proporcional à responsabilidade de preservar, de cuidar da nossa baía.

Se essa é uma responsabilidade irrevogável dos poderes públicos, também é, se não na mesma medida, mas por certo na medida de uma cidadania consciente, um compromisso de toda a sociedade. Uma comunidade participativa, ajuizada, ciente do seu papel, é a linha auxiliar do Estado naquilo que, pelo conjunto de suas instituições, ele encarna como guardião do bem comum.

E como exemplo dessa interação vem a Brigada Mirim Ecológica, que há trinta anos contribui para impulsionar o desenvolvimento social das comuni-





dades da Ilha Grande, com oferta de trabalho, educação e noções de cidadania aos jovens, melhorando sua formação e aprimorando o exercício de seus deveres e direitos como cidadãos. Ao mesmo tempo, em suas atividades presta serviços de extrema relevância à preservação, à sociedade local e ao turismo sustentável.

O município de Angra dos Reis saúda a Brigada por suas três décadas de atuação sempre atenta em defesa da Ilha Grande, seja pelo cuidado com o meio ambiente, seja pelo viés social da entidade. Tais são os pontos de uma agenda positiva, antenada com o compromisso geral de prover a ilha de ações em defesa do seu bem-estar.

Mario dos Reis

Presidente do Instituto Municipal do Ambiente
de Angra dos Reis

A sociedade como guardiã

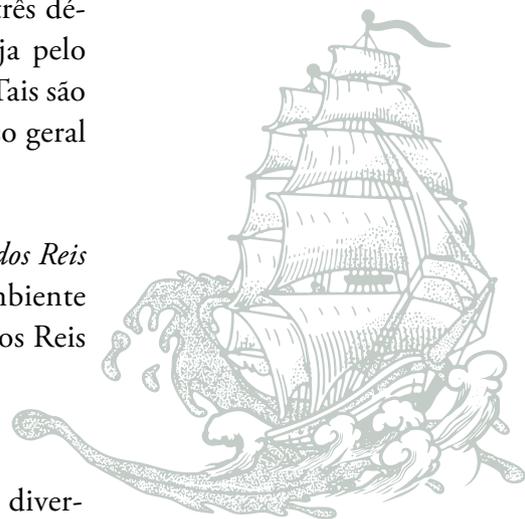
A Ilha Grande é uma região única, por sua preservação e diversidade ambiental. A sociedade deve atuar como guardiã, vigiando e contribuindo para que o turismo seja cada vez mais sustentável e que as próximas gerações possam desfrutar a ilha da mesma forma.

Ações locais de entidades como a Brigada Mirim, associações de moradores, de barqueiros ou de meios de hospedagem são fundamentais, pois presenciam no dia a dia tanto a beleza quanto os problemas da ilha.

Há inúmeras ameaças a esse patrimônio público, geralmente impulsionadas por interesses pessoais, e é necessária a contribuição de todos, junto a especialistas e representantes do governo, para somarmos forças em busca das melhores soluções.

Bruno Siqueira

Gerente da Pousada Albatroz





Daniel V. Feitosa
(Abraão)



João Ignácio Nascimento
(Abraão)



Quezia Jesus da Silva
(Abraão)



Rafaela Gomes
(Abraão)



Andréia Paula da Silva
(Abraão)



Philippe Souza Costa
(Abraão)



Alexsander Bispo
(Abraão)



João Henrique de Souza
(Abraão)



Andrielle de B. Pereira
(Abraão)



Kauan Santos da Silva
(Abraão)



Vinicius Alves
(Abraão)



Patrick Garcia
(Abraão)



Layra Vilas Boas
(Abraão)



Ian Pablo Souza
(Abraão)



Flavia de Jesus Santos
(Abraão)



Diego Pereira dos Santos
(Abraão)



Micael F. Chagas
(Abraão)



Gabriel V. de Oliveira
(Abraão)



João Gabriel R. Luiz
(Abraão)



Aruanã Z. M. Rocha
(Palmas)



Matheus Freire Fusco
(Palmas)





Emelly de S. Luiz
(Longa)



Bruno Rosa Nunes
(Longa)



Rayanne Nunes dos Santos
(Longa)



Breno Nunes M. Glória
(Longa)



Davy Nunes
(Matariz)



Carlos E. N. dos Santos
(Matariz)



Diogo Geraldo
(Matariz)



Victor Rodrigues
(Dois Rios)



Andrews M. de O.
Santos (Dois Rios)



Ubiratan Campos
(Dois Rios)



Julia Almeida
(Dois Rios)



Jorge Luiz C. da S. Filho
(Bananal)



Carlos Eduardo dos Santos
(Bananal)



Pedro Paulo Ribeiro Vieira
Diretor Administrativo



Ulisses Mansur
Supervisor Administrativo



Rafael Marques
Auxiliar Administrativo



Cosme G. de Souza Jr.
Marinheiro



Athirson Gomes
Maricultor



Núcleos da Brigada Mirim

PALMAS/ POUSO:

Recolhimento de microlixo na praia

Entrega de ecobags

DOIS RIOS:

Horta comunitária

Apoio dos brigadistas ao Ecomuseu

Coleta de resíduos sólidos recicláveis

Entrega de ecobags

Recolhimento de microlixo na praia

ABRAÃO:

Fazenda marinha de algas e vieiras

Horta comunitária

Entrega de ecobags

Cursos online (sala de informática)

Central de coleta de resíduos sólidos (armazenamento e envio ao continente)

BANANAL:

Horta comunitária

Entrega de ecobags

MATARIZ:

Horta comunitária

Entrega de ecobags

LONGA:

Apoio a maricultor local na fazenda marinha e vieiras

Entrega de ecobags

Recolhimento de microlixo na praia

Coleta de óleo de cozinha para produção de sabão artesanal





All Net
Algasbrás
AquaRio
Câmara Municipal de Angra dos Reis
Deloitte Touche Tohmatsu
Eletrobras/Eletronuclear
Governo do Estado do Rio de Janeiro
Hotel Portobello
IED-BIG
Inea-RJ
Instituto Embratel
Instituto ORT
Jornal *O Eco*
Klabin S.A.
Parque Estadual da Ilha Grande
Portogalo Turismo
Prefeitura de Angra dos Reis
PricewaterhouseCoopers
Rádio JB-FM
Radix
Resort & Safari Portobello
S. B. Marinas
Tetra Pak
Vale
Wilson Sons

ARMANDO KLABIN
DIRETOR PRESIDENTE



Acabou-se de imprimir
BRIGADA MIRIM ECOLÓGICA
DA ILHA GRANDE – 30 ANOS,
em novembro de 2019,
na cidade de São Paulo,
nas oficinas da Pancron, especialmente para
CHERMONT EDITORA.
Edição de 1.200 exemplares



A ideia da criação da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande partiu de uma proposta aparentemente simples. Tal era: enfrentar empiricamente o dilema do lixo que se avolumava em proporções exponenciais na razão direta da irrefreável ocupação da ilha e, ao mesmo tempo, oferecer a jovens caiçaras a oportunidade de se capacitar em atividades cujo campo de ação a opulenta biodiversidade local lhes franqueava. Daí para a ampliação da agenda da Brigada – oferta de cursos, implantação de um apreciável projeto de maricultura e outras ações dentro do seu perfil programático – deu-se um alargamento quase natural dos horizontes da entidade, com o binômio educação/capacitação tornando-se excelente balizador para suas atividades. A Brigada está de parabéns pela emocionante história escrita nestas três décadas e, antecipadamente, pela crônica que há de ser escrita para registrar os passos vindouros da entidade.

Nelson Palma

Diretor-presidente da OSIG – Organização para Sustentabilidade da Ilha Grande
e editor do jornal *O Eco da Ilha Grande*

MINISTÉRIO DA CIDADANIA APRESENTA

Apoio cultural

Realização



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

